

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E AMBIENTE
MESTRADO EM SAÚDE E AMBIENTE

ANA KARINE PIRES MIRANDA

**PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS EM ÁREAS VERDES E AMBIENTES
FECHADOS:**

percepções de beneficiários e professores dos polos de atividade física de São Luís-MA

São Luís

2013

ANA KARINE PIRES MIRANDA

PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS EM ÁREAS VERDES E AMBIENTES

FECHADOS:

percepções de beneficiários e professores dos polos de atividade física de São Luís-MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Saúde e Ambiente.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues

São Luís

2013

Miranda, Ana Karine Pires.

Prática de exercícios físicos em áreas verdes e ambientes fechados: percepções de beneficiários e professores dos polos de atividade física de São Luís-MA / Ana Karine Pires Miranda. _ São Luís, 2013.

128 f.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Zulimar Márta Ribeiro Rodrigues.

Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) – Universidade Federal do Maranhão, 2013.

1. Exercícios físicos. 2. Saúde pública. 3. Atividade física – Espaço urbano. 4. Arborização urbana – Bairros. I. Título.

CDU 796: 614.1 (812.1)

ANA KARINE PIRES MIRANDA

PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS EM ÁREAS VERDES E AMBIENTES

FECHADOS:

percepções de beneficiários e professores dos polos de atividade física de São Luís-MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Saúde e Ambiente.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINHADORA

Prof.^a Dr.^a Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues (Orientadora)

Doutora em Geografia Humana
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Zartu Gíglío Cavalcante

Doutor em Psicologia Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Claudio Zannoni

Doutor em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Ana Hélia de Lima Sardinha

Doutora em Ciências Pedagógicas
Universidade Federal do Maranhão

A todas as pessoas que esperam por dias melhores e almejam por mais espaços verdes em nossa cidade.

AGRADECIMENTOS

Início pela minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues, pela orientação e conhecimentos a mim transmitidos durante nosso tempo de encontro. Por ter abraçado essa proposta e ter contribuído na sua concretização. Agradeço pela sua confiança e amizade.

Ao Professor Ulisses Denache, pela disponibilidade em oferecer seus conhecimentos enriquecendo esse trabalho.

Aos acadêmicos do curso de Geografia integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA), principalmente Paulo e Valdir, por terem destinado parte dos seus preciosos tempos contribuindo na construção desse trabalho.

Ao professor Cláudio Zannoni, que acolheu essa proposta com respeito e muita sensibilidade transmitindo a mim confiança e entusiasmo para seguir em frente. Suas orientações foram muito importantes.

Aos colegas da 8ª turma do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente pelas críticas, sugestões, incentivos e valiosos materiais fornecidos ao longo da nossa convivência.

Aos professores deste Programa de Pós-Graduação pelos ensinamentos e trocas de experiências em especial àqueles professores que acolheram este trabalho à medida que este ia sendo moldado contribuindo com importantes sugestões.

A coordenação e funcionários deste mestrado pela ajuda nos momentos precisos.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física pelas provocações na busca do conhecimento e inquietações em fazer a diferença.

Ao professor Zartu Gíglío Cavalcante, que participou bem antes de todo esse processo acadêmico. Aquelas suas mudas de Ipês Amarelos dadas a mim tempos antes do mestrado influenciaram para que chegasse até aqui.

A equipe de profissionais que compõe a Divisão DANT do município de São Luís, companheiros diários de luta, pela disponibilidade de vocês em ouvir e emitir suas opiniões contribuindo muitíssimo com este trabalho. Obrigada por acolherem essa proposta com carinho e respeito.

A direção pedagógica e companheiras educadoras da escola municipal onde leciono, por terem entendido a importância desse processo na minha vida.

A todos os meus amigos e amigas que mesmo lamentando minhas constantes ausências em suas vidas, provocadas pelo mestrado, souberam respeitar a importância desse momento para mim.

Agradecimento especial a minha família. A minha irmã Ana Caroline, que por muitas vezes foi um porto seguro. Suas opiniões e conhecimentos foram muito válidos na construção desse trabalho.

Ao meu pai “Seu Miranda”, minha mãe “Dona Graça” e meu irmão Marco Antônio. Diante dos momentos de irritação, angústia e desespero vocês souberam, cada um do seu jeito, ajudar-me a enfrentar todas as situações difíceis que surgiam.

Agradeço a Izaías. Sua presença e compreensão frente às angústias por mim sofridas durante esse processo foram de muita importância para que conseguisse chegar até aqui.

E por último e mais importante agradecimento ao Senhor meu DEUS. Minha fonte diária de fé, refúgio nas horas angustiantes. Diante das dificuldades e tropeços surgidos durante esse caminhar dava-me forças para superar todos os obstáculos. Obrigada por tudo e por todos os dias da minha vida.

*Somente após a última árvore ser cortada.
Somente após o último rio ser envenenado.
Somente após o último peixe ser pescado.
Somente então o homem descobrirá
que dinheiro não pode ser comido.*

Provérbio Cree

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi identificar a percepção ambiental dos usuários do programa de atividade física da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) de São Luís - MA investigando os fatores que contribuem positiva e/ou negativamente para a realização das atividades em áreas verdes e/ou espaços fechados. Avaliou-se assim, o nível de satisfação dos usuários e professores de Educação Física que atuam no programa. A pesquisa foi quali-quantitativa realizando-se na primeira etapa, levantamento bibliográfico e análise da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) abordando suas diretrizes, operacionalização e seus reflexos no desenvolvimento da Política Municipal de combate as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) em São Luís - MA. Os dados sobre hipertensão arterial e diabetes foram coletados no Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos - HIPERDIA, no período de 2005-2011. Na segunda etapa, os dados levantados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos usuários e professores de Educação Física atuantes no programa. Utilizou-se a teoria da Representação Social com foco na pesquisa quali-quantitativa por meio da técnica de Análise do Discurso do Sujeito, a partir das entrevistas realizadas. O programa "São Luís em Movimento" foi criado em 2008, está organizado em 04 polos: Parque do Bom Menino; Coroadó-Sacavém; COHAB e Vinhas, atendendo em média 200 usuários cadastrados, na faixa etária entre 16 e 70 anos. Como conclusão geral destaca-se que a percepção dos usuários quanto à prática do exercício físico é positiva, pois a regularidade das atividades proporciona benefícios no campo fisiológico, psicológico e social dos entrevistados. Quando comparados os dois grupos de usuários que realizam as atividades em áreas com espaços verdes e fechados, o primeiro grupo avaliou mais positivamente que o segundo. Entretanto, usuários que realizam em espaços fechados destacaram o fator "segurança" como determinante para preferirem esses espaços. Conclui-se ainda que, apesar da PNPS determinar a adoção de uma política preventiva frente ao avanço das DCNT, a pesquisa evidenciou que ausência de estruturação adequada, tanto nas áreas verdes quanto nos espaços fechados onde acontecem as atividades do programa compromete o cumprimento das metas estabelecidas evidenciado que ações preventivas ainda não são prioridades das gestões públicas locais. Os dados do HIPERDIA revelaram que no período avaliado houve o crescimento dos agravos notificados, sobretudo hipertensão arterial entre as mulheres. Paralelamente observou-se que houve redução na cobertura vegetal da capital maranhense comprometendo mais ainda a disponibilidade de áreas verdes para a prática das atividades físicas, da população em geral, e usuários do programa. Dessa forma, sugere-se a ampliação e/ou manutenção das áreas verdes, espaços livres na capital maranhense em condições de infraestrutura mínima necessária para estimular as práticas desportivas e lazer em geral, além da ampliação do programa através da criação de outros polos em diferentes bairros da cidade.

Palavras-chave: Política Nacional de Promoção da Saúde. Doenças crônicas não transmissíveis. São Luís. Áreas verdes. Exercício físico.

ABSTRACT

The objective of the research was to identify the environmental perception of the users physical activity program of the Municipal Health Secretariat (SEMUS) of São Luís - MA investigating the factors that contribute positively and/or negatively to the performance of activities in green areas and/or enclosed spaces. Evaluated as well, the level of user satisfaction and physical education teachers who work in the program. The quantitative and qualitative research was taking place in the first stage, literature and analysis of the National Health Promotion (PNPS) addressing their guidelines, operationalization and its effects on the development of the Municipal Policy fighting the Chronic Noncommunicable Diseases (NCDs) São Luís - MA. The data on hypertension and diabetes were collected on Registration and Monitoring System for Hypertensive Diabetics - HIPERDIA in the period 2005-2011. In the second stage, the data were obtained from semi-structured interviews applied to users and Physical Education teachers working in the program. We used the theory of Social Representation focusing on qualitative and quantitative research through technical analysis of the subject discourse, from the interviews. The program "São Luís in Movement" was created in 2008, is organized in 04 centers: Park Bom Menino; Coroado-Sacavém; COHAB and Vinhais, serving on average 200 registered users, aged between 16 and 70. As a general conclusion it is emphasized that the users' perception regarding physical exercise is positive, because the regularity of activities in the field provides benefits physiological, psychological and social aspects of the respondents. When comparing the two groups of users that perform activities in areas with green spaces and closed the first group evaluated more positively than the second. However, users who perform in closed stressed the factor of "security" as a determinant to prefer these spaces. We conclude that although the PNPS determine the adoption of a preventive policy against the advancement of NCDs, the research showed that lack of proper structuring, both in the green areas as in enclosed place where the program activities compromise the achievement of the goals established evident that preventive actions are not priorities of local public administrations. The data HIPERDIA reveal that during the evaluation period was the growth of the diseases reported, especially hypertension among women. Alongside it was observed that there was a reduction in vegetation cover capital of Maranhão affect even more the availability of green areas for the practice of physical activities, the population in general and users of the program. Thus, it is suggested the expansion and/or maintenance of green areas, open spaces in the capital of Maranhão in conditions of minimal infrastructure needed to encourage sports activities and leisure in general, in addition to expanding the program by creating other hubs in different neighborhoods.

Keywords: National Policy for the Promotion of Health. Chronic noncommunicable diseases. São Luís Green areas. Exercise.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1 –	Município de São Luís na ilha do Maranhão	32
Quadro	1 –	Urbanização em São Luís: períodos para análise	36
Figura	2 –	Avanço urbano e redução das áreas verdes em São Luís no período de dez anos	38
Figura	3 –	Área verde que compõe o bairro do Diamante	47
Figura	4 –	Divisão do município de São Luís em Distritos Sanitários	61
Figura	5 –	Imagem de Satélite do Parque do Bom Menino	62
Figura	6 –	Sede do Núcleo de Educação Ambiental do Parque do Bom Menino	63
Figura	7 –	Pista de caminhada dentro do Parque do Bom Menino	64
Figura	8 –	Quadra coberta e estação de alongamento	64
Figura	9 –	Polo Coroado Sacavém	65
Figura	10 –	Atividades no interior da quadra	66
Figura	11 –	Caminhada ruas no entorno do Polo	66
Figura	12 –	Ausência do telhado no Centro de Saúde Dr. Carlos Macieira, vista externa do prédio	67
Figura	13 –	Telhados e forros comprometidos pela queda da viga de madeira	67
Figura	14 –	Polo Vinhais (Josué de Castro)	68
Figura	15 –	Vista frontal do prédio Polo Josué de Castro e atividades do programa em seu interior	69
Figura	16 –	Imagem de Satélite da Praça Agostinho dos Reis	70
Figura	17 –	Práticas corporais no Parque do Bom Menino	71
Figura	18 –	Praça Agostinho dos Reis e atividade de caminhada.....	72
Gráfico	1 –	Internações hospitalares referentes às DCNT ocorridas em São Luís- MA no período de 2006 a 2011	73
Gráfico	2 –	Faixa etária por sexo dos usuários entrevistados	82
Gráfico	3 –	Nível de escolaridade dos entrevistados por Polos	83
Gráfico	4 –	Renda familiar dos usuários identificados pelos Polos de atividade física ..	84
Gráfico	5 –	Acometimento dos usuários por Doenças Crônicas Não Transmissíveis	85
Gráfico	6 –	Principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis entre os usuários	85
Gráfico	7 –	Principais problemas relacionados ao acometimento de dores no corpo pelos usuários	86

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ALCOA	Consórcio de Alumínio do Maranhão
ALEMA	Assembleia Legislativa do Maranhão
ALUMAR	Alumínio do Maranhão
APPs	Áreas de Proteção Permanente
BNH	Banco Nacional de Habitação
CIA	Companhia
CNDSS	Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde
COHAB	Companhia de Habitação Popular
COHAMA	Cooperativa Habitacional do Maranhão
COHATRAC	Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores no Comércio de São Luís
CS	Centro de Saúde
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DANT	Doenças e Agravos Não Transmissíveis
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DS	Distrito Sanitário
DSS	Determinantes Sociais de Saúde
ESF	Estratégia Saúde da Família
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNS	Fundo Nacional de Saúde
HIPERDIA	Sistema de Cadastramento de Hipertensos e Diabéticos
IMPUR	Instituto da Paisagem Urbana
INCA	Instituto Nacional de Câncer
MPE	Ministério Público Estadual
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMDEL	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
SEMSA	Secretaria Municipal de Segurança Alimentar
SEMOSP	Secretaria Municipal de Obras e Serviço Público
SEMTHURB	Secretaria Municipal de Terras, Habitação, Urbanismo e Fiscalização Urbana
SISDANT	Sistema Nacional de Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SISNUC	Sistema Nacional de Conservação
SLM	São Luís em Movimento
SUS	Sistema Único de Saúde
SVOSP	Secretaria de Viação e Obras Públicas
UBS	Unidade Básica da Saúde
UEB	Unidade Educacional Básica
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
VE	Vigilância Epidemiológica
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico
ZPH	Zona de Preservação Histórica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ESPAÇOS VERDES URBANOS: os benefícios para a saúde da população urbana...	19
3	ÁREAS VERDES NO CONTEXTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS-MA	30
4	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REALIZAÇÃO DE PRÁTICAS CORPORAIS: os polos de atividade física de São Luís e seus condicionantes ambientais e estruturais para realização de exercícios físicos	54
5	ÁREAS VERDES E AMBIENTES FECHADOS NA REALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS FÍSICOS: percepções de usuários e professores de Educação Física sobre a prática do exercício e as influências do ambiente a partir dos polos de atividade física de São Luís-MA	78
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	118
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas para usuários e professores dos polos	127

1 INTRODUÇÃO

O intenso processo de urbanização vivido pelos países em desenvolvimento possibilitaram modificações nos diferentes setores da vida das populações inseridas nas cidades, gerando problemas desde o campo ambiental até o campo social ao influenciar diretamente na saúde desta população. Entre as problemáticas ambientais urbanas dá-se destaque para a redução da cobertura vegetal ocasionada pela distribuição espacial irregular em função do inchaço nas cidades.

As grandes enchentes e alagamentos formados a cada período chuvoso e os desabamentos de terra em locais inadequados para habitação são resultados da impermeabilização do solo, desprotegidos de sua cobertura vegetal. O aumento da temperatura no interior das cidades formando as chamadas “ilhas de calor” e a crescente poluição atmosférica que desencadearam várias patologias relacionadas ao aparelho respiratório são outras problemáticas ocasionadas por modificações desse elemento natural no espaço urbano. Somado a isso, a poluição dos rios dentro das cidades transformados em canais de esgoto a céu aberto, associada à poluição das praias em cidades litorâneas, potencializam o surgimento de várias doenças relacionadas à veiculação da água.

Nesse sentido, Morais (2010) destaca que as formas atuais de utilização do espaço urbano e dos respectivos recursos naturais têm apresentado à comunidade contemporânea, diferentes problemáticas, entre elas, os desastres ambientais comungados a problemas de saúde e desabastecimento de água potável.

Com a redução da cobertura vegetal nas cidades diminui também a qualidade de vida das sociedades urbanas, pois a vegetação que compõe essas áreas, considerada um importante indicador de qualidade ambiental, está diretamente relacionada à qualidade de vida da população urbana. Ao ocorrer alterações nesse elemento natural, influências negativas também serão sentidas no ar, no solo e nas águas possibilitando piores condições de vida a seus habitantes.

Outro benefício proporcionado pelas áreas verdes em espaços urbanos relacionado à qualidade de vida refere-se ao campo da saúde mental e física, pois a presença dessas áreas e espaços arborizados estimula a prática do exercício físico minimizando o surgimento de doenças relacionadas à inatividade física, além de potencializar sensações de bom humor e bem-estar. Portanto, a presença desses espaços no interior das cidades associada a condições estruturais para o desenvolvimento dessas práticas contribui para reduzir a prevalência das chamadas Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT).

No campo social, a redução das áreas verdes proporciona o aumento da violência. Estudos apontam que a presença dessas áreas na cidade pode contribuir para redução da taxa de criminalidade, em função da interação social em torno destas e do envolvimento da comunidade no seu cuidado.

Ainda com relação à violência urbana, esta tem aprisionado cada vez mais as pessoas dentro das suas residências e, como consequência, em algumas cidades brasileiras, atividades físicas como caminhada ou andar de bicicleta, além de se tornarem práticas dificultadas pela ausência de estrutura adequada, como ausência de ciclovias são evitadas em função do crescimento da violência.

A necessidade de realização das práticas corporais tem levado a população cada vez mais a procurar espaços privados para realização de exercício físico, tais como academias de ginástica e clubes esportivos. Entretanto, nem todos podem usufruir desses espaços, especialmente o segmento populacional de menor poder aquisitivo, pois é exigido um custo financeiro para usufruto dos serviços ali prestados. Desta forma, as áreas verdes e os espaços livres incluindo os parques urbanos, jardins e praças adaptados à prática do exercício físico, acaba por suprir parte desta necessidade.

Na cidade de São Luís as três últimas décadas apresentou redução acentuada da sua cobertura vegetal em função do surgimento dos inúmeros empreendimentos imobiliários incluindo casa, condomínios, shoppings, ruas, avenidas, viadutos e demais elementos presentes no cenário urbano. Essa expansão urbana reduziu a cobertura vegetal, as áreas verdes, e espaços livres aliados ao inchaço populacional resultaram no aumento da violência.

Atualmente, os poucos espaços públicos considerados áreas verdes que ainda resistem à expansão urbana dependem do interesse da administração pública para realização da sua manutenção. Como exemplo, a área verde do Diamante localizada no Centro de São Luís que, abandonada pelo poder público, é utilizada como local de fuga para ladrões, ponto de consumo de drogas, além de outros crimes.

Outro problema se refere ao aumento das DCNT no município. Como são poucos os espaços adaptados e equipados na cidade voltados para realização de práticas corporais ao ar livre, aliados à carência de programas públicos gratuitos tem aumentado consideravelmente o avanço dessas doenças na cidade, possibilitando à população de mais baixa renda, dificuldades quanto à prevenção e posteriormente tratamento aos malefícios ocasionados por essas doenças.

Como possibilidade de ampliação das áreas verdes e redução das DCNT existe em São Luís um programa de exercício físico denominado “São Luís em Movimento”, coordenado pela Vigilância Epidemiológica (VE) da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) que oferta

práticas corporais à população local em alguns espaços da cidade. Este programa atende a dois eixos da Política Nacional de Promoção da Saúde associando exercícios físicos e alimentação saudável através dos chamados polos de atividade física.

As atividades práticas relacionadas ao programa acontecem em ambientes com características físicas diferentes entre si utilizando áreas verdes e espaços fechados. São identificados como Polo Bom Menino localizado no Parque do Bom Menino, Polo Cohab localizado no Centro de Saúde Cohab Anil e Praça Agostinho dos Reis com localização no bairro Cohab, Polo Josué de Castro no bairro do Vinhais e Polo Coroado, situado no bairro Sacavém.

Diante do exposto, o presente estudo inserido na linha de pesquisa Saúde das Populações, do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente da UFMA, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde e identificado pelo protocolo 2012.02.30.07-32 traz como principal objetivo identificar a percepção ambiental das pessoas que utilizam as áreas verdes e os ambientes fechados relacionados ao programa para realização das suas atividades físicas.

Pretende-se identificar os fatores que contribuem positiva e negativamente para a realização dessas atividades nos dois tipos de ambiente em questão, bem como avaliar as ações da Secretaria Municipal de Saúde frente à manutenção desse programa, verificando o nível de satisfação de usuários e professores de Educação Física que atuam nos polos.

Com relação às terminologias empregadas neste trabalho, o termo “áreas verdes” toma como referência o conceito de Nucci (2008, p. 120), que o destaca como sendo,

Um tipo especial de espaço livre onde há predominância de áreas plantadas e que deve cumprir três funções (estética, ecológica e lazer); vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70 % da área; deve ser pública e de utilização sem regras rígidas.

Cavalheiro, Nucci e Rocha (1999) especificam que essas áreas são um tipo especial de espaço livre sendo a vegetação o elemento fundamental de composição e Lima et al. (1994, p.549), reforçam a categoria área verde como espaço livre, desde que haja predominância de vegetação arbórea sendo composto pelas praças, jardins públicos e parques urbanos.

Desta forma, Meunier ([2013?]) coloca que,

[...] as áreas verdes não significam simplesmente espaços não construídos, denominados também de espaços livres, e não necessariamente verdes, não sendo apenas áreas de solo não impermeabilizado, mas sim espaços urbanos não construídos e devidamente protegidos, onde domina o elemento vegetal, notadamente as árvores, de forma a fornecer benefícios ambientais, sócio-culturais e até econômicos a uma cidade.

Complementando o termo “espaços livres”, Cavalheiro, Nucci e Rocha (1999, p. 7) destacam que é um

[...] espaço urbano ao ar livre, destinado a todo tipo de utilização que se relacione com caminhadas, descanso, passeios, práticas de esportes e, em geral, a recreação e entretenimento em horas de ócio; os locais de passeios a pé devem oferecer segurança e comodidade com separação total da calçada em relação aos veículos; os caminhos devem ser agradáveis, variados e pitorescos; os locais onde as pessoas se locomovem por meios motorizados não devem ser considerados como espaços livres.

Quanto aos ambientes fechados, este estudo tomará como referência, espaços cobertos que ocupam áreas internas de determinados recintos.

Como estratégias metodológicas foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre cobertura vegetal em espaços urbanos, pesquisa documental relacionada às legislações municipais voltadas para proteção das áreas verdes de São Luís, e legislação federal referente à Política Nacional de Promoção da Saúde, além de pesquisas relacionadas ao programa municipal que subsidiaram a implantação dos Polos de Atividade Física em São Luís.

Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os sujeitos selecionados objetivando verificar o nível de satisfação de professores e usuários beneficiários do programa “São Luís em Movimento” que realizam suas atividades, respectivamente, na área interna de um parque urbano e em uma praça, caracterizados nesse estudo como áreas verdes, além de uma sala dentro de um prédio e uma quadra esportiva nos anexos de uma escola, representando os ambientes fechados.

Através das entrevistas buscou-se identificar por meio das respostas dadas, o interesse desses usuários referente às escolhas pelo local para usufruto dos serviços do programa e, na fala dos professores, verificar as condições ambientais e estruturais para desenvolvimento das atividades físicas.

Sendo as áreas verdes e as políticas públicas para prática do exercício físico em São Luís os objetos investigados, este estudo é composto por quatro capítulos estruturados no formato de artigo e organizados de forma a manter uma sequência lógica das ideias. Desta forma, o primeiro capítulo trata dos espaços verdes urbanos destacando o histórico de valorização da cobertura vegetal e sua importância pelas sociedades em diferentes contextos.

O segundo capítulo trata da redução das áreas verdes no município de São Luís frente à lentidão de políticas adequadas e da pouca influência do poder público que garantam sua proteção.

No terceiro capítulo, cujo foco é a Política Nacional de Promoção da Saúde e suas determinações são analisadas as ações desenvolvidas no âmbito do poder público municipal

para prática de exercício físico no município, com destaque para os Polos de Atividade Física da Secretaria Municipal de Saúde, através do programa São Luís em Movimento.

No quarto capítulo são apresentados os dados referentes à pesquisa de campo a partir da percepção ambiental dos usuários e professores entrevistados. Composto o capítulo estão expostas as falas dos sujeitos e análise contextualizada dos dados obtidos seguida de discussão sobre os indícios e evidências revelados pelo estudo frente às questões ambientais e estruturais das áreas verdes, espaços livres e fechados, favoráveis ou não para a prática do exercício físico.

Estes capítulos estruturados sob o formato de artigos científicos apresentam como respectivos itens: resumo, introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências (ABNT, 2003), e ao final do trabalho, as considerações finais, as referências e o apêndice.

2 ESPAÇOS VERDES URBANOS: os benefícios para a saúde da população urbana

Ana Karine Pires Miranda*

Zulimar Márta Ribeiro Rodrigues **

Resumo

Esse trabalho tem por objetivo promover uma reflexão sobre a importância da vegetação nos espaços urbanos, suas influências e benefícios na saúde e qualidade de vida de seus habitantes. Como procedimento metodológico adotou-se uma pesquisa qualitativa sobre a temática das áreas verdes, com fundamentação em vários pesquisadores a partir de trabalhos científicos (livros, teses, dissertações, artigos etc.). O resultado da pesquisa contribuiu para evidenciar a importância da cobertura vegetal como indicador de qualidade ambiental no cenário urbano, além de mostrar os benefícios no campo ecológico, socioeconômico e psicológico para seus habitantes, justificando a preservação e manutenção desse elemento nas cidades.

Palavras-chave: Área verde. Urbanização. Qualidade ambiental.

URBAN GREEN SPACES: the health benefits of urban population

Abstract

This paper aims to promote a discussion about the importance of vegetation in urban spaces, their influences and benefits in health and quality of life of its inhabitants. Methodological procedure we adopted a qualitative research on the topic of green areas, with rationale for researchers from various scientific works (books, dissertations, articles etc.). The survey results helped to highlight the importance of vegetation as an indicator of environmental quality in the urban setting, and show the benefits in the field ecological, socioeconomic and psychological for its inhabitants, justifying the preservation and maintenance of this element in the cities.

Keywords: Green area. Urbanization. Environmental quality.

1 INTRODUÇÃO

A vegetação é considerada um importante indicador de qualidade ambiental, pois para uma planta se desenvolver em perfeito funcionamento nos seus processos fisiológicos é preciso que ela encontre um ambiente favorável ao seu crescimento, o que beneficia também o homem, já que este é dependente de um ambiente saudável (CLEMENTE DI, 2009).

Como consequência dessa qualidade ambiental, influências positivas na qualidade de vida da população acontecem porque vida e ambiente são inseparáveis devendo esta interação estar sempre em equilíbrio (OLIVEIRA apud MAZZETO, 2000). E esse equilíbrio se

*Professora de Educação Física e mestranda em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e-mail: anakmiranda@yahoo.com.br

**Doutora em Geografia da Saúde, coordenadora do Mestrado em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e-mail: zmarita@usp.br

estabelece frente aos benefícios proporcionados pelas funções ecológicas, sociais e de lazer que as áreas verdes representam, influenciando diretamente na saúde e bem-estar da população citadina e em seu relacionamento com o ambiente.

Entretanto, diante do intenso processo de urbanização intensificado nos últimos anos com significativa redução das áreas verdes, vários estudos têm sido feitos evidenciando-se a correlação negativa entre a redução dessas áreas, a qualidade ambiental e as condições de vida da população.

Neste artigo pretende-se investigar o histórico sobre a valorização dos espaços verdes entre as sociedades e refletir sobre seus benefícios na saúde das populações no cenário urbano.

2 VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES PELAS DIFERENTES SOCIEDADES

A valorização da vegetação e dos espaços verdes pela humanidade pode ser percebida ao longo da sua própria História evidenciando-se desde os primórdios das civilizações até o período atual, os diferentes significados e importâncias que variaram conforme o contexto de cada momento.

Os jardins foram uma dessas primeiras manifestações, destacando a valorização da vegetação e os benefícios proporcionados pelo seu cultivo e tratamento. A História das Civilizações apresenta registros de experiências desenvolvidas pelos povos antigos, fundamentais para existência e desenvolvimento de técnicas destinadas ao domínio dos aspectos relacionados aos jardins, como a criação de técnicas de drenagem e o sentimento religioso em torno deles, considerados sagrados para algumas sociedades, acreditando-se que dependiam da vontade dos deuses.

Entre essas civilizações destacam-se os assírios, situados às margens dos rios Tigre e Eufrates e os egípcios às margens do Rio Nilo, estes últimos considerados precursores no desenvolvimento da jardinocultura (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Com o desenvolvimento de técnicas de drenagem por meio de diques e canais de irrigação desenvolvia-se a agricultura, além de evitar a inundação das aldeias nos períodos de enchentes do Rio Nilo. Os jardins para os egípcios também tinham a função de amenizar o calor excessivo de dentro das residências.

Outra civilização que se destacou com relação ao cultivo de jardins foi a China, considerada pátria dos jardins naturalistas e berço da jardinagem ocidental (LOBODA; DE

ANGELIS, 2005), cujos primeiros jardins datam da dinastia Shang, entre os séculos XVI ao XI a.C.

A grande variedade de plantas nativas beneficiadas pela localização da China em uma Zona Temperada do globo cercada por vales, colinas e montanhas possibilitou aos chineses o cultivo das plantas e contemplação da beleza natural das flores, em que a “natureza fornecia-lhes as linhas de orientação de que necessitavam para o desenvolvimento de sua sensibilidade estética. Os jardins chineses, até os dias atuais são conhecidos por seu aspecto natural e informal” (BELICO, [2013?]).

Segundo Loboda e De Angelis (2005), a significação dos jardins pelos chineses era espiritual e religiosa, percebendo-se, quase que obrigatoriamente, a presença de elementos importantes de composição desses espaços como as pedras, água, pontes e lamparinas.

Durante a Antiguidade Clássica, os jardins continuaram presentes, entretanto ocorreu uma ampliação da sua utilização. Surge na Grécia o conceito de espaço livre, atribuição vinda de Roma em função dos seus jardins, que primavam por elementos arquitetônicos e esculturais em detrimento do verde, e que na Grécia transformaram os jardins privados (propriedade da nobreza) em espaços livres para usufruto da comunidade (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Hennebo (apud LIMA et al., 1994) apontam a Ágora de Atenas como um espaço livre de uso comum acessível a todos, sendo destinado ao culto dos deuses do helenismo e também funcionando como um lugar de reunião da população ateniense para discussão de política.

[...] esse logradouro reunia templos das diversas divindades, espaços para reunião e discussão e, ao contrário do que muitos acreditam, era arborizado. Suas árvores eram uma homenagem aos deuses que representavam e, com certeza, tinham a função de melhorar as condições microclimáticas, pois eram de grande porte e proporcionavam sombreamento intenso, podendo amenizar a canícula ateniense que chega a registrar, na atualidade, com muita frequência, temperaturas superiores a 40°C. (LIMA et al., 1994, p. 540).

Na Idade Média, novas formas de jardinaria surgiram. Loboda e De Angelis (2005) destacam as influências dos jardins árabes com funções específicas, constituídos basicamente de plantas frutíferas e aromáticas. Entretanto, a desagregação do império romano, como consequência das invasões bárbaras, promoveu uma estagnação das manifestações artísticas na Europa que resumia os jardins a uma função de representação para a aristocracia.

No período Renascentista, a valorização das artes ganhou novo impulso e a arquitetura passou a estar mais presente, inclusive na jardinagem, projetando-se espaços de

grande valor artístico. No século XVI, parques e jardins públicos afloraram nas cidades europeias aparecendo também os primeiros espaços ajardinados na América.

Loboda e De Angelis (2005, p. 128) destacam que os jardins italianos e franceses tornaram-se precursores no surgimento das áreas verdes constituídas por parques e praças:

O estilo italiano é marcado pela adaptação dos jardins à topografia do terreno; essa adaptação origina o surgimento de desníveis e terraços interligados por rampas e escadarias, que integram facilmente com a arquitetura. Vegetação e obras de arte fundem-se em um único e complexo espaço construído pelo homem.

Os jardins franceses, geralmente maiores em extensão, buscam a concepção cenográfica em grande escala. É coerente registrar a influência exercida pelos jardins franceses no surgimento das áreas verdes - praças e parques- aberto à população.

Durante o período de colonização, quando o Brasil obedecia às influências europeias, foram surgindo os espaços verdes nas cidades como os jardins, largos e praças. Para Gomes e Soares (2003), assim como nas antigas cidades da Europa, os primeiros jardins públicos brasileiros instalaram-se nas bordas das cidades e em terras em condições topográficas que desfavoreciam o arruamento ou as construções.

Em termos de paisagismo no Brasil, destacam-se as obras promovidas pelos holandeses na primeira metade do século XVII em Pernambuco, com uma grande quantidade de laranjeiras, tangerinas e limoeiros espalhados de forma enfileirada por todos os trajetos das campanhas de invasão desse povo (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Segundo Gomes e Soares (2003, p. 2), os jardins privados foram mais expressivos especialmente nos grandes centros do país, como o Rio de Janeiro e mencionam que “nesse contexto aliou-se espécies nativas e exóticas na jardinagem de ruas e casas servindo tanto para enriquecer a paisagem urbana quanto para o conhecimento e valorização da flora brasileira”.

Segawa (1996) destaca que um dos primeiros jardins públicos construídos no Brasil foi o Passeio Público do Rio de Janeiro, por ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos em 1779, inspirado nos jardins racionalistas franceses existindo nesse formato até 1860. Posteriormente, Vilas Boas (2000) aponta que este foi transformado após reforma implementada pelo paisagista Auguste Glazou que concebeu para o Passeio, um traçado ao gosto dos jardins românticos ingleses. Com a vinda da família real houve um aumento expressivo de pequenas praças no Brasil, no século XVIII.

O surgimento dos parques públicos coube aos ingleses tendo como ideia principal a contemplação da natureza pelo homem, em espaços abertos. Thomas (apud COSTA; COLESANTI, 2011) menciona que esses primeiros parques urbanos, originados na Inglaterra no século XVIII, objetivavam oferecer um ambiente favorável para os animais de caça

atribuindo a essas áreas um valor recreativo, ainda que fosse privilégio apenas da aristocracia constituindo a atividade de caça um importante símbolo de posição social.

No século XIX, após a Revolução Industrial na Europa, um novo significado foi atribuído às áreas verdes. A constituição do cenário urbano, a partir da deterioração do ambiente e da saúde da população, além de provocarem movimentos de modificação da ordem urbana estabelecida despertaram, também, preocupações relacionadas às questões sanitárias e estéticas passando a atribuir uma nova função às áreas verdes: “pulmões verdes” dentro das cidades (RICHTER, 1981; TANDY, 1982 apud LIMA et al., 1994).

A questão sanitária, tendo como foco ações do discurso médico, forneceu elementos ideológicos justificando intervenções e reorganizações urbanas na época. Desta forma, os modelos ideais de cidade foram construídos sob a utopia de uma cidade higiênica (física e moral), salubre, bela, harmônica, equilibrada, racional, eficiente, arborizada, ordenada, planejada, funcional etc. (COSTA, 2002).

Quanto às questões relacionadas ao sanitarismo e à saúde da população, Segawa (1996, p.73) acrescenta que,

No início do século XIX, o conhecimento sobre os benefícios das plantas na área urbana estava divulgado nas mais diversas instâncias sociais e plenamente aceito do ponto de vista técnico-científico. O processo de ajardinamento dos ‘vazios urbanos’ que se registrou nessa época — incluindo aí a construção de canteiros em adros e largos de igrejas, ou mesmo nas outrora ‘secas’ plazas mayores e plazas de arma das cidades hispano-americanas — derivou desse furor salubrista.

Entretanto, aqui no Brasil, a valorização da vegetação nas cidades não era considerada tão relevante até o século XIX, pois segundo Gomes e Soares (2003, p.20) havia uma relação oposta entre cidade e campo, uma vez que buscava-se afastar do cenário citadino imagens e associações aos aspectos rurais.

O aumento dos jardins, praças e parques arborizados tornou-se mais significativos em números somente no início do século XX, cuja criação de bulevares, ajardinamento de avenidas e praças, criação de recintos ajardinados foram iniciativas características das primeiras décadas da República (SEGAWA, 1996), principalmente nas cidades enriquecidas com o café, especialmente no Estado de São Paulo.

3 BENEFÍCIOS E IMPORTÂNCIA DA COBERTURA VEGETAL E DAS ÁREAS VERDES NOS CENTROS URBANOS

Inúmeros são os benefícios proporcionados pela presença das áreas verdes no cenário urbano, ao promover qualidade ambiental e qualidade de vida¹ à população, com destaque aos benefícios nos campos ecológicos, psicológicos e socioeconômicos.

Contrariamente aos ambientes naturais, ecologicamente equilibrados em termos climáticos, hidrológicos e de balanço energético, as cidades caracterizam total desequilíbrio desse ecossistema em função dos elementos urbanos, por isso a importância em manter esses espaços no interior das cidades, como tentativa de minimizar os impactos negativos possibilitados pela expansão urbana.

Quanto a esse aspecto, Jesus e Braga (2005) destacam a importância das áreas verdes relacionadas às funções que desempenham no ambiente urbano, sendo importante para a manutenção da vida através da qualidade do ar, água, solos, fauna e clima, elementos considerados indispensáveis, seja na manutenção de algumas condições vigentes desejáveis, seja nas ações que visem à melhoria da qualidade de vida em áreas comprometidas.

Em termos de conforto térmico, os elementos presentes no cenário urbano caracterizados pelo asfalto e pavimentação promovem aumento de temperatura ocorrendo maior recebimento de calor durante o dia sendo este expelido à noite, além de mencionar a presença de máquinas, veículos e estruturas arquitetônicas, que também contribuem para o aumento da temperatura no interior das cidades. Portanto, a destruição da cobertura vegetal provoca alterações climáticas, sendo esta fundamental para regularizar a temperatura e a umidade, além de influenciar na redução da ventilação proporcionada pela diminuição da quantidade de árvores.

Como benefícios referentes aos aspectos ecológicos relacionados à cobertura vegetal citam-se: melhorias microclimáticas em função da redução das amplitudes térmicas e insolação direta, redução da velocidade dos ventos, ampliando as taxas de evapotranspiração, bem como redução da poluição atmosférica pela biofiltração de gases poluentes como depositários de material particulado (MARTINS JÚNIOR, 1996).

¹Quanto à definição de qualidade de vida, vários aspectos envolvem esse termo englobando desde o atendimento das necessidades humanas básicas, - necessidade de ar fresco, água potável, certa quantidade de alimento por dia, espaço para dormir e estar, pessoas para interagir etc. (ANDREWS apud NUCCI, 2008) até fatores influenciados pelo contexto sociocultural e econômico, conforme cada indivíduo esteja inserido.

Outro aspecto apontado pela presença de áreas verdes e espaços arborizados no interior das cidades refere-se aos benefícios na saúde física e mental das pessoas.

Loboda e De Angelis (2005) relacionam a qualidade de vida urbana à questão ambiental mencionando que os vários fatores reunidos na infraestrutura e no desenvolvimento econômico-social são proporcionados, também, pela presença das áreas verdes públicas, que promovem bem-estar à população.

Nesse sentido, Nucci (2008, p. 109) destaca que as áreas verdes devem ser agradáveis, pois afastam a “angústia” da cidade possibilitando ao indivíduo, a integração com a natureza, quando diz:

Esses ambientes devem ser agradáveis e estéticos, com acomodações e instalações variadas de modo a facilitar a escolha individual. Devem ser livres de monotonia e isentos das dificuldades de espaço e da angústia das aglomerações urbanas. Principalmente para as crianças é fundamental que o espaço livre forneça a possibilidade de experimentar sons, odores, texturas, paladar da natureza; andar descalço pela areia, gramado; ter contato com animais como pássaros, pequenos mamíferos e insetos, etc.

As praças, parques e jardins de uso público funcionam como espaços de convívio social que além de proporcionarem redução da poluição visual e melhoria da paisagem, reduzem também a poluição sonora quer pelo seu efeito físico de anteparo à propagação do som, quer pelo seu efeito psicológico de proteção (MARTINS JÚNIOR, 1996, p. 57).

Quanto aos benefícios no campo psicológico, estudos da Psicologia Ambiental demonstram que o ambiente apresenta influências profundas no comportamento das pessoas e na forma de estas se relacionarem. Assim, a presença de áreas verdes e espaços arborizados tornam-se essenciais para a sensação de conforto e bem-estar influenciando positivamente na saúde física e mental desse indivíduo.

Quanto a isso, estudos realizados por Barton e Pretty (2010) mostraram que atividade como caminhada, jardinagem, ciclismo e pesca apresentaram resultados positivos em jovens e pessoas com algum tipo de transtorno mental por possibilitarem sensações de bom humor e bem-estar após terem sido realizadas ao ar livre e em espaços arborizados.

Outro aspecto positivo relacionado à presença das áreas verdes no cenário urbano relaciona-se à possibilidade de redução da violência.

Estudo realizado por Wolfe (2010), frente ao Departamento de Geografia e Urbanismo da *University Temple* da Pensilvânia, analisou por dois anos a relação das taxas de crime com a disposição e intensidade da vegetação na cidade de Filadélfia. Os resultados da pesquisa apontaram que os bairros com maior número de áreas arborizadas bem tratadas, incluindo parques e praças apresentaram as menores taxas de assalto, roubo e furto.

Para a pesquisadora, a interação social em torno de um espaço público e o cuidado da própria comunidade, com a preservação da vegetação na área, possibilitaram esses resultados. Entretanto, para que esses resultados sejam positivos, poder público e população devem atuar juntos.

Pesquisa dos professores Silvio Macedo e Vanderli Custódio (2013) realizada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) sinalizam ser este um aspecto fundamental.

A pesquisa cujo principal objetivo era verificar as transformações dos espaços livres públicos e privados, em várias cidades brasileiras, frente ao contexto dinâmico do processo recente de reestruturação econômica e urbana mundial, apresentou como resultados preliminares em nove capitais que é grande a demanda por praças em bairros pobres, e que, mesmo quando implantadas, mas não recebendo a manutenção dos equipamentos e iluminação noturna tornam a acessibilidade e o seu uso restritos a grande parte da população. Desse modo eles se transformam em lugares perigosos frequentados por traficantes e usuários de drogas. A pesquisa sinaliza ainda que os espaços públicos mais bem tratados situam-se em bairros das classes média e alta, ocorrendo, portanto, grande carência dessas áreas nos bairros mais pobres.

Para que as pessoas possam usufruir de todo benefício que as áreas verdes e os espaços livres possibilitam é importante que o poder público assegure à população a existência desses espaços, todavia, também é responsabilidade da população não só a manutenção, mas ainda a preservação como forma de garantir a existência desses espaços.

Portanto, o poder público deve considerar como prioridade, os planos e estratégias de planejamento urbano, atribuindo a devida importância aos diversos problemas ambientais que poderão ser amenizados à medida que iniciativas estejam pautadas em planejamento e manutenção, assim como aplicação de legislação apropriada e controle das atividades urbanas, melhorando os aspectos quali-quantitativos dos atributos ambientais, sobretudo da vegetação arbórea urbana (MORAIS, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao resgatar o histórico da vegetação enquanto instrumento de valorização pelo homem percebe-se que vários foram os sentidos e significados a ela atribuídos.

Espaços de contemplação da natureza com significado espiritual e religioso, espaço de valorização arquitetônico e escultural para apreciação dessas artes, influências do paisagismo através de belos jardins, praças e largos nas populações da Europa e América.

Posteriormente, os parques públicos como locais para a aristocracia exercitar a atividade de caça e como forma de exaltação de poder, para posteriormente o homem perceber que a arborização no cenário urbano é importante para minimizar os desequilíbrios ecológicos provocados pela urbanização.

No atual momento e em função do avanço urbano, cada vez mais a população necessita de espaços compostos por cobertura vegetal no interior das cidades, que além de minimizarem os desequilíbrios ambientais promovem também benefícios no campo da saúde, nos aspectos sociais e psicológicos do homem cidadão.

Frente a todos os benefícios aqui destacados com relação à qualidade do meio ambiente e qualidade de vida das populações, estas são indissociáveis havendo inteira dependência e correlação entre ambas. Desta forma, os problemas ambientais dentro das cidades poderiam ser minimizados se fossem feitos planejamentos de infraestrutura adequados para acompanhar o rápido crescimento urbano, proporcionando assim mínimas condições de vida aos seus habitantes.

Contraditoriamente ao rápido crescimento urbano depara-se com a lenta interferência de políticas públicas eficazes que promovam o ordenamento territorial. Portanto, tais questões servem para reforçar entre a população e os gestores públicos, a importância em criar mais espaços verdes dentro das cidades, além de manter e preservar os que já existem.

REFERÊNCIAS

- BARTON, J.; PRETTY, Jules. What is the best dose of nature and green exercise for improving mental health?: a multi study analysis. **Sci. Technol.**, v. 44, n. 10, p. 3947-3955, 2010. Disponível em: <<http://pubs.acs.org/doi/abs/10.1021/es903183r>> . Acesso em: 25 jun. 2011.
- BELICO, Giovanna. **Bonsais**. [2013?]. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/museumuseu/paisana/index2.htm>>. Acesso em: 31 maio 2013.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 1, número 2, 2002.
- COSTA, Renata Geniany Silva; COLESANTI, Marlene Muno. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **RA'E GA**, Curitiba, v. 22, p. 238-251, 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/21774/14173>>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- CLEMENTI DI, Maria Auxiliadora. **Influência da vegetação como elemento modificador do conforto térmico da ambiência urbana da cidade de Anápolis – GO**. Dissertação. (Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em

Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, Anápolis, 2009.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SOARES, Beatriz Ribeiro. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 19-29, jun. 2003. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>. Acesso em: 2 jun. 2013.

JESUS, Silvia Cristina de; BRAGA, Roberto. Análise espacial das áreas verdes urbanas da estância de águas de São Pedro – SP. **Caminhos de Geografia**, v. 18, n. 16, p. 207-224, out. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15398/8697>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., 1994, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís: [s.n.], 1994. p. 539-553. Disponível em: <[http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/LIMA%20et%20al%20\(1994\).pdf](http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/LIMA%20et%20al%20(1994).pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2013.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência Guarapuava**, Curitiba, v.1, n.1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

MACEDO, Sílvio S.; CUSTÓDIO, Vanderli. Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública – considerações preliminares. In: CARVALHO, Ana Luiza. **Áreas verdes podem reduzir violência**. 2013. Disponível em: <<http://riodejaneiro20131.blogspot.com.br/2013/05/relacao-do-crime-com-areas-verdes-e.html>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. **Uma cidade ecologicamente correta**. Goiânia: AB, 1996.

MAZZETTO, F. A. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.12, n. 24, p. 21-31, 2000. |

MORAIS, Marcleiton Ribeiro. **Avaliação contingente dos benefícios econômicos locais da cobertura arbórea urbana do município de Palmas – TO**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). 2. ed. Curitiba, 2008. 150 p. Disponível em: <http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/qldade_amb_aden_urbano.pdf> Acesso em: 17 mar. 2013.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Stúdio Nobel; FAPESP, 1996. Disponível em:

<<http://pt.scribd.com/doc/6687591/Ao-Amor-Do-Publico-Jardins-No-Brasil-Hugo-Segawa>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

VILAS BOAS, Naylor Barbosa. A reconstrução virtual do antigo passeio público de mestre Valentim: metodologia de pesquisa. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANA DE GRÁFICA DIGITAL, 4., 2000, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Sociedade Ibero-Americana e Gráfica Digital, 2000. Disponível em: <<http://cumincades.scix.net/data/works/att/e142.content.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

WOLFE, Mary. **More trees, fewer jails? the relationship between vegetation and crime: a Philadelphia Case Study**. Disponível em: <<http://sustainability.temple.edu/student-research-projects/more-trees-fewer-jailsrelationship-between-vegetation-and-crime-philadelp>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

3 ÁREAS VERDES NO CONTEXTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS-MA

Ana Karine Pires Miranda*

Zulimar Márta Ribeiro Rodrigues **

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo tratar sobre a pouca influência do poder público na proteção da cobertura vegetal no espaço urbano de São Luís e na lentidão de políticas adequadas que garantam a qualidade de vida e qualidade ambiental para a população deste município. Como metodologia tomou-se por base pesquisas bibliográficas referentes à ocupação desordenada no município e pesquisa documental referente às Legislações Municipais no que concerne a ordenação e proteção das suas áreas verdes. Conclui-se que os agentes públicos não são apenas omissos na sua função de proteger e salvaguardar o meio ambiente de agressões, mas agem concretamente no sentido de realizar ações, obras e atividades que afrontam diretamente a legislação ambiental. Garantir a educação ambiental e o fornecimento de informação sobre leis, planos e projetos, assim como a criação de mecanismos que possibilitem a participação da população como possibilidades para alcançar os objetivos definidos na legislação são primordiais.

Palavras-chave: Áreas verdes. Urbanização. Qualidade ambiental.

URBAN GREEN AREAS IN THE CONTEXT OF THE COUNTY OF SÃO LUIS-MA

Abstract

This article aims to address the lack of influence of the government in the protection of vegetation within the city of St. Louis and the slowness of policies that ensure the quality of life and environmental quality for the population of this municipality. As methodology became based literature searches related to sprawl in the county and documentary research regarding Municipal Legislations regarding ordination and protection of its green areas. We conclude that public officials are not only omitted in its function to protect and safeguard the environment of aggression but act concretely in order to perform actions works and activities that directly confront environmental legislation. Ensuring environmental education and provision of information on laws plans and projects as well as the creation of mechanisms that enable the participation of the population as possible to achieve the objectives defined in the legislation are paramount .

Keywords: Green areas. Urbanization. Environmental quality.

1 INTRODUÇÃO

Ao analisar as qualidades ambiental e de vida em São Luís, a partir do indicador vegetação percebe-se que, em função do crescimento urbano sem planejamento, vários problemas ambientais surgiram no município, tais como a degradação de ambientes naturais,

*Professora de Educação Física e mestranda em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e-mail: anakmiranda@yahoo.com.br

**Doutora em Geografia da Saúde, coordenadora do Mestrado em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e-mail: zmarita@usp.br

com destruição da vegetação nativa para comportar o processo de expansão imobiliária, bem como o lançamento de efluentes líquidos e sólidos in natura causando a poluição dos cursos de água, dentre vários outros.

Para melhor compreender e dimensionar estes problemas ambientais, sobretudo os relacionados à diminuição das áreas verdes no município de São Luís cumpre destacar alguns aspectos relacionados a questões físicas e demográficas, além de aspectos relativos ao histórico de ocupação nesse município.

Também serão abordados aspectos relativos à ordenação legal destes espaços, com destaque para a edição de leis que visam garantir uma maior proteção dos elementos naturais, sobretudo do município de São Luís, buscando perceber o grau de efetividade que estes instrumentos possuem.

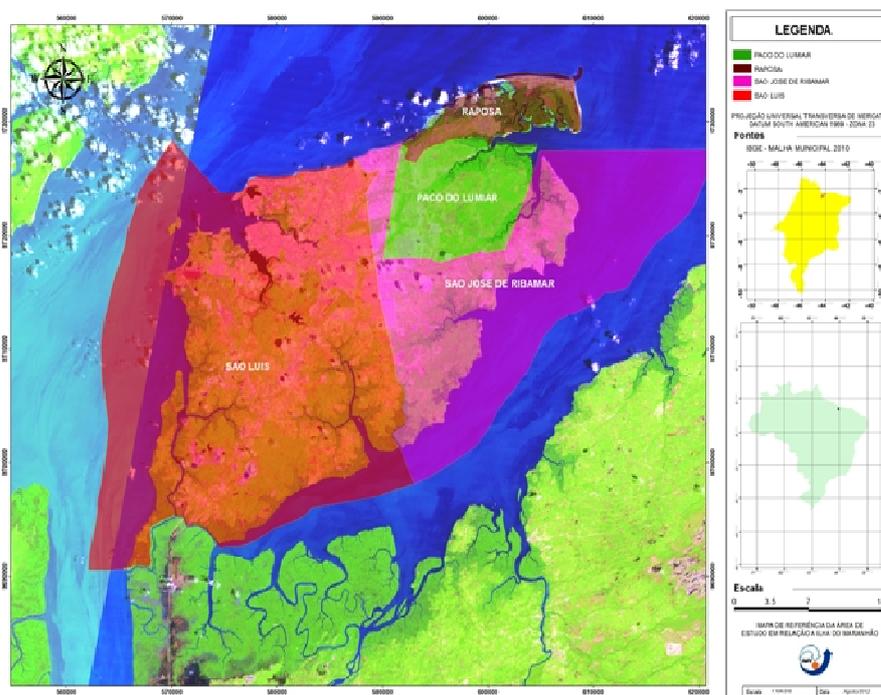
2 ASPECTOS FÍSICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

São Luís, capital do Maranhão, compõe a região Nordeste do Brasil, sendo a capital que obteve maior crescimento populacional nos últimos dez anos. De acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011) apresentou aumento percentual de 16,25% elevando os números populacionais de 878.309 habitantes em 2000 para 1.014.837 em 2010.

Situada próxima à Linha do Equador, São Luís localiza-se entre as coordenadas 02° 19' 09" e 02° 51' 00" ao Sul e a Oeste 44° 01' 16" e 44° 19' 37" (FEITOSA, 1996) e apresenta como pontos de limitação o Oceano Atlântico ao norte, Estreito dos Mosquitos ao sul, Baía de São Marcos a oeste e o município de São José de Ribamar a leste (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011).

Com relação à extensão territorial, ocupa 57% da fase ocidental da Ilha do Maranhão, dividindo sua extensão de terra com mais três municípios: São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa (Figura 1) e apresenta como clima característico o tipo AW, Tropical Chuvoso, segundo a tipologia de Koeppen, com duas estações bem definidas caracterizada por uma estação chuvosa, estendendo-se de janeiro a junho, e uma estação seca, de julho a dezembro (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Figura 1 – Município de São Luís na ilha do Maranhão



Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

As temperaturas são elevadas entre 23° e 33° com média, que oscila entre 28° associada a variações de temperatura dentro do seu território formando microclimas, sendo comum o aumento de temperatura, durante o dia, em áreas com acentuada urbanização em comparação com áreas que ainda apresentam vegetação densa (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Quanto à hidrografia, o município de São Luís é banhado pelos rios Anil, Bacanga, Tibiri, Paciência, Maracanã, Calhau, Pimenta, Coqueiro e Cachorros que deságuam em diversas direções, abrangendo dunas e praias. Os dois primeiros rios, no entanto, apresentam maiores extensões, o Anil com 13.800 m e o Bacanga com 9.300 m, drenando suas águas para a Baía de São Marcos tendo seus estuários cobertos de mangues (ARAUJO; PARENTE JUNIOR; ESPIG, 2005).

A vegetação varia de acordo com as características do relevo, proximidade dos cursos d'água e influências antrópicas, predominando uma espécie em relação a outras em alguns trechos. Dá-se destaque para a vegetação de manguezal e ecossistemas associados, tais como apicuns e marismas (ESPÍRITO SANTO, 2006). Há também uma Floresta secundária mista em áreas anteriormente ocupadas pela floresta tropical subperenifólia, que vem sofrendo acelerado processo de devastação e a capoeira com predominância de vegetação arbustiva, que surge em decorrência das derrubadas originadas principalmente pelo acelerado processo de ocupação (MARANHÃO, 1998).

Estes indicadores de qualidade ambiental² encontram-se bastante degradados em São Luís, em função do crescimento urbano e falta de planejamento na capital ao longo dos anos. Os rios citados, presentes no interior do município, apresentam acelerado processo de degradação, comprometendo o abastecimento de água da capital cujos agravos são decorrentes do processo de assoreamento dos seus leitos associado à poluição ocasionada pelo lançamento de esgotos domésticos, despejos industriais e resíduos sólidos (MARANHÃO, 1998).

Alterações na vegetação nativa também são ocasionadas pelo rápido e desordenado crescimento da cidade cujas ocupações das margens desses rios, compostos essencialmente por manguezais e matas secundárias (MARTINS, 2008) comprometem todo o equilíbrio desse ecossistema.

Os locais onde estavam presentes os mangues, a vegetação das beiras dos rios, as áreas verdes, de modo geral, em toda a sua diversidade têm cedido lugar aos condomínios, shoppings centers, avenidas entre outros empreendimentos, alterando toda a cadeia ecológica não somente no seu entorno, mas ampliando-se para dimensões maiores relacionadas à biodiversidade que caracteriza o local.

A redução da flora e da fauna, além das alterações do clima urbano promovem as chamadas “ilhas de calor”, consequências dessa degradação. Estas ilhas se caracterizam por modificações das dinâmicas dos elementos climáticos incluindo temperatura do ar, umidade do ar, precipitações e ventos (TRINTA, 2007).

Segundo Araújo e Rangel (2012) tais alterações são resultados da combinação de diversos fatores urbanos específicos, entre eles: o efeito da transferência de energia nas construções urbanas; evaporação reduzida e conseqüentemente falta do efeito refrescante a ele associado em função do pouco revestimento vegetal e rápido esgotamento das águas pluviais por canalizações; produção de energia antropogênica pelos processos realizados nas indústrias, trânsito e residências ocasionando mais calor numa região naturalmente quente.

²Para Morato (2008, p. 46) a qualidade ambiental urbana é entendida como a provisão de condições adequadas para o conforto e a saúde da população incluindo-se assim, as condições de abastecimento de água, o destino da água servida e do lixo, a ocorrência de domicílios improvisados e a presença de cobertura vegetal, sendo este último muito negligenciado no desenvolvimento das cidades.

3 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE SÃO LUÍS: aspectos históricos e seu crescimento urbano

Para discutir o crescimento de São Luís apontam-se as análises do arquiteto Burnett (2008) que adota o termo crescimento urbano relacionando a expansão urbanística às construções sociais e históricas como fatores importantes desse processo.

Burnett (2008) adota a metodologia desenvolvida por Célia Ferraz de Souza e Dóris Muller (1997) na obra “Porto Alegre e sua evolução urbana”, considerando o crescimento urbano como um processo inserido em um sistema influenciado por fatores populacionais, econômico, socioculturais, institucionais, locais internos e externos, além de considerar o fator tempo.

Ao destacar esta obra, Burnett (2008) considera que todos estes elementos contribuíram para o acréscimo e decréscimo da população local e das funções relacionadas ao crescimento urbano de São Luís, classificando-o em urbanização tradicional e urbanização modernista divididas em seis fases.

Desta forma, a primeira fase de crescimento de São Luís, segundo o autor, inicia em 1615, com a presença francesa e estende-se até 1750, caracterizada pelo lento crescimento da cidade, marcando o início e consolidação da ocupação portuguesa dificultada por fatores como: o isolamento do Estado do Maranhão em relação ao Estado do Brasil, a extrema pobreza presente nessas terras, os conflitos entre governantes, colonos, comerciantes, indígenas somado às constantes ameaças de invasão envolvendo nações mercantilistas como França, Espanha e Holanda, além do pouco incentivo financeiro oferecido pela coroa portuguesa (BOTELHO, 2012) em comparação a outras cidades, como Rio de Janeiro, Olinda/Recife e Salvador.

A segunda fase inicia em 1750 e estende-se até 1820 sendo marcada pela expansão urbana impulsionada pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1756, possibilitando à cidade destaque no circuito econômico internacional.

Como consequência da implantação desta CIA, Maranhão Reviver (1994 apud RIBEIRO JÚNIOR, 2001) aponta o primeiro choque populacional em São Luís mencionando um contingente humano pouco superior a mil pessoas em 1720 e 16.580 pessoas em novo recenseamento realizado em 1788.

Ainda como consequências dessa expansão, instalações das indústrias têxteis e derivadas do babaçu mais afastadas do núcleo central da capital ampliaram o espaço urbano, bem como a expansão da malha viária, dando origem, portanto, aos primeiros bairros suburbanos e operários de São Luís.

A terceira fase ocorre entre 1820 até 1900 sendo caracterizada pelo baixo crescimento populacional, expansão industrial e consolidação do parque têxtil. Ribeiro Junior (2001, p.69) destaca que acompanhando a onda industrializante ocorrida nos principais centros de acumulação de capital do Brasil, as indústrias instaladas no Maranhão constituíam unidades produtivas voltadas para os setores da produção primária local, com destaque para o algodão e o açúcar.

A quarta fase estende-se de 1900 a 1965 caracterizada por um baixo crescimento populacional, surgimento de novos polos no interior do Maranhão, estagnação econômica e declínio das indústrias têxteis, devido à perda da atividade agroexportadora do Maranhão.

Posteriormente a essas fases, Burnet (2008) destaca a urbanização modernista, dividida em duas fases. A primeira entre 1965 a 1980, caracterizada pelo crescimento populacional em decorrência da migração do campo para a cidade, impulsionado pela implantação dos grandes projetos industriais intensificando a apropriação de terras ocorrendo também, uma política territorial vinculada ao Programa Grande Carajás concretizada mediante os grandes empreendimentos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) (FERREIRA, 2000). E a segunda fase ocorreu entre os anos de 1980 a 2000, dentro da ilha de São Luís, a migração da área rural para as áreas urbanas.

Essas mudanças provocaram modificações na estrutura da cidade despontando como necessidades urgentes, entre elas: a criação de um sistema viário em áreas já urbanizadas; a consolidação de bairros até então considerados suburbanos, além da implantação dos primeiros conjuntos habitacionais pela COHAB³ e a intensificação das migrações rurais caracterizadas pelo início do processo de ocupação por “invasão”, este último fator apontado por Espírito Santo (2006) como determinante da expansão da marcha urbana.

A classificação das fases do crescimento urbano de São Luís, apontadas por Burnett (2008), foram organizadas no quadro 1.

³Companhia Habitacional do Estado do Maranhão (COHAB-MA) financiado pelo extinto Banco Nacional da Habitação (BNH) no início dos anos 70 originando o bairro de mesmo nome. Inicialmente esse conjunto habitacional foi projetado para a classe média maranhense, entretanto as melhoras da infraestrutura iniciaram nos anos 80 e com o passar dos anos, novos conjuntos residenciais foram surgindo no seu entorno, tais como o Planalto Anil I, II e III sendo construídos em 1990, vários conjuntos de apartamentos conhecidos como Forquilhão (CUNHA, 2011).

Quadro 1 – Urbanização em São Luís: períodos para análise

PERÍODOS		FATORES			
		Populacionais-Socioculturais	Econômico-Financeiros	Político-Administrativos	Locacionais e Espaciais
Urbanização Tradicional	1615 a 1750	Início e consolidação da ocupação Portuguesa	Núcleo urbano sem funções significativas	Cidade de conquista, base para penetração no interior	Implantação do forte francês e traçado de Frias de Mesquita
	1750 a 1820	Empresas estrangeiras e migração açoriana	Cia. Geral do Comércio e a produção algodoeira	Alternância com Belém como capital da Província	Valorização da Praia Grande e expansão do traçado de Frias
	1820 a 1900	Baixo crescimento populacional e divisão social do espaço	Expansão Industrial e consolidação do parque têxtil	Independência do Brasil e Maranhão Capital da Província	Polos Industriais de urbanização e códigos de posturas
	1900 a 1965	Novos polos no interior do Estado e baixo crescimento populacional	Estagnação econômica e integração à economia nacional	Governo Republicano e a Intervenção de Paulo Ramos	Renovação do centro e plano de expansão de Ruy Mesquita
Urbanização Modernista	1965 a 1980	A migração como principal fator de crescimento populacional	O BHN e os grandes projetos nacionais em São Luís: ALUMAR/CVRD	Governo José Sarney, modernização administrativa e Governo Militar	Novo eixo de expansão, agregação territorial e PD 1977
	1980 a 2000	Migração interna rural e ocupação ilegal das áreas urbanas	Suspensão de financiamento e carência de recursos privados	Democratização e eleições municipais	Consolidação dos Polos residenciais de alta e baixa renda

Fonte: Burnett (2008).

O surto de urbanização modernista foi o período de maior crescimento populacional dentro da ilha. Ferreira (2002) destaca que entre 1950 a 1970 foram incorporados à cidade de São Luís 145.701 pessoas, praticamente dobrando esse valor para 265.486 habitantes em 1970 e que entre 1970 a 1991 houve aumento de 429.713 novos indivíduos na capital atraídos pelos grandes investimentos incentivados pelos poderes federal e estadual.

Em função da grande quantidade de pessoas vindas do interior, atraídas pelos grandes investimentos econômicos houve a necessidade de ampliação das moradias para essa nova população. Surgem gradativamente em vários pontos da cidade, os conjuntos habitacionais cada vez mais distantes do centro, entre eles o bairro da Cooperativa Habitacional do Maranhão (COHAMA), e da Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores no Comércio de

São Luís (COHATRAC), Conjunto Habitacional do Turu, Vinhais, Angelim, Renascença e a ampliação do Conjunto da COHAB em Cohab Anil II, III, IV (DINIZ, 1999).

Entretanto, mesmo com a criação desses conjuntos habitacionais, a cidade não conseguiu atender à nova demanda populacional contribuindo para desencadear problemas relacionados a ocupações em áreas indevidas. As palafitas já existentes em São Luís passaram a dividir espaço também com outro tipo de ocupação em terrenos aparentemente abandonados, próximos a locais já habitados caracterizados pelas ocupações irregulares (DINIZ, 1999), conhecidas como invasões.

Diniz (1999) destaca que o espaço urbano de São Luís foi e continua sendo organizado em função do preço do solo, cujos terrenos têm seu preço regulado pela lei da oferta e da procura. As áreas consideradas “bem localizadas” são mais valorizadas e, conseqüentemente, são inacessíveis para a maior parte da população, pois associado a essa localização estão ofertas aos serviços de infraestrutura pública como água encanada, iluminação, linhas telefônicas, sistemas de transporte, acesso a centros comerciais, escolas e hospitais.

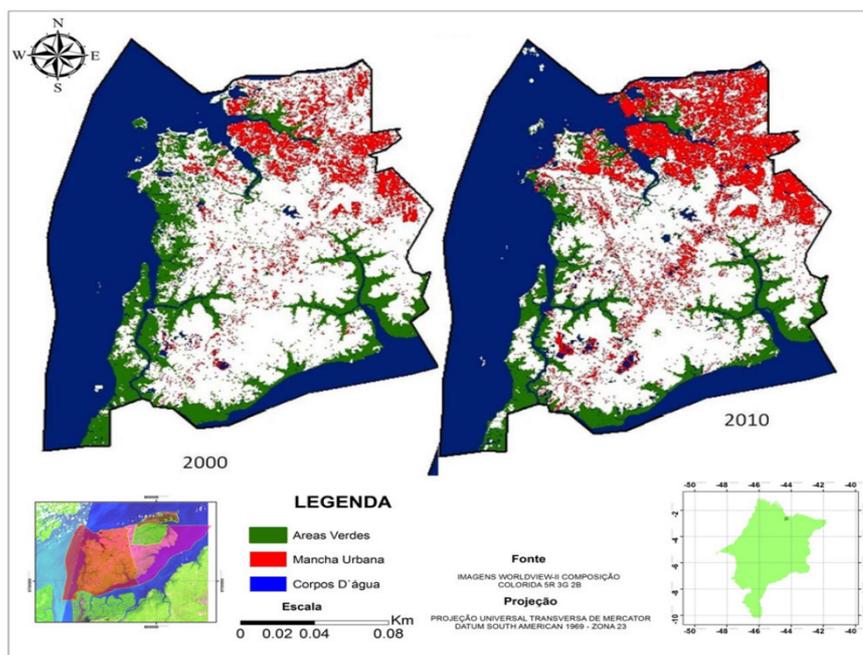
Nesse processo ocorre a seleção das clientelas que podem pagar por esses terrenos excluindo grande parte da população que não tem poder aquisitivo possibilitando-lhes tal acesso.

O fenômeno das ocupações tornou-se uma constante no dia-a-dia da cidade: o surgimento das *vilas* – a *favela maranhense*. Um sem número de terrenos públicos e particulares foram (e estão sendo) precariamente ocupados: VILA CAFETERIA, VILA ITAMAR, VILA ISABEL, VILA MAURO FECURY, VILA PAVÃO FILHO, VILA KIOLA, VILA JARACATY, VILA BRASIL, VILA JANAÍNA, VILA SANTA CLARA, JARDIM TROPICAL, DIVINÉIA, SÃO BERNARDO, VILA CASCAVEL. Grande parte desses *bairros* na aparência são formados por barracos e mocambos construídos com material de refugo, como caixotes, tábuas soltas, folhas de zinco ou são habitações construídas de palha, taipa e adobe. Na verdade, situados em encostas de colinas ou morros, ou áreas de mangues, constituem uma outra cidade que cresce espontaneamente nos interstícios da cidade de São Luís (DINIZ, 1999, p.70).

Passadas mais de duas décadas de ocupação destes espaços, algumas modificações foram processadas nas moradias e na infraestrutura dessas invasões, contudo, esse contínuo crescimento paralelo e desordenado dentro de uma cidade que, historicamente, não observa os preceitos relativos à ordenação territorial, tem agravado problemas quanto às questões ambientais.

A figura 2 apresenta o avanço da marcha urbana na capital do Maranhão nos últimos dez anos que aconteceu principalmente na parte leste da capital percebendo-se também redução da vegetação em algumas áreas verdes.

Figura 2 – Avanço urbano e redução das áreas verdes em São Luís no período de dez anos



Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A falta de infraestrutura urbana adequada atinge, sobretudo, os segmentos menos favorecidos economicamente, diferentemente do que ocorre com a população de alto e médio padrão que possuem desde infraestrutura básica composta por tratamento de água e esgoto até arborização urbana, garantindo uma paisagem mais agradável e melhor conforto térmico (muito embora, esta arborização tenha sofrido grandes reduções nos últimos anos, inclusive nas chamadas “áreas nobres”).

Impulsionando ainda mais o crescimento urbano em função do crescimento populacional nos últimos tempos destaca-se:

O capitalismo imobiliário [...], onde viabilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de âmbito federal ou mesmo pela atuação de grandes incorporadoras e construtoras nacionais, promovem a cada ano o surgimento de novos empreendimentos imobiliários de condomínios de médio e alto padrão, com destaque para os verticais, reforçando assim, o ciclo vicioso de ocupação do espaço pelo poder público e/ou privado, pelas ocupações irregulares da população menos favorecidas, o que representa de qualquer modo, uma forte necessidade e pressão sobre as áreas naturais que são sobrepostas a uma superfície cada vez mais impermeabilizada, que traz consigo evidentemente, consequências na variação térmica na zona urbana do município e agravos para a sua população (ARAÚJO; RANGEL, 2012, p.312).

Esses empreendimentos visam beneficiar economicamente as populações médias e altas, enquanto que os problemas ambientais, embora atingindo a todos, têm um maior poder de difusão e impacto nas classes menos favorecidas economicamente, em função da falta de serviços relacionados à infraestrutura e à saúde, agravando as dificuldades já enfrentadas por estas populações.

4 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE EM SÃO LUÍS

Entre os diversos problemas ocasionados pela urbanização mal planejada em São Luís destaca-se a redução acentuada das áreas verdes no espaço urbano deste município.

Como tentativas para garantir a preservação e conservação de elementos naturais, como os cursos d'água, vegetação constituída pelas restingas, manguezais, apicuns, matas de capoeira, estuários e demais ecossistemas dentro da área urbana de São Luís citam-se a elaboração de leis voltadas à proteção desses elementos dentro deste município.

Como principais documentos destacam-se a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano (Lei nº 3.253/1992)⁴, o Plano Diretor do Município (Lei nº 4.669/2006)⁵ e a Política Municipal de Meio Ambiente de São Luís (Lei nº 4.738/2006)⁶. Além destas, destacam-se a Lei nº 4.739, que dispõe sobre a regulamentação do Conselho Municipal de Meio Ambiente; a Lei nº 4.727 que dispõe sobre a regulamentação do fundo socioambiental municipal e a Lei nº 4.730 que institui o Licenciamento Ambiental no município de São Luís, todas elas sancionadas em 28 de dezembro de 2006, no entanto, para fins deste estudo, a pretensão é de deter-se sobre os três primeiros instrumentos normativos mencionados.

Antes de analisar-se o que estabelecem as leis municipais, cumpre destacar que a divisão de uma cidade em zoneamento tem por objetivo garantir que seja alcançado o bem-estar da população, principalmente no que concerne à sua saúde, tranquilidade, trabalho adequado, segurança, lazer e cultura (MACHADO, 2010).

Nesse sentido, o zoneamento urbano, também denominado zoneamento ambiental ou zoneamento ecológico-econômico (ZEE), é um dos instrumentos previstos na Política Nacional de Meio Ambiente, conforme dispõe o art. 9º, inc. II, da Lei nº 6.938/1981. Segundo

⁴Esta é identificada como Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992.

⁵O Plano Diretor do Município é identificado como Lei nº 4.669 sendo sancionada em 11 de outubro de 2006, na gestão do prefeito Tadeu Palácio apresentando sua estrutura formada por artigos e anexos. O primeiro Plano Diretor de São Luís foi elaborado em 1974 e aprovado em 1977, e passou por duas revisões, em 1992 e 2006 (COELHO, 2002).

⁶A Lei nº 4.738, que institui a Política Municipal de Meio Ambiente de São Luís, foi sancionada em 28 de dezembro de 2006.

Amado (2011, p.81), “trata-se de uma modalidade de intervenção estatal sobre o território, a fim de reparti-lo em zonas consoante o melhor interesse na preservação ambiental e no uso sustentável dos recursos naturais”.

De acordo com Machado (2010, p. 215), o zoneamento ambiental é um dos aspectos do poder de polícia administrativa, que atua com a finalidade de garantir, dentre outros aspectos, a salubridade, a tranquilidade, a paz, a saúde e o bem-estar da população.

A definição legal desse instituto pode ser encontrada no art. 2º, do Decreto nº 4.297/2002, que afirma ser o zoneamento:

Instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implementação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população. (BRASIL, 2002).

Nesse contexto, e em consonância com as normas ambientais em âmbito federal, a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do município de São Luís (Lei nº 3.253/1992) caracteriza-se por buscar uma organização do espaço urbano definindo normas que possibilitem a ocupação do solo sem maiores comprometimentos em função dessa utilização. Traz no seu Art. 1º, a seguinte redação:

[...] define normas de parcelamento e uso do solo do Município, bem como estabelece as intensidades de ocupação, utilização e as atividades adequadas, toleradas e proibidas, tendo em vista os seguintes objetivos:
I. Orientar e estimular o desenvolvimento urbano;
II. Minimizar a existência de conflitos entre as áreas residenciais e outras atividades sociais e econômicas;
III. Permitir o desenvolvimento racional e integrado do aglomerado urbano;
IV. Assegurar concentração urbana equilibrada, mediante o controle do uso e do aproveitamento do solo;
V. Assegurar a reserva de espaços necessários à expansão disciplinada da cidade. (SÃO LUÍS, 1992).

Com relação ao Plano Diretor, cumpre destacar que este, conforme destaca o art. 40 da Lei Federal nº 10.257/2001 (mais conhecida como Estatuto da Cidade), é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (art. 40, Lei nº 10.257/2001), repetindo, neste dispositivo, a redação do § 2º do art. 182 da Constituição Federal de 1988.

O texto constitucional, portanto, faz menção expressa à importância do Plano Diretor, ao destacar, no caput do art. 182 que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” assim como, no § 2º do mesmo art. 182 destaca que “a propriedade urbana cumpre

a sua função social quando atende à exigências fundamentais de ordenação das cidades expressas no plano diretor” (BRASIL, 1988).

Desse modo, a já mencionada Lei Municipal nº 3.253/1992, editada anteriormente e que define normas de parcelamento e uso do solo do município de São Luís, bem como a intensidade da ocupação, utilização e as atividades adequadas, toleradas e proibidas, vem ao auxílio da lei 4.669/2006 e a ele se soma na medida em que é o Plano Diretor o “principal instrumento normativo e orientador da política de desenvolvimento urbano e rural com sustentabilidade socioambiental” (Art. 1º, Lei 4.669/2006) (SÃO LUÍS, 2006e).

Para Coelho (2002) tal instrumento da esfera municipal possibilita ao gestor, a concretização do desenvolvimento socioeconômico e a melhoria dos serviços prestados pela prefeitura no alcance dos objetivos traçados pelo planejamento municipal.

Com relação à ordenação da cidade e a preservação dos seus patrimônios ambientais, o Plano Diretor de São Luís destaca entre um dos seus objetivos gerais: “Art. 3º VI - Preservar, conservar, proteger, recuperar e desenvolver o patrimônio socioambiental e cultural de forma sustentável;” (SÃO LUÍS, 2006e).

Outro ponto destacado por esse documento com relação à preservação das áreas verdes refere-se às definições e objetivos do macrozoneamento.

Segundo o Art. 25 deste Plano,

Macrozoneamento é o procedimento adotado para o estabelecimento de áreas do território municipal que se diferenciam por suas características de ocupação, disponibilidade de infraestrutura e serviços urbanos, visando à utilização adequada de cada trecho do território, através dos instrumentos de preservação ambiental, urbanísticos e fiscais disponibilizados pelo Estatuto da Cidade, buscando corrigir desequilíbrios e injustiças no acesso e disponibilidade das oportunidades. (SÃO LUÍS, 2006e).

Três Macrozoneamentos no município são destacados a partir desse documento, sendo estes: o Macrozoneamento Ambiental, Macrozoneamento Urbano e Macrozoneamento Rural.

Quanto ao Macrozoneamento Ambiental, este “tem por objetivo identificar partes do território de São Luís onde a preservação do meio ambiente é questão prioritária, sendo obrigatória à manutenção das características e da qualidade do ambiente natural” (Art. 26, Lei nº 4.669/2006) (SÃO LUÍS, 2006e).

E é dividido em duas áreas: Área de Proteção Integral e Área de Uso Sustentável. Quanto à primeira, conforme dispõe o art. 28 da Lei nº 4.669/2006, são compostas por Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou Unidades de Proteção Integral, áreas que tem por objetivo “preservar a natureza e os recursos hídricos permitindo apenas os usos voltados à pesquisa, ao

ecoturismo e à educação ambiental, quando previstos em lei específica”. (Art. 28, § 1º, Lei nº 4.669/2006) (SÃO LUÍS, 2006e).

Assim, as Áreas de Proteção Permanente (APPs), definidas conforme os termos da legislação federal incluem dunas, mananciais, fundos de vales, matas ciliares e áreas de mangue sendo caracterizadas em São Luís, pela Estação Ecológica do Sítio Rangedor e o Parque Estadual do Bacanga (art. 28, § 1º, Lei nº 4.669/2006) (SÃO LUÍS, 2006e).

Referente às Áreas de Uso Sustentável cumpre destacar que estas destinam-se a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade de forma socialmente justa e economicamente viável (art. 29, Lei 4.669/2006). No município de São Luís estas são compostas pela Área de Proteção Ambiental do Maracanã, Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, Sítio Santa Eulália, os Parques Urbanos do Bom Menino, do Diamante e do Rio das Bicas, Áreas de Praias e Áreas de Recarga de Aquífero (SÃO LUÍS, 2009).

Outro importante documento voltado para preservação e fiscalização das áreas verdes do município, caracterizando-se por ser um instrumento de fiscalização efetiva por parte do poder público e da sociedade civil organizada, é a Lei nº 4.738/2006, que estabelece a Política Municipal de Meio Ambiente e que traz, em seu Art. 1º, a seguinte redação:

Esta Lei institui a Política Municipal de Meio Ambiente de São Luís, com fundamento legal na Constituição Federal, na Lei 6.938/81, na Lei nº 4.771/ 65, na Lei nº 9.605/98, no Decreto nº 3.179/99, na Constituição Estadual, na Resolução CONAMA Nº 237/97, no Plano Diretor de São Luís e demais dispositivos legais, com o objetivo de implementar a Política Municipal de Meio Ambiente, regulando a ação do Poder Público Municipal no planejamento, na coordenação, na proteção, na preservação, na conservação, na defesa, na melhoria, na recuperação, no controle e fiscalização do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, no âmbito do interesse local (SÃO LUÍS, 2006c).

A necessidade de elaboração da política de meio ambiente já havia sido explicitada no Plano Diretor do Município de São Luís (Lei nº 4.669/2006, documento editado em outubro de 2006) que, em seu Título VIII, Capítulo I dispõe:

Art. 80. A política ambiental do Município de São Luís deve ser entendida como um conjunto de diretrizes, objetivos e instrumentos de política pública que orienta a gestão ambiental municipal, na perspectiva de fomentar o desenvolvimento sustentável integrando às ações e atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos da administração direta e indireta do Município ao Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. (SÃO LUÍS, 2006e).

Contraditoriamente e apesar de todo esse aparato legal, que compõe um sistema ordenado de leis que se complementam cotidianamente evidencia-se o não cumprimento da legislação federal, estadual e municipal de meio ambiente por parte dos gestores públicos.

Assim, percebe-se que não foi possível deter as destruições em algumas das áreas de cobertura vegetal protegidas pelo próprio poder público merecendo destaque a construção da Via Expressa pelo Governo do Estado – que adentra a Estação Ecológica Santa Eulália⁷ atingindo também a área verde no bairro do Maranhão Novo – além da tentativa de construção de um hospital municipal dentro da Estação Ecológica do Sítio do Rangedor⁸ pela própria prefeitura de São Luís no ano de 2012.

Não são apenas os órgãos do Poder Executivo, mas o próprio Poder Legislativo também infringe as normas ambientais, como se pode observar no processo de construção da Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) na referida área, cujo processo iniciou em meados de 2003 e atualmente está em pleno funcionamento. Todavia, a construção desse imóvel demonstrou o descompromisso do Governo Estadual e de seus deputados diante das leis ambientais relacionadas à proteção de reservas ambientais.

Frente à Lei de Zoneamento Municipal, a Estação do Sítio do Rangedor é classificada como Corredor Primário e diante das características que esta apresenta, sua proteção legal integral deu-se pelo fato de

[...] apresentar propriedades geotécnicas e pedológicas, com características fisiográficas locais, de importante relevância para o processo de infiltração de águas pluviais tornando o Sítio do Rangedor, uma área de recarga de aquíferos, interagindo com a dinâmica das águas da microbacia do rio Calhau e com a sub-bacia do rio Anil. [...] A vegetação é essencial para a proteção dos aquíferos ali existentes, bem como para manter os padrões climáticos, advindo tanto de processos naturais como da grande quantidade de poluição do ar, pois a Estação Ecológica do Sítio Rangedor é envolta por três grandes avenidas de acesso: Avenidas Jerônimo de Albuquerque, Holandeses e Eduardo Magalhães. (COELHO, 2010, p. 7).

⁷A Estação Ecológica Santa Eulália (Sítio Santa Eulália) localiza-se na região denominada Jaracaty, estando presentes no seu entorno vários elementos que compõem o cenário urbano: shoppings, prédios e quatro avenidas (Colares Moreira, Holandeses, Jerônimo de Albuquerque e Ferreira Gullar). A lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei 3.253/92) contempla o Sítio Santa Eulália com três zonas urbanas: a Administrativa (ZAD), a de Proteção Ambiental 2 (ZPA 2) e a de Reserva Florestal (ZRF). A gleba do Sítio é banhada pelo igarapé Santa Eulália (do rio Anil) (Jackkopöry, 1989) ocupando uma área de 195,95 ha (MARQUES, 2010) dispendo de significativa vegetação arbórea e de sistema de várzea com extensas áreas de mangue e mata ciliar às margens do seu igarapé. Por ser esta uma Zona de Proteção Ambiental, o avanço da Via Expressa comprometerá parte ou total biodiversidade do local, comprometendo sua vegetação, além de comprometer os remanescentes arqueológicos presentes no local, ainda não estudados suficientemente, resultando em perda significativa da história ludovicense (SODRÉ; DIAS, [2012?]).

⁸A Estação Ecológica do Sítio Rangedor (Estação do Rangedor) localiza-se na zona urbana de São Luís/MA sendo criada a partir do Decreto nº 21.797, de 15 de dezembro de 2005 pelo governo do Estado do Maranhão. Dois aspectos são destacados quanto à Estação do Rangedor e o Governo do Estado: primeiramente a determinação inicial das dimensões da Estação de 125,65 (cento e vinte cinco hectares e sessenta e cinco ares). Destaca-se também a determinação, no sétimo artigo deste decreto, enfatizando que dentro da Estação não poderiam ser desenvolvidas atividades que importassem em prejuízo a biota local. Entretanto, contraditoriamente ao que estava determinado em documento sancionado pelo próprio governo, um novo decreto é lançado, o Decreto nº 23.303 de 07 de agosto de 2007 apresentando nova redação quanto às dimensões referente à Estação do Rangedor apresentando no 2º artigo redução da área para 120,95 hectares e perímetro de 5.569,90 metros, reduzida, após a construção da sede da Assembleia Legislativa do Maranhão em parte da sua área protegida.

Ainda segundo Coelho (2010), Inquérito Civil nº 91/08 instaurado pelo Ministério Público Estadual (MPE), através da Promotoria do Meio Ambiente, demonstra que poucos foram os entraves legais e burocráticos que tiveram que ser superados por parte da Assembleia para construção da sua nova sede junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), justificando-se pelo fato de o Governo do Estado ter doado parte do terreno inserido dentro do Sítio do Rangedor. Essa doação foi feita por meio de leis em dois momentos, o primeiro, em 1999 com a Lei nº 7.373/1999 que concedeu 46.350m² (MARANHÃO, 1999) e em 2003, quando começaram as construções mais 38.634,84m² pela Lei nº 7.997/2003 (MARANHÃO, 2003).

A construção da nova sede da Assembleia demonstrou total descompromisso e falta de respeito dos representantes do povo frente às questões socioambientais, pois mesmo com manifestações de militantes da causa ambiental contestando o desmatamento da reserva, sob alegação de que as obras infringiam as leis de proteção ambiental, seguida de tramitações de ações judiciais por parte do MPE, as construções continuaram ocorrendo com a inauguração do prédio em 18 de novembro de 2008.

O movimento de pessoas na Avenida Jerônimo de Albuquerque é intenso, ao longo da qual se via um trecho de grande beleza florestal. Uma franja de vegetação exuberante escondia a construção da ALEMA, impedindo que a sociedade soubesse do que estava acontecendo. Quando terminadas as obras do prédio, começaram os desmatamentos de uma área de 0,8438 hectares, para construir suas vias de acesso. A retirada da vegetação que beirava a avenida ficou por último, quando toda a população pôde ver a nova Assembleia Legislativa e se chocou com a dimensão do empreendimento e com a imensa área desmatada [...] A área desmatada para a via de acesso do prédio-sede tem profunda importância ambiental, alimenta todo o lençol freático, é área de recarga de aquíferos (enquanto a Leste 2 é área de descarga): com a pavimentação, o solo não absorve as águas para recarregar os lençóis freáticos. A criação da Estação Ecológica foi posterior ao projeto de construção do prédio da ALEMA, conforme documentos analisados, mas a área do entorno do prédio poderia ter sido poupada. As obras do acesso, no mínimo, atingiram a zona de amortecimento da estação ecológica, configurando, de fato, um crime ambiental. (COELHO, 2010, p. 8).

Destaca-se que além do prédio da Assembleia Legislativa situado neste Sítio às margens da Avenida Jerônimo de Albuquerque foi construído também o Centro de Convenções do SEBRAE e, do lado oposto, o Residencial Novo Tempo destinado aos servidores estaduais. Estas construções promoveram grande impacto à região, que após fortes mobilizações sociais resultou então, na criação da Estação Ecológica do Sítio do Rangedor em 2005 (COELHO, 2010).

Com relação à Via Expressa, o início das obras de construção aconteceu no ano de 2012 pelo Governo do Estado dentro do Sítio Santa Eulália. A área já havia sofrido grande

devastação durante a década de 80, por parte também do Governo Estadual⁹ alegando à época, a construção de um conjunto habitacional (SODRÉ; DIAS, [2012?]) com anúncio de loteamento e início de obras de terraplanagem e de infraestrutura.

Naquele momento, a obra foi embargada frente a fortes manifestações ambientalistas pelo fato de o Sítio ser considerado uma das principais áreas de recarga de águas pluviais da cidade. Embora a recuperação da biodiversidade existente no local não tenha acontecido com acompanhamento necessário, estudos mostraram a contenção do processo erosivo acelerado na área, bem como manutenção de áreas de preservação permanente (APPs) de fundo de vale e manguezais do seu entorno (SODRÉ; DIAS, [2012?]).

Passados trinta anos, o Sítio Santa Eulália sofreu novo golpe, desta vez justificada politicamente pelos representantes do Governo como uma “rodovia estadual” alegando-se que esse empreendimento seria uma solução frente à demanda por novos espaços e vias de circulação do trânsito. Entretanto, a Via Expressa apresenta apenas 7,0 km e está localizada dentro da zona urbana deste município ligando as avenidas Carlos Cunha e Daniel de La Touche que, segundo Sodré e Dias ([2012?]) “são duas vias absolutamente congestionáveis [...] permitindo-se apenas escoamento de trânsito e mobilidade urbana envolvendo três, dos principais shoppings-centers presentes na capital”.

Parte desta obra foi então entregue à população no dia 08 de setembro de 2012, como um dos “presentes” do Governo do Estado em comemoração aos 400 anos de fundação da cidade de São Luís.

Há que se considerar os efeitos maléficos causados ao meio ambiente em especial à flora e fauna, sendo que o Sítio Santa Eulália caracteriza-se em importante coletor de águas pluviais. Os efeitos negativos tornaram-se mais potencializados, em função do crescimento da área urbana no seu entorno e da própria construção da Via Expressa, atingindo grande parte desse Sítio. Somada a essa destruição cita-se também a devastação da área verde no bairro do

⁹Naquela época o governador do Maranhão era Eptácio Cafeteira e no ano de 2012 o Estado estava sob a governabilidade de Roseana Sarney.

Maranhão Novo¹⁰ às margens da Avenida Daniel de La Touche onde será feita a rotatória com ligação à Via Expressa, cujos protestos da população do bairro para mudança desse trecho, no sentido de não comprometer a área de vegetação ali presente foram ignorados pelos representantes governamentais.

Outros exemplos relacionados a não cumprimento das leis que promovam o desenvolvimento sustentável de interesse socioambiental referem-se à falta de continuidade de propostas, planos e metas iniciados em governos anteriores não sendo concluídas ou continuadas pelas novas gestões citando-se a criação do Plano de Paisagem Urbana de São Luís em 2003, Plano de Reabilitação Urbana Integrada do Bairro do Diamante em 2006 e a não edição da lei que dispõe sobre o Sistema Municipal de Unidade de Conservação.

Quanto ao Plano de Paisagem Urbana de São Luís tratou-se de uma iniciativa da prefeitura de São Luís através do Instituto Municipal de Paisagem Urbana (IMPURB) tendo como principal objetivo a revitalização de espaços ociosos com atenção especial às áreas verdes que integram o cenário urbano da capital, sendo desenvolvido e elaborado por técnicos do IMPURB e da Secretaria Municipal de Terras, Habitação, Urbanismo e Fiscalização Urbana (SEMTHURB), com orientação e assessoramento de empresas especializadas na área.

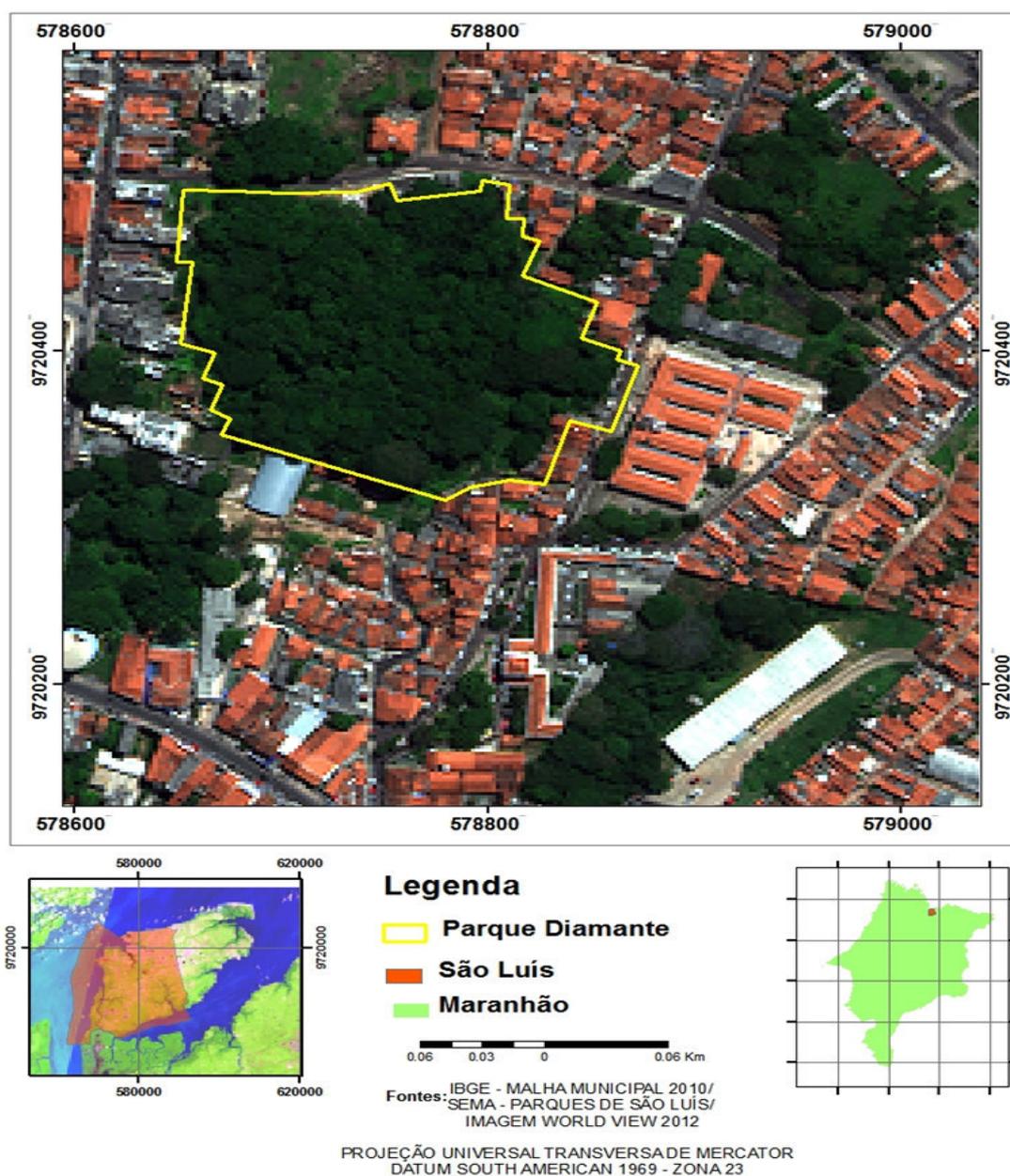
Levantamentos da ocupação urbana e do patrimônio natural da cidade foram feitos tornando-se prioridades execuções dos serviços no Corredor Verde do Centro, com destaques para o Parque do Bom Menino, Parque do Diamante, Praça D. Pedro II e Aterro do Bacanga, além das Avenidas Carlos Cunha e Daniel de La Touche, praças Deodoro e Gonçalves Dias, efetivando-se também a primeira etapa do projeto Via Parque Rio das Bicas com adequações das margens desse rio sendo adaptada uma área de lazer e esporte às comunidades vizinhas.

Quanto ao Plano de Reabilitação Urbana Integrada do Bairro do Diamante este possibilitou a realização de um diagnóstico dos problemas deste bairro, além de apresentar

¹⁰Em matéria jornalística ao Jornal Pequeno moradores do conjunto do Maranhão Novo, por meio da Associação dos Amigos e Usuários do Parque Ecológico (ASSUAPE) protestaram contra a construção da Via Expressa – obra do governo estadual que, segundo os manifestantes, destruirá a área verde existente no bairro. A comunidade relatou que o parque tem três hectares, abrigando mais de 1.200 árvores de grande porte. Algumas das espécies são protegidas por lei, como o pau-brasil, o ipê e a maçanduba cuja área serve de abrigo e alimento para répteis, insetos, pequenos mamíferos e grande quantidade de pássaros. Na ocasião da matéria foram realizadas entrevistas com alguns moradores que destacaram que a comunidade não é contra a construção do empreendimento, entretanto questionam as autoridades governamentais quanto ao desequilíbrio que tal empreendimento tem promovido às áreas verdes não só desse bairro, mas de outros setores em função do crescimento urbano e imobiliário. Enfatizaram que a área faz parte da planta do bairro e é detentora de uma decisão liminar, fruto de Ação Popular 8115/2010 na 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Maranhão, que protege as árvores de serem cortadas ou destruídas e que um abaixo-assinado estaria sendo elaborado pela comunidade para ser enviado à governadora Roseana Sarney, no intuito de sensibilizá-la a mudar o percurso da Via Expressa, de forma a não atingir o Parque Verde (AMBIENTALISTAS..., 2011).

diretrizes socioambientais do Diamante, suas condições paisagísticas e arquitetônicas visando proporcionar aos seus moradores uma habitação harmoniosa entre o espaço verde presente dentro do Diamante e os equipamentos urbanizados no seu entorno (SÃO LUÍS, 2008). Apesar de o diagnóstico estar pronto, as obras de melhoria não foram iniciadas pelo governo sucessor e a área verde onde poderia ser criado o Parque do Diamante foi esquecida e abandonada pela gestão pública (Figura 3).

Figura 3 – Área verde que compõe o bairro do Diamante



Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Outro exemplo refere-se à criação do Sistema Municipal de Unidade de Conservação (SISMUC) que ainda não foi sancionado pelo município, caracterizando-se ainda

em um projeto de lei. O SISMUC apresenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SISNUC) como fonte de embasamento e tem como justificava a

[...] necessidade de atualizar conceitos, nomenclaturas e definir grupos de categorias das áreas destinadas à proteção ambiental em São Luís, em conformidade com a Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e o Decreto Federal Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Neste sentido, o SISMUC estabelecerá critérios e normas para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação de São Luís (SISMUC). (SÃO LUÍS, [2009?]).

A inexistência de um Plano de Arborização Urbana em São Luís é outro exemplo de descaso com a cobertura vegetal. Tentativas em criá-lo aconteceram, porém, estas não foram viabilizadas pela esfera municipal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos aspectos físicos do município de São Luís, bem como do seu processo histórico de ocupação, permite perceber que os bens ambientais do município e os seus respectivos componentes físicos (ar, água, solo) encontram-se bastante degradados devido ao processo de urbanização desordenada. Percebe-se ainda que tal processo de degradação encontra-se em plena expansão, haja vista a desconsideração das leis e documentos existentes visando à regulação do uso destes bens e recursos ambientais.

Tal situação afeta diretamente a qualidade de vida da população ludovicense, especialmente dos grupos mais vulneráveis social e economicamente. Problemas relacionados à moradia, à saúde e ao bem-estar destes grupos são reflexos desta omissão do poder público no que se refere a suas funções e responsabilidades.

Em São Luís, embora existindo leis que objetivam garantir a preservação de áreas importantes para preservação e conservação dos recursos naturais, sobressai-se a falta de compromisso de gestores públicos que demonstram, nas suas respectivas esferas – federal, estadual e municipal – total descompromisso no que tange às questões ambientais.

Apesar de todo arcabouço jurídico existente, ainda percebe-se um grande número de atividades, desenvolvidas por particulares (indústrias e empresas) e pelo próprio poder público, que subvertem os objetivos da legislação, qual seja, garantir o direito a todos de usufruir, racionalmente e sustentavelmente, dos recursos ambientais.

A situação é especialmente grave tendo em vista que os agentes públicos não são apenas omissos na sua função de proteger e salvaguardar o ambiente de agressões, mas agem concretamente no sentido de realizar ações, obras e atividades que afrontam diretamente a legislação ambiental, conforme alguns casos apresentados ao longo do estudo.

A falta de continuidade das políticas públicas voltadas para a ordenação do espaço urbano e da recuperação das áreas verdes é outro grave problema, tendo em vista que iniciativas timidamente desenvolvidas, quando da mudança de gestão após processos eleitorais, são desconsideradas e destinadas ao abandono e esquecimento. Este parece ser o caso do Plano de Paisagem Urbana de São Luís em 2003, Plano de Reabilitação Urbana Integrada do Bairro do Diamante em 2006, da criação do Sistema Municipal de Unidade de Conservação do Município de São Luís.

Neste sentido, se faz necessário instituir concretamente a Política Municipal de Meio Ambiente do município de São Luís, pois, embora existente no âmbito jurídico e legal, carece de efetividade prática devido aos inúmeros entraves políticos, econômicos e sociais, criados muitas vezes pelo próprio poder público.

Neste processo, deve-se destacar ainda que a garantia da educação ambiental e do fornecimento de informação sobre leis, planos e projetos, assim como a criação de mecanismos que possibilitem a participação da população é de fundamental importância para se alcançar os objetivos definidos na legislação.

Assim, a fiscalização dos gestores públicos – que é alcançada com educação e informação da população – se faz necessária sob pena de a legislação ambiental existente não passar de uma quimera, ou, ainda, fomentar a “irresponsabilidade” dos poluidores, que se julgam imunes às sanções estabelecidas pela legislação.

REFERÊNCIAS

AMBIENTALISTAS rejeitam ‘Via Expressa’ em área verde. **Jornal Pequeno**, São Luís, 16 set. 2011. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/2011/9/16/ambientalistas-rejeitam-via-expressa-em-area-verde-170056.htm>>. Acesso em 11 mar 2013.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. São Paulo: Método, 2011.

ARAÚJO, Elienê Pontes de; PARENTE JUNIOR, José Wilson Cavalcante; ESPIG, Silvana Andreoli. Estudo das unidades de paisagem da ilha do Maranhão: delimitação e dinâmica. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., 2005, Goiânia. **Anais...** Goiânia: INPE, 2005. p. 2607-2609.

ARAÚJO, Ronaldo Rodrigues; RANGEL, Maurício Eduardo Salgado. Crescimento urbano e variações térmicas em São Luís-MA. **Revista GEONORTE**, v.2, n.5, p. 308-318, 2012. Edição Especial 2.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4297.htm>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 3 ago. 2013.

BURNETT, Frederico Lago. **Urbanização e desenvolvimento sustentável**: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão. São Luís: UEMA, 2008.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Impacto, 2012.

COELHO, Ana Gisele Soares. Para que serve a legislação ambiental: um estudo de caso da Estação Ecológica do Rangedor na cidade de São Luís-MA. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPPAS, 2010.

COELHO, Maria Teresinha de Medeiros. **Avaliação da eficácia da lei de uso e ocupação do solo em São Luís**: o caso da Lagoa da Jansen. 2002. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CUNHA, Patricia. Nossas cidades-bairro. **O Imparcial**, São Luís, 7 set. 2011. Sem paginação. Disponível em: <<http://www.oimparcial.com.br/app/noticia/especiais/sao-luis-399-anos/2011/09/07/SLi,92147/nossas-cidades-bairro.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

DINIZ, Juarez Soares. **A dinâmica do processo de segregação socioespacial em São Luís (MA)**: o caso da “Vila” Cascavel. 1999. 150 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (Org.) **São Luís: uma leitura da cidade**. São Luís: Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade, 2006.

FEITOSA, Antônio Cordeiro. **Dinâmica dos processos geomorfológicos da área costeira a nordeste da ilha do Maranhão**. 1996. 259 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

FERREIRA, Antônio J. de A. Uma interpretação geográfica para São Luís. **Revista Geosp**, São Paulo, n. 7, p. 51-58. 2000.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. Dinâmica de ocupação espacial/uso do solo em São Luís no período de 1950 a 2000. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v.13, n. 2, p.25-36, jul./dez. 2002.

_____. **O estado e as políticas do urbano em São Luís**. 1999. 223f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico brasileiro 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/painel>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. **Contagem da população 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2010.

MARANHÃO. Decreto nº 23.303, de 07 de agosto de 2007. Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 21.797, de 15 de dezembro de 2005, que cria a Estação Ecológica do Sítio Rangedor. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, 2007. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6455885/doema-executivo-07-08-2007-pg-1>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Decreto nº 21.797, de 15 de dezembro de 2005. Cria a estação ecológica do Sítio Rangedor, com limites que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, 2005. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6496932/doema-executivo-15-12-2005-pg-7>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Lei nº 7.373, de 31 de março de 1999. Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a fazer concessão do direito real de uso à Assembleia Legislativa do Maranhão. São Luís, 1999. Disponível em: <http://www.al.ma.gov.br/ged/lei/1999/LEI_7373.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Lei nº 7.997, de 31 de outubro de 2003. Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a fazer doação de um imóvel à Assembleia Legislativa do Estado, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, 2003. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6514305/doema-executivo-05-11-2003-pg-1>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Coordenadoria de Programas Especiais. Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro. **Macrozoneamento do Golfão Maranhense; diagnóstico ambiental da microrregião da aglomeração urbana de São Luís e dos municípios de Alcântara, Bacabeira e Rosário**: estudo sócio-ambiental. São Luís, 1998.

MARQUES, Gustavo Martins. Parque Santa Eulália e cidade da ciência e da cultura. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO, SUSTENTÁVEL, 4., 2010, Faro. **Livro de Resumos...** Faro: Universidade Algarve, 2010. Disponível em: <pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/pluris_pub.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2013.

MARTINS, Ana Luiza Privado. **Avaliação da qualidade ambiental da bacia hidrográfica do Bacanga (São Luís-MA) com base em variáveis físico-químicas, biológicas e populacionais**: subsídios para um manejo sustentável. 2008. 87f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistema) – Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

MORATO, Rúbia Gomes. **Análise espacial e desigualdade ambiental no município de São Paulo**. 2008. 150 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís**: 1612-1991. 2. ed. rev. São Luís: Ed. do Autor; FUNC, 2001.

SÃO LUÍS. Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. São Luís, 1992. Disponível em: <<http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%203253.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Lei nº 4.739, de 28 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a regulamentação do conselho municipal de meio ambiente, e dá outras providências. São Luís, 2006a. Disponível em: <http://saoluis.ma.gov.br/custom_files/File/LEI4739_06_Conselho_.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Lei nº 4.727, de 28 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a regulamentação do fundo socioambiental municipal, e dá outras providências. São Luís, 2006b. Disponível em: <http://www2.mp.ma.gov.br/caouma/legis_mun.asp>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Lei nº 4.738, de 28 de dezembro de 2006. Institui a Política Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências. São Luís, 2006c. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/829599/lei-4738-06-sao-luis-0>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Lei nº 4.730, de 28 de dezembro de 2006. Institui o licenciamento ambiental no município de São Luís, e dá outras providências. São Luís, 2006d. Disponível em: <http://www2.mp.ma.gov.br/caouma/legis_mun.asp>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Lei nº 4.669, de 11 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de São Luís e dá outras providências. São Luís, 2006e. Disponível em:
<<http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204669.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Projeto de Lei que institui o Sistema Municipal de Unidades de Conservação de São Luís (SISMUC). São Luís, [2009?]. Disponível em:
<http://saoluis.ma.gov.br/custom_files/File/SISMUC.pdf>. Acesso em: 22 set. 2013.

_____. **Relatório nº 20 – município de São Luís-MA: avaliação Lei nº 4669/2006: rede de avaliação e capacitação para implementação dos planos diretores participativos.** São Luís, 2009. Disponível em:
<<http://web.observatoriodasmetrololes.net/planosdiretores/produtos/ma/MA%20%20Relat%C3%B3rio%20Municipal%20n%C2%BA20%20S%C3%A3o%20Lu%C3%ADs%20Frederico%20Lago%20Burnett%20e%20Edelcy%20Ferreira%20-%20Jun%202009.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

_____. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Fundação Municipal de Patrimônio Histórico. **Plano de reabilitação urbana do bairro do Diamante.** São Luís, 2008.

SODRÉ, Érika Suzana Pereira; DIAS, Luiz Jorge B. **A implantação da via expressa e seus impactos ambientais em São Luís (Maranhão).** [2012?]. Disponível em:
<<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:CVqlOAcPEg0J:www.eng2012.org.br/trabalhoscompletos?download%3D2498:luiz>> Acesso em: 5 mar. 2013.

TRINTA, Patrícia Vieira. **Análise bioclimática do bairro do Renascença II – São Luís-MA: realidade e perspectiva do conforto térmico em espaços externos.** 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REALIZAÇÃO DE PRÁTICAS CORPORAIS: os polos de atividade física de São Luís e seus condicionantes ambientais e estruturais para realização de exercícios físicos

Ana Karine Pires Miranda*

Zulimar Márta Ribeiro Rodrigues**

Resumo

Políticas públicas estaduais e municipais voltadas para prática do exercício físico tiveram grande impulso por todo o Brasil após o lançamento da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) no ano de 2006. Esta pesquisa tem como objetivo avaliar a política de promoção da saúde no município de São Luís - MA, a partir de um programa que associa exercício físico e orientação alimentar no combate às chamadas Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) utilizando áreas verdes e ambientes fechados para desenvolvimento das atividades práticas. Como metodologia foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais referente à Política Nacional abordando suas diretrizes e operacionalização, bem como seus reflexos no desenvolvimento da política municipal apresentando o processo que culminou no surgimento dos polos de atividade física de São Luís. Como conclusão destaca-se que apesar da PNPS determinar a adoção de uma política preventiva frente aos diferentes Agravos e Doenças Não Transmissíveis, a ausência de estruturação adequada ofertadas pelas entidades locais e a ausência de manutenção do programa municipal compromete o cumprimento das metas estabelecidas, evidenciado que política preventiva ainda não é prioridade das gestões públicas locais.

Palavras-chave: Política Nacional de Promoção da Saúde. Políticas públicas. Atividade física.

PUBLIC POLICIES FOR MAKING BODY PRACTICES: the poles of physical activity of São Luís and its environmental and structural constraints to performing physical exercise

Abstract

State and local public policies geared towards physical exercise had great momentum throughout Brazil after the launch of the National Health Promotion (PNPS) in 2006. This article aims to evaluate the policy of promoting health in São Luís - MA from a program that combines exercise and nutritional guidance in combating called Chronic Noncommunicable Diseases (NCDs) using green areas and indoors to development of practical activities. As methodology were conducted literature searches and document regarding the National Policy guidelines and addressing their operationalization as well as their reflections on the development of municipal policy showing the process that culminated in the emergence of the centers of physical activity in São Luís. As a conclusion it is emphasized that despite PNPS determine the adoption of a preventive policy against different Noncommunicable Diseases and Injuries, lack of proper structuring offered by local authorities and the lack of maintenance of

*Professora de Educação Física e mestrandia em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e-mail: anakmiranda@yahoo.com.br

**Doutora em Geografia da Saúde, coordenadora do Mestrado em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e-mail: zmarita@usp.br

the municipal program or compromise the achievement of the targets set demonstrated that preventive policy is still not priority local public administrations.

Keywords: National Policy for the Promotion of Health Public Policy. Physical activity.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente um dos principais desafios dos países em desenvolvimento é prevenir e controlar o avanço das chamadas Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), incluindo-se as doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, hipertensão arterial, obesidade que no Brasil caracterizam um aumento de 72% do total de óbitos (SCHMIDT; DUNCAN, 2011).

As DCNT acometem principalmente os grupos populacionais mais vulneráveis incluindo os idosos e a população de baixa escolaridade e renda (MALTA et al., 2006). Seu tratamento apresenta um curso prolongado onerando os indivíduos acometidos e suas famílias envolvendo muito sofrimento humano (social e econômico) e incapacidades demandando intervenções imediatas, quando não evoluem precocemente para o quadro de óbito.

Os gastos familiares no tratamento dessas doenças reduzem a disponibilidade de recursos para atendimento das necessidades básicas como: alimentos, moradia, educação. Onera-se também o Sistema Único de Saúde decorrendo em altos investimentos públicos relacionados a tratamento ambulatorial, internações hospitalares e reabilitação sendo as consequências destas doenças, os principais motivos de internações hospitalares no Brasil (BARCELOS, 2011).

Segundo Stuckler (apud BARCELOS, 2011), análises econômicas da OMS e do banco econômico mundial sugerem que cada 10% de aumento em DCNT está associado a uma diminuição de 0,5% nas taxas de crescimento econômico anual e que o Brasil juntamente com China, Índia e Rússia perdem anualmente mais de 20 milhões de anos produtivos de vida¹¹ em função das consequências dessas doenças.

¹¹Anos Produtivos de Vida ou Anos Potenciais de Vida Produtivos (APVP) refere-se a um indicador importante para se avaliar as condições de saúde de uma população determinada por doenças e agravos à saúde que contribuem para o aumento da mortalidade. Esse indicador foi utilizado inicialmente por Dempsey (1947), com o objetivo de analisar o declínio da mortalidade por tuberculose nos Estados Unidos da América, entre os anos de 1924 e 1944 (LIRA; DRUMOND JR., 2000). Posteriormente sua utilização foi proposta objetivando definir as principais causas de mortes prematuras representando uma alternativa metodológica para medir as mortes que ocorrem precocemente (ROMEDER; McWHINNIE, 1989 apud LIRA; DRUMOND JR., 2000). A concepção desse indicador baseia-se no pressuposto de que as mortes que ocorrerem antes da duração de vida esperada levam a uma perda de anos potenciais de vida, ou seja, se uma pessoa morre antes de atingir um limite de idade estabelecido, considera-se que ela perdeu anos potenciais de vida. Ao contrário dos indicadores tradicionais de mortalidade, que dão igual peso a todos os óbitos, no cálculo do APVP é atribuído um peso maior aos óbitos de pessoas mais jovens e o seu uso proporciona uma ordenação das causas de morte diferente da obtida com a utilização dos coeficientes de mortalidade e da mortalidade proporcional por causas (LIRA; DRUMOND JR., 2000, p. 9).

Como possibilidade em reduzir os gastos voltados ao tratamento das DCNT citam-se ações de prevenção primária, a partir da detecção precoce de comportamentos de risco e prevalência dessas doenças possibilitadas por programas específicos associados à elaboração de sistemas de informação sobre tais comportamentos.

Como exemplos, a criação do Sistema Nacional de Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis (SISDANT), Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Programa Viva Mulher (rastreamento de câncer do colo do útero e de mama) coordenados pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), bem como ações programáticas orientadas para o controle de outros fatores de risco como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Agita Brasil, Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e ao Diabetes Mellitus, Política Nacional de Promoção da Saúde, entre outros (BRASIL, 2004).

Outra possibilidade refere-se à oferta de serviços específicos em espaços adequados voltados para prevenção dessas doenças incluindo-se programas públicos de atividade física, direcionados principalmente às pessoas com menor poder aquisitivo.

Estas medidas caracterizam-se em estratégias de planejamento de políticas de saúde sendo capazes de reduzir a mortalidade, melhorar o prognóstico e qualidade de vida das pessoas acometidas por essas doenças.

Quanto à prática regular de exercício físico, diversos estudos apontam seus benefícios no controle dessas doenças caracterizando a inatividade como fator de risco para as DCNT. Entre os benefícios proporcionados pelo exercício físico citam-se: melhora da sensibilidade à insulina em indivíduos saudáveis, em obesos não diabéticos e em diabéticos dos tipos I e II; maiores níveis de HDL colesterol e menores níveis de triglicérides e LDL colesterol; menores níveis de pressão arterial durante o repouso, além de apresentar um caráter preventivo no aumento da pressão arterial associado à idade (CIOLAC; GUIMARÃES, 2004).

Compreendendo que o estímulo à atividade física é prioritário no controle de doenças não transmissíveis e que a mudança de padrões comportamentais requerem medidas abrangentes e intersetoriais, diversos planos e projetos desenvolvidos pelos governos nas diferentes esferas – federal, estadual e municipal – têm sido lançados com vistas a alcançar os objetivos de prevenção das DCNT. Entre estes, a nível federal, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) que possibilitou o surgimento de diferentes programas estaduais e municipais voltados para a prática do exercício físico.

Esse estudo objetiva analisar o processo de implantação dos chamados polos de atividade física no município de São Luís-MA oriundos da PNPS, bem como avaliar as ações desenvolvidas junto a esses polos por meio de programas envolvendo exercício físico e

alimentação saudável sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde. Utilizou-se como metodologia pesquisas bibliográficas e documentais sobre a PNPS e documentos sobre a implantação dos polos de atividade física do município.

Cumpra ainda destacar que será enfatizado como e de que forma tem sido trabalhada a condicionante ambiental e sua correlação com a prática de atividades físicas, no processo de promoção de qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e riscos à saúde.

2 POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DESENVOLVIDAS

A OMS, a partir da sua Constituição de 1948 define saúde não apenas como a ausência de doença, mas como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social. Desta forma, a ausência de saúde, não se restringe apenas ao fator biológico considerando-se também, os aspectos sociopolíticos e ambientais envolvendo a promoção da qualidade de vida e de iniciativas voltadas para prevenção de doenças.

A efetivação da saúde de forma integrada tem exigido do Estado o desenvolvimento de políticas sociais e econômicas, cuja solução dos problemas está no potencial de mobilização e participação efetiva da sociedade buscando-se efetivar o princípio da autonomia dos indivíduos e das comunidades associadas através do planejamento e poder local.

E para efetivação da saúde de forma ampla têm-se englobado os Determinantes Sociais de Saúde (DSS), que estão relacionados às condições socioeconômicas, culturais e ambientais de uma sociedade.

Os DSS influenciam e são influenciados pelas condições de vida e trabalho das pessoas que estão inseridas. Entre eles, a habitação, saneamento, ambiente de trabalho, serviços de saúde e educação, além de contemplar também as redes sociais e comunitárias.

As influências no estilo de vida de cada pessoa, as escolhas na adoção de alguns hábitos, como a prática por exercícios físicos, o hábito de fumar e a utilização de outras drogas, hábitos dietéticos, sexo seguro, entre outros aspectos estão condicionados pelos DSS. Por isso, é de fundamental importância, a avaliação contínua de políticas e programas lançados pelo Estado e adequação destes às necessidades surgidas ao longo do processo, pois tais políticas deverão possibilitar condições para mudanças de comportamento, contribuindo nas escolhas pessoais conscientizando sobre os graves problemas que as iniquidades de saúde representam.

A Política Nacional de Promoção da Saúde lançada pelo Governo Federal, através da Portaria nº 687, de 30 de março de 2006 é uma possibilidade de intervenção do Estado sobre alguns dos DSS da população.

Essa Política traz como principal objetivo,

Promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais. (BRASIL, 2006, p 17).

Na efetivação desse objetivo, a PNPS traz como diretrizes:

- I - Reconhecer na Promoção da Saúde uma parte fundamental da busca da equidade, da melhoria da qualidade de vida e de saúde;
- II-Estimular as ações intersetoriais, buscando parcerias que propiciem o desenvolvimento integral das ações de promoção da saúde;
- III-Fortalecer a participação social como fundamental na consecução de resultados de promoção da saúde, em especial a equidade e o empoderamento individual e comunitário;
- IV-Promover mudanças na cultura organizacional, com vistas à adoção de práticas horizontais de gestão e estabelecimento de redes de cooperação intersetoriais;
- V-Incentivar a pesquisa em promoção da saúde, avaliando eficiência, eficácia, efetividade e segurança das ações prestadas; e
- VI-Divulgar e informar das iniciativas voltadas para a promoção da saúde para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS, considerando metodologias participativas e o saber popular e tradicional. (BRASIL, 2006, p 19).

A partir das suas estratégias de implementação e responsabilidade de cada esfera de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) – Ministério da Saúde, estados e municípios, a PNPS estabelece o desenvolvimento de ações em sete eixos sendo estes: Alimentação Saudável, Prática corporal/Atividade Física, Redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas, Redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito, Prevenção da violência e da cultura de paz, Desenvolvimento Sustentável, Prevenção e controle do Tabagismo.

Com relação a esses eixos, o lançamento da PNPS subsidiou municípios e estados a adotarem políticas de enfrentamento para conter o avanço das Doenças e Agravos Não Transmissíveis¹² (DANT) viabilizando aos gestores das diversas capitais brasileiras, a organização das suas estruturas locais para oferecimento de ações e atividades voltadas ao combate desses agravos.

Especificamente aos eixos Alimentação Saudável e Prática corporal/Atividade Física, o lançamento da PNPS possibilitou aos municípios e estados que concorreram a editais

¹²Entende-se por Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) doenças caracterizadas pela ausência de microrganismos não apresentando caráter infeccioso, porém com fatores múltiplos envolvendo carga genética associada a estilo de vida tendo, portanto, tratamento prolongado e longo curso clínico. As DANT são compostas pelas Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) incluindo-se também os agravos relacionados aos acidentes e violências.

lançados pelo Ministério da Saúde (MS) para criação de políticas locais os quais tratam da prevenção de algumas das doenças que compõem as DCNT resultando, em São Luís - MA, na criação dos Polos de atividade física associados à alimentação saudável.

3 POLOS DE ATIVIDADE FÍSICA NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

Os Polos de atividade física de São Luís são locais/sede onde são desenvolvidas atividades relacionadas ao Programa São Luís em Movimento, programa da esfera municipal do âmbito da saúde que envolve exercício físico e Nutrição voltados para a população a partir de 16 anos.

Entre as atividades realizadas nestes polos destacam-se: avaliações físicas e nutricionais, aulas de alongamento, ginástica, caminhada orientada, acompanhamento nutricional e psicológico, aferição da pressão arterial e índices glicêmicos de diabéticos, além da realização de palestras mensais voltadas ao público atendido pelos polos tendo como principal objetivo, o incentivo a posturas preventivas de hábitos saudáveis e auxílio no tratamento de algumas doenças, por meio do exercício físico e da alimentação saudável.

Esse programa surgiu a partir de edital lançado pelo Ministério da Saúde (MS) orientando municípios e estados a elaborarem propostas de intervenção para conter o avanço das DCNT locais com destinação de verbas do Ministério da Saúde para implantação dos projetos aprovados.

O município de São Luís através da Vigilância Epidemiológica (VE) da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) elaborou o Projeto Municipal de Estratégia Global para a Atividade Física e Alimentação Saudável, que apresentava como principal objetivo:

Contribuir para melhoria da qualidade de vida da população em relação ao combate do sedentarismo e controle das DCNT possibilitando modos de vida mais saudável com as práticas corporais e atividade física associada a promoções relativas à alimentação saudável visando à promoção da saúde, segurança alimentar e nutricional. (São Luís, 2006b, p. 3).

Desta forma, ficou a critério da SEMUS juntamente com a VE do município, a elaboração de estratégias visando conter o avanço dessas doenças caracterizando como uma de suas atividades, a implantação dos polos de atividade física. Entretanto, os recursos destinados pelo MS não permitiram a construção de espaços planejados para funcionamento destes polos buscando-se espaços com as mínimas condições estruturais para desenvolvimento das atividades práticas relacionadas à proposta municipal.

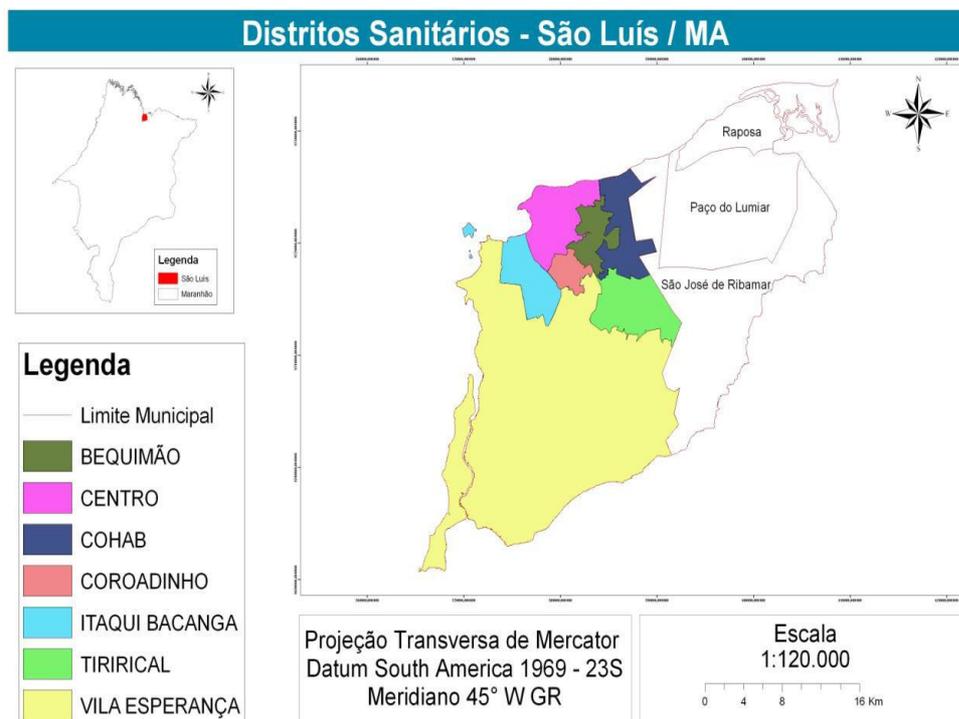
Outra estratégia apontada pelo Projeto Municipal foi o estabelecimento de parcerias com várias instituições envolvendo diferentes secretarias de âmbito municipal e estadual, universidades públicas e particulares, entre outros segmentos organizados da sociedade.

O projeto foi então aprovado pelo MS e, paralelamente a isso, a prefeitura de São Luís realizou concurso público para preenchimento de funções na SEMUS incluindo cargos técnicos em: Educação Física, Nutrição, Psicologia, Enfermagem, Medicina, Pedagogia, técnicos de Enfermagem entre outros, sendo parte desses profissionais destinados a atuarem no programa São Luís em Movimento, surgido após aprovação do projeto municipal.

Em abril de 2008 foi inaugurado o primeiro polo de atividade física de São Luís localizado no Parque do Bom Menino, por apresentar condições físicas ideais para realização das atividades propostas pelo projeto. Nesse mesmo ano foram inaugurados também os polos do Coroadado, no bairro Sacavém, Polo Josué de Castro, no bairro Vinhais e em 2010, o Polo da Cohab localizado no Centro de Saúde Cohab Anil. Estes polos estão presentes em quatro dos sete Distritos Sanitários¹³ (DS) que compõem São Luís sendo estes: DS-Centro, DS-Coroadinho, DS-Bequimão e DS-COHAB.

¹³Entre os quatro elementos que devem ser considerados no processo de construção dos Distritos Sanitários (DS) citam-se: território, problemas, práticas sanitárias e recursos de saúde. Almeida (1998) descreve Distrito Sanitário tomando por base o primeiro, definindo-o como uma área geográfica que comporta uma população com características epidemiológicas e sociais e com suas necessidades e os recursos de saúde para atendê-la. A área geográfica é definida para cada realidade e pode ser constituída por vários bairros de um município e/ou vários municípios de uma região. No processo de definição do chamado território-distrito devem ser consideradas para a sua composição, as relações de fluxos existentes entre os municípios ou bairros, as referências natural ou culturalmente já estabelecidas entre eles em suas diversas atividades, principalmente na área da saúde. O município de São Luís está dividido em 07 (sete) Distritos Sanitários, cada distrito composto por vários bairros identificados como: DS Bequimão, DS Coroadinho, DS Centro, DS Tirirical, DS Itaqui, DS Cohab, DS Vila Esperança. Os polos de atividade física estão inseridos em apenas quatro destes Distritos.

Figura 4 – Divisão do município de São Luís em Distritos Sanitários



Fonte: Carvalho (2011).

Atualmente o Programa São Luís em Movimento apresenta como equipe técnica: oito professores de Educação Física, duas Nutricionistas, uma Psicóloga e quatro técnicas de Enfermagem que acompanham os usuários pertencentes aos quatro polos em questão.

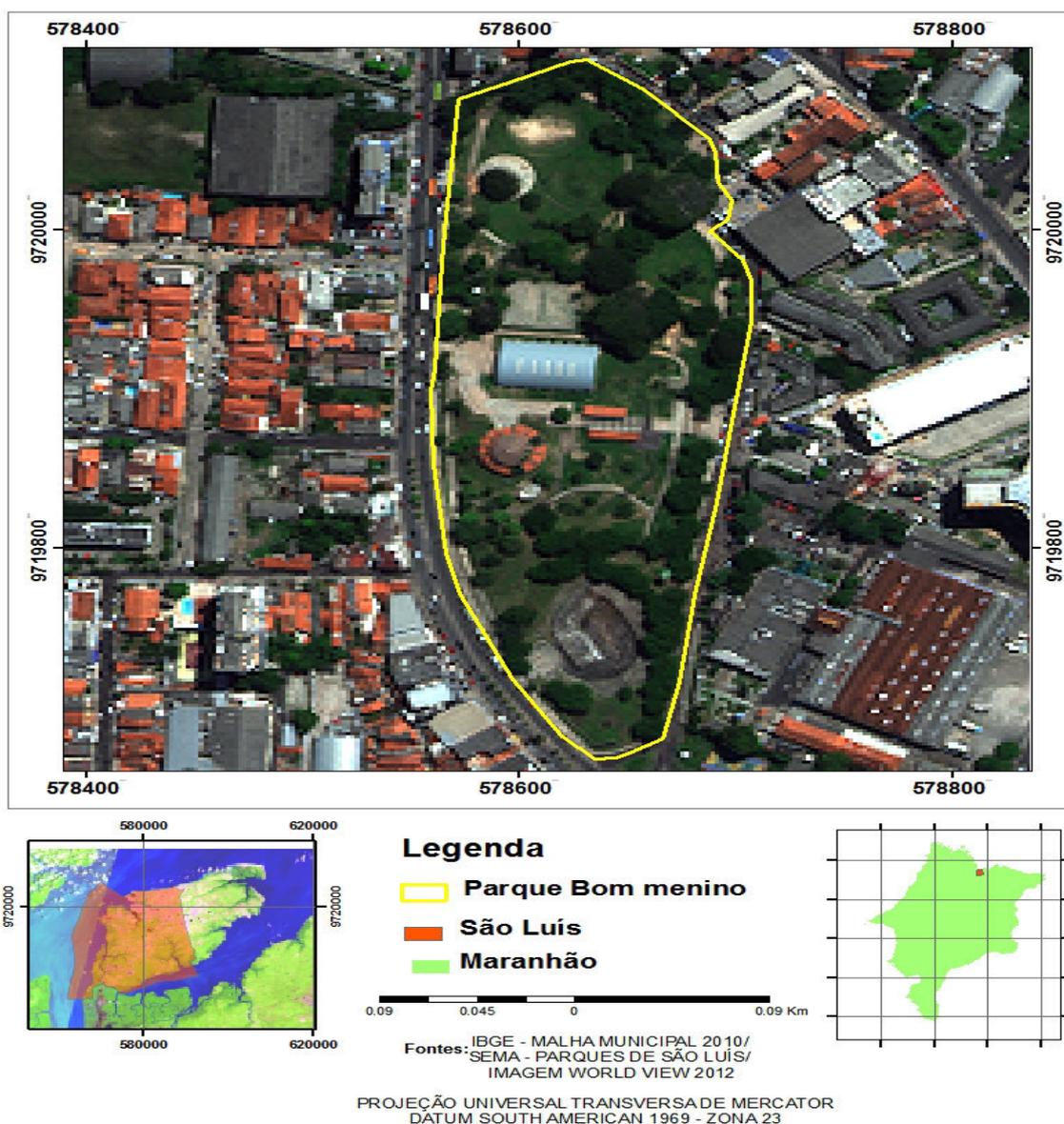
O perfil do público atendido nesses polos caracteriza-se na sua maioria por mulheres na faixa etária de 40 a 70 anos, com renda familiar entre um a dois salários mínimos e escolaridade oscilando entre ensino fundamental e médio completos. Entre as DCNT mais comuns nas pessoas que buscam o atendimento dos polos estão a Hipertensão Arterial seguida de problemas mioarticulares como artrose, artrite, osteopenia e osteoporose.

3.1 Polo Bom Menino

O polo do Bom Menino está inserido dentro do Parque do Bom Menino, localizado no bairro Centro, de São Luís. Construído pela Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOSP) durante a administração do Governador do Estado do Maranhão, José Sarney (1966-1970) e inaugurado 31 de janeiro de 1970 (SILVA, 2012), atualmente é classificado como parque urbano compondo uma área de uso sustentável, de acordo com o art. 29, § 2º, inciso V do Plano Diretor do Município (Lei nº 4.669/2006) (SÃO LUÍS, 2006a).

Pela atual Lei de Zoneamento, o Parque do Bom Menino encontra-se dentro da Zona de Preservação Histórica (ZPH) que segundo o Art. 64 do Plano Diretor, essa zona é composta por duas áreas distintas, a área de Preservação Histórica e a área de Preservação da Paisagem sendo esta última, a que se insere o Parque (Figura 5).

Figura 5 – Imagem de Satélite do Parque do Bom Menino



Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

No ano de 2005 este parque passou por um processo de requalificação deixando de ser apenas um espaço voltado para a prática de esporte e lazer ampliando sua oferta para trabalhos relacionados às questões ambientais cuja estrutura física do parque sofreu modificações adaptando-se novos espaços.

Por meio de parcerias firmadas entre o Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR) e ALUMAR, através da Fundação ALCOA, estruturou-se o Núcleo de Educação Ambiental do Parque do Bom Menino, sendo criados dois auditórios, sala da administração, copa, vestiários, banheiros, posto policial e varanda com vista para todo o parque (Figura 6).

Figura 6 – Sede do Núcleo de Educação Ambiental do Parque do Bom Menino



Fonte: Fotografias realizadas pela autora.

O segundo processo de reforma aconteceu entre 2011-2012, com verbas oriundas da prefeitura de São Luís resultando em algumas melhorias da infraestrutura, como a colocação de grades contornando toda sua extensão e duas guaritas localizadas nas duas entradas do parque, uma voltada para a Avenida Alexandre Moura e outra para a Rua Deputado Raimundo Vieira da Silva, além da construção de anfiteatro, duas estações de alongamento sendo também demolidos e refeitos todos os passeios, calçadas e pista de caminhada por dentro do Parque (Figuras 7 e 8).

A segurança do patrimônio local é feita atualmente pela Guarda Municipal de São Luís presente desde a penúltima reforma associada à guarda privada, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer (SEMDEL), atual administradora do Parque, conforme Decreto nº 42.801 de 28 de junho de 2012. Entretanto, o Bom Menino é coordenado pelo IMPUR, instituto responsável pela coordenação dos Parques Urbanos de São Luís criado pela Lei municipal nº 4.127 de 23 de dezembro de 2002.

Figura 7– Pista de caminhada dentro do Parque do Bom Menino



Fonte: Fotografias realizadas pela autora.

Figura 8 – Quadra coberta e estação de alongamento



Fonte: Fotografia realizada pela autora.

Com relação ao polo de atividade física, este foi inaugurado em abril de 2008, intitulado Polo Bom Menino por funcionar dentro das dependências do Parque. Sua instalação foi possível após uma reforma que possibilitou espaços adequados para as práticas de atividades realizadas pelo Programa São Luís em Movimento sendo destinada pela Superintendência de Educação em Saúde, pertencente à SEMUS, uma sala/sede para funcionamento do polo.

Melhoras da estrutura física referente a equipamentos para a prática de exercícios físicos, associada à cobertura vegetal da área atraem públicos variados de diferentes faixas etárias, interessados na realização de práticas corporais e atividades de lazer. O Programa São Luís em Movimento atende a uma dessas necessidades ao ofertar exercício físico e orientação nutricional, com funcionamento nos turnos matutino e vespertino, por meio de duas equipes composta por professores de Educação Física, Nutricionistas e técnicas de Enfermagem em cada turno de funcionamento.

3.2 Polo Coroado Sacavém

Com localização na Avenida Presidente Médici, bairro Sacavém, o polo Coroado foi implantado em junho de 2008 utilizando as dependências do Centro de Saúde Dr. José Carlos Macieira e a quadra esportiva pertencente à Unidade Básica de Educação Darcy Ribeiro localizados um ao lado do outro (Figuras 9, 10 e 11).

Figura 9 – Polo Coroado Sacavém



Legenda

-  Unidade de Saúde Carlos Macieira
-  Quadra esportiva da Unidade de Educação Básica Darcy Ribeiro

Fonte: Capitais... ([2013?]).

Desta forma, as estruturas físicas neste polo envolviam uma sala dentro do Centro de Saúde para realização das avaliações físicas e o espaço físico da quadra para realização das atividades práticas com aulas de alongamento, ginástica e caminhadas, esta última posteriormente realizada pelas ruas dos bairros próximas ao Centro de Saúde, chegando até as dependências do Complexo Esportivo Castelão.

Figura 10 – Atividades no interior da quadra



Figura 11- Caminhada ruas no entorno do Polo



Fonte: Fotografias realizadas pela autora.

Os profissionais destinados pelo Programa São Luís em Movimento para atuarem nesse polo seriam apenas um professor de Educação Física e uma técnica de Enfermagem, sendo que o trabalho de parceria proporcionava a oferta de outros serviços pelos profissionais de saúde do próprio Centro incluindo Nutrição, Medicina e Enfermagem que, ao realizarem seus atendimentos, referenciavam os serviços do programa quanto à orientação e acompanhamento da prática para realização dos exercícios físicos.

O Centro de Saúde Carlos Macieira funcionava com nível de atenção ambulatorial desenvolvendo atividades de Atenção Básica¹⁴ e média complexidade tendo seu fluxo de atendimento determinado por demanda espontânea.

Um dos serviços contemplados pela Atenção Básica neste Centro referia-se ao trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde¹⁵ (ACS), que através de visitas domiciliares nos bairros adjacentes sensibilizou e atraiu muitas pessoas na adesão dos exercícios físicos ofertados pelo São Luís em Movimento auxiliando no tratamento para Hipertensão Arterial,

¹⁴A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo abrangendo a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações (BRASIL, 2006b).

¹⁵O agente comunitário de saúde (ACS) representa o “elo” entre a equipe e a comunidade devendo residir na área de atuação da equipe, vivenciando o cotidiano das famílias/indivíduo/comunidade com mais intensidade em relação aos outros profissionais (FORTES; SPINETTI, 2004). Capacitado para reunir informações de saúde sobre a comunidade realiza visitas domiciliares na área adscrita produzindo dados capazes de dimensionar os principais problemas de saúde da sua comunidade cadastrando todas as pessoas do território e mantendo esses dados sempre atualizados, orientando as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis. As famílias devem ser acompanhadas, por meio de visitas domiciliares e ações educativas individuais e coletivas, buscando sempre a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS. Devem desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde mantendo como referência a média de uma visita/família/mês ou, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade, em número maior (FIGUEIREDO, 2013).

Diabetes Mellitus e patologias relacionadas ao aparelho muscular esquelético (artrose, artrite, osteopenia e osteoporose).

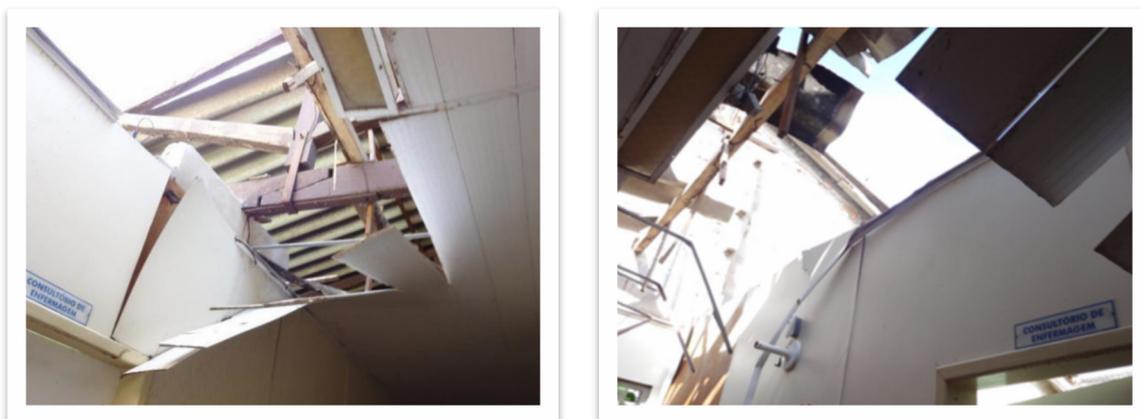
Entretanto, no ano de 2011 a adesão de novas pessoas a esse polo sofreu considerável redução após desativação deste Centro, em função do desabamento de uma viga de madeira em um dos setores de atendimento, fato que impossibilitou a continuidade de todos os serviços oferecidos (Figuras 12 e 13).

Figura 12 – Ausência do telhado Centro de Saúde Dr. Carlos Macieira, vista externa do prédio



Fonte: Fotografia realizada pela autora.

Figura 13 – Telhados e forros comprometidos pela queda da viga de madeira



Fonte: Fotografias realizadas pela autora.

Durante o ano de 2012, nenhuma reforma ou manutenção foi efetuada no prédio. Todavia, a oferta dos exercícios físicos por parte do programa São Luís em Movimento manteve-se utilizando apenas o espaço da quadra escolar Darcy Ribeiro, no período matutino.

3.3 Polo Josué de Castro (Polo Vinhais)

O terceiro polo de atividade física iniciou suas atividades em julho de 2008 na Praça do Letrado, no bairro Vinhais e somente com a entrega do prédio localizado na Rua do Arame no mesmo bairro, em outubro de 2008 passou a desenvolver suas atividades em um ambiente fechado identificado como Polo Josué de Castro.

O prédio pertence à Fundação José Romão de Sousa e após parceria estabelecida com a prefeitura de São Luís no ano de 2008 passou a ofertar atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA) que se responsabilizou pela coordenação e realização de atividades relacionadas à alimentação.

O programa São Luís em Movimento desenvolve suas atividades nesse prédio trabalhando em parceria com esta secretaria. Desta forma, os profissionais pertencentes ao programa compõem-se de dois professores de Educação Física, cada um atuando em um turno, além de uma técnica de enfermagem e uma Psicóloga, que atendem no turno vespertino. Os atendimentos e acompanhamentos nutricionais ficam sob a responsabilidade da SEMSA.

Quanto à sua estrutura física, o Polo Vinhais tem todo seu funcionamento dentro de um prédio apresentando pouca visibilidade para o grande público. Seu fluxo de atendimento é caracterizado por demanda espontânea, cujas pessoas vêm por indicação dos próprios usuários, em busca dos serviços de orientação para prática do exercício físico e educação alimentar (Figuras 14 e 15).

Figura 14 – Polo Vinhais (Josué de Castro)



Legenda:

→ Polo Josué de Castro (Polo Vinhais)

Fonte: Capitais... ([2013?])

Figura 15 – Vista frontal do prédio do Polo Josué de Castro e atividades do programa em seu interior

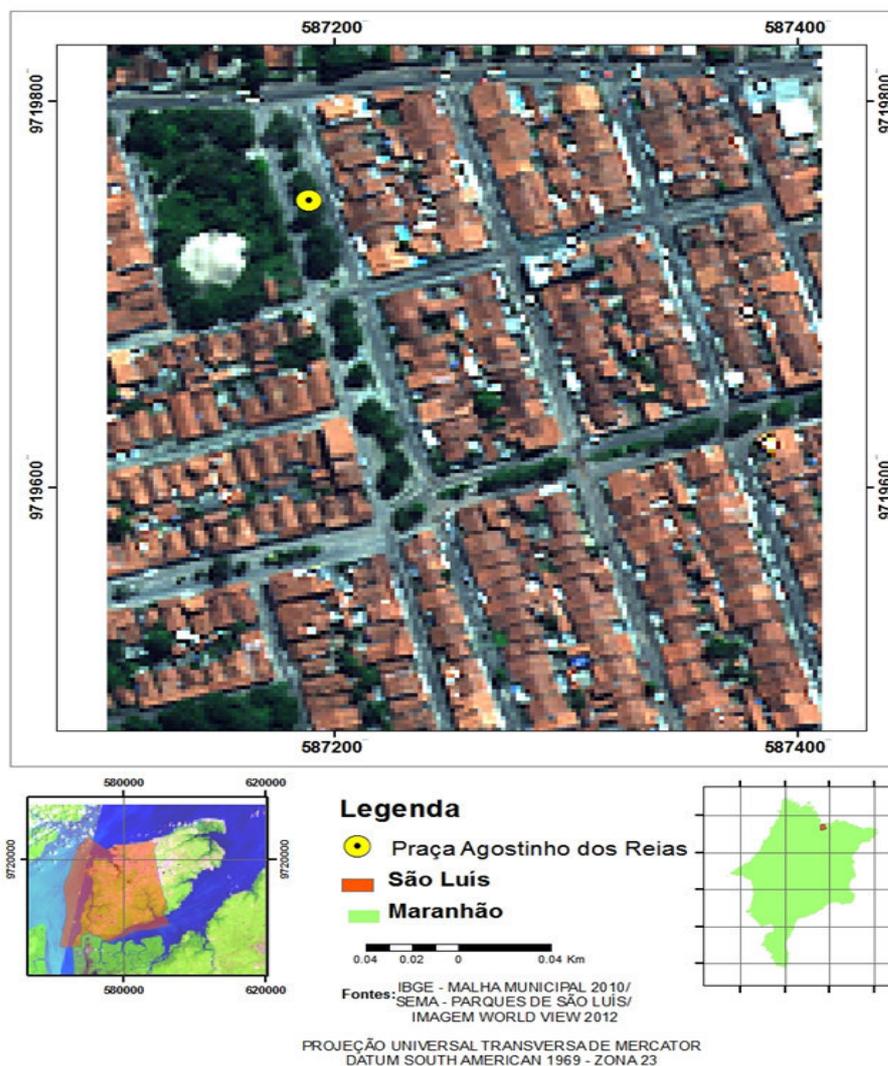


Fonte: Fotografias realizadas pela autora.

3.4 Polo Cohab

O polo Cohab teve seu início de funcionamento em abril de 2010. Sua sede funciona no Centro de Saúde Cohab Anil, localizado no bairro Cohab onde são feitas as avaliações físicas e nutricionais, enquanto que a realização dos exercícios físicos acontecem na praça Agostinho dos Reis, inaugurada em 04 de abril de 2007 pela Secretaria de Paisagem e Urbanismo, distante dois quarteirões do Centro de Saúde da Cohab (Figura 16).

Figura 16 – Imagem de Satélite da Praça Agostinho dos Reis



Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Dentre os quatro polos, atualmente é o único que trabalha com Estratégia Saúde da Família¹⁶ (ESF) havendo encaminhamento direto de médicos e demais profissionais atuantes neste Centro para os serviços oferecidos pelo Programa São Luís em Movimento. Desta forma, como profissionais do programa atuantes neste Centro, dois professores de Educação Física e duas nutricionistas compõem as equipes que atuam em turnos diferentes.

¹⁶A Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade. Composto as equipes do ESF estão presentes no mínimo, um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde. Quando ampliada, conta ainda com: um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental (ASSIS, 2013).

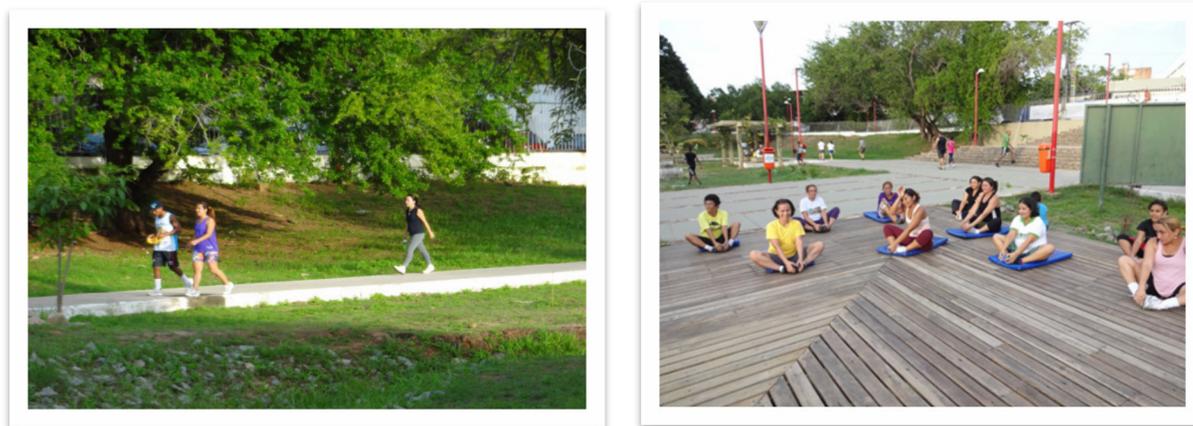
4 CONDIÇÕES AMBIENTAIS E ESTRUTURAIS PARA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS NOS POLOS DE SÃO LUÍS

Frente às características ambientais onde estão inseridos os polos, o Bom Menino e o polo Cohab desenvolvem suas atividades em espaços classificados como áreas verdes, inseridos, respectivamente, dentro de um parque urbano e uma praça num bairro de São Luís, enquanto que o Polo Vinhais (Josué de Castro) e Polo Coroado têm como espaços físicos, uma sala dentro de um prédio e uma quadra esportiva caracterizados nesse estudo, como áreas fechadas.

Quanto às condições ambientais e estruturais desses espaços, dentre os polos inseridos nas áreas verdes, o Polo Bom Menino apresenta vantagens em alguns aspectos. A colocação do alambrado em torno do parque e a presença da guarda municipal e guarda local oferecem ao usuário maior sensação de segurança, além da restrição da entrada de veículos no seu interior, possibilitando maior conforto quanto à realização das práticas corporais.

A variedade de espaços para a prática do exercício físico é outro aspecto positivo, sendo possível o desenvolvimento de várias atividades nesse espaço, além da busca pelos benefícios proporcionados pela cobertura vegetal do local, amenização de temperatura, ventilação e redução da acústica sonora presente no centro da cidade (Figura 17).

Figura 17 – Práticas corporais no Parque do Bom Menino



Fonte: Fotografia realizada pela autora.

A Praça Agostinho dos Reis no bairro da Cohab apresenta boa extensão para realização de caminhadas, inclusive muito utilizada pelos moradores próximos a ela, para tal finalidade. Entretanto, a praça está localizada entre duas ruas e apresenta, em alguns trechos, dois cruzamentos exigindo de pedestres e motoristas maior atenção quanto à passagem de carros e pessoas. Em outro quarteirão há uma área verde, sendo possível o desenvolvimento de

algumas atividades corporais pelos moradores das adjacências. Por ser uma praça, não apresenta nenhuma cobertura, o que atrapalha os usuários do programa de realizarem suas atividades em períodos chuvosos (Figura 18).

Figura 18 – Praça Agostinho dos Reis e atividade de caminhada



Fonte: Fotografia realizada pela autora.

Quanto aos polos localizados em áreas fechadas estes apresentam como aspectos positivos estruturas cobertas garantindo a realização das práticas principalmente em dias chuvosos, entretanto, como desvantagem esse mesmo critério da estrutura dificulta a visualização das atividades realizadas pelo programa.

Quanto às questões estruturais dos quatro polos de atividade física do município, apenas o Polo Vinhais (Josué de Castro) foi equipado com materiais específicos para realização dos exercícios físicos compostos por halteres, colchonetes, cordas, arcos e bastões, adquiridos com recursos oriundos do MS, ainda no ano de 2008, quando inaugurados os três primeiros polos do município, não sendo repostos até então. Em função disso, alguns dos equipamentos atualmente utilizados são doações por instituições parceiras, bem como a utilização de materiais alternativos caracterizados por garrafas peti com areia e cabos de vassoura.

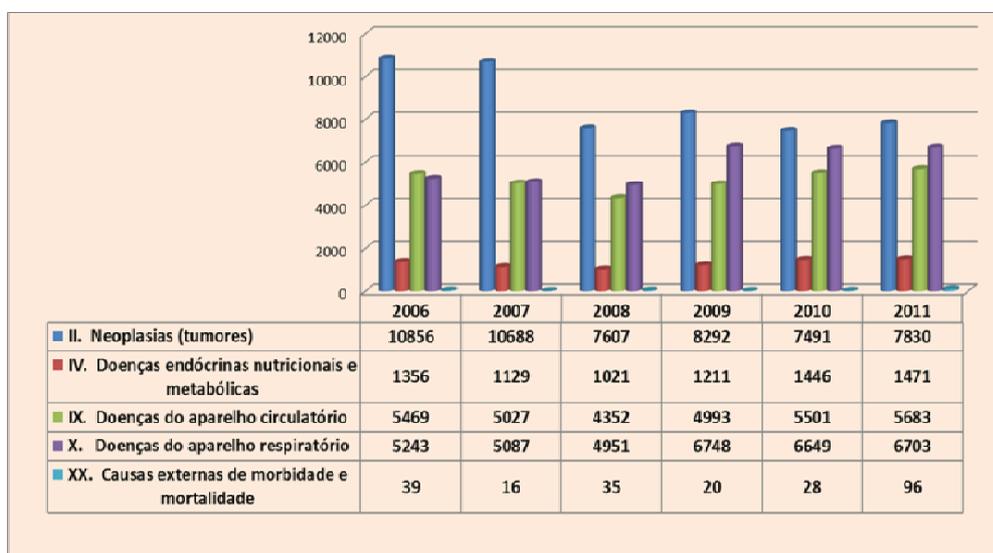
Embora o Programa São Luís em Movimento seja fruto de uma Política Nacional de Saúde e esteja sob a responsabilidade da SEMUS, a política de prevenção principalmente relacionada ao avanço das DCNT, ainda não tem sido prioridade das gestões municipais que se sucedem no poder local.

A partir do início do surgimento dos polos, no ano de 2008, seguido pelos últimos quatro anos da gestão municipal (2009-2012), poucos avanços puderam ser percebidos quanto à ampliação do programa. Destaca-se entre outras questões a dificuldade de aquisição de novos materiais para realização dos exercícios físicos junto aos polos, lentidão para manutenção dos equipamentos referente ao funcionamento do programa, pouca divulgação da própria secretaria

quanto às atividades relacionadas ao São Luís em Movimento associada a não ampliação de mais polos, inclusive na área rural do município.

Atualmente a população de São Luís é de 1.014.837 hab. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011) apresenta, também, aumento no quantitativo de pessoas acometidas pelas DCNT cujos dados do DATASUS 2012 apontam o aumento de pessoas atendidas na capital com diferentes doenças que compõem as DCNT, conforme destaca o gráfico 1.

Gráfico 1 – Internações hospitalares referentes às DCNT ocorridas em São Luís-MA no período de 2006 a 2011



Fonte: Elaborada pela autora conforme informações do DATASUS (BRASIL, 2012).

O número de internações hospitalares aumentou para as neoplasias que permanecem no topo, em todos os anos. Houve uma queda dos valores no ano de 2008, porém aumentou o número das doenças do aparelho circulatório e respiratório, o que evidencia a necessidade de ampliação de políticas de caráter preventivo referente às DCNT.

Reforçando a prevalência das doenças relacionadas ao aparelho circulatório causadas pela hipertensão arterial e diabetes, dados fornecidos pelo HIPERDIA¹⁷ no município de São Luís, com registros epidemiológicos referentes à hipertensão arterial, diabetes e hipertensão associada ao diabetes apontam um aumento gradativo destas, nos últimos seis anos.

¹⁷HIPERDIA – Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos e captados no Plano Nacional de Reorganização da Atenção à hipertensão arterial e ao Diabetes Mellitus em todas as unidades ambulatoriais do Sistema Único de Saúde, gerando informações para os gerentes locais, gestores das secretarias municipais, estaduais e Ministério da Saúde, além de permitir o acompanhamento, a garantia do recebimento dos medicamentos prescritos, ao mesmo tempo que, a médio prazo, poderá ser definido o perfil epidemiológico desta população, e o consequente desencadeamento de estratégias de saúde pública que levarão à modificação do quadro atual, a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas e a redução do custo social (BRASIL, [2013]).

Tabela 1 – Frequência absoluta de Diabéticos (Tipos I e II), Hipertensos e Diabéticos com Hipertensão por sexo no município de São Luís, no período de 2005 a 2011.

Período	Nº de Diabéticos					Nº de Hipertensos			Nº de Diabéticos e hipertensos		
	Total	Tipo I		Tipo II		Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.
	Nº	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.						
01/2005 a 01/2006	26	4	8	6	8	253	94	159	132	42	90
01/2006 a 01/2007	39	5	9	4	21	264	76	188	182	66	116
01/2007 a 01/2008	147	10	14	51	72	442	161	281	486	156	330
01/2008 a 01/2009	456	37	38	158	223	1539	550	989	1252	462	790
01/2009 a 01/2010	627	38	49	233	337	2988	978	2010	1816	674	1142
01/2010 a 01/2011	455	56	60	144	195	1542	515	1027	1231	440	791

Fonte: Elaborada pela autora conforme informações de Brasil ([2013]).

Alerta-se para o fato de que esses valores podem ser maiores, em função da maior prevalência dessas doenças associadas aos casos não notificados.

Esses dados sinalizam para a grande quantidade de pessoas acometidas pelo grupo de doenças que compõe as DCNT na capital do Maranhão evidenciando que quatro polos de atividade física são insuficientes para atender a atual demanda. Destaca-se inclusive que a busca pelos serviços ofertados pelo programa ocorre por pessoas pertencentes aos outros municípios, que também compõem a ilha de São Luís, sinalizando que políticas preventivas ainda não acontecem por parte das gestões locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação à efetivação de políticas voltadas para resolver parte das iniquidades relacionadas à ausência de saúde, a PNPS lançada pelo governo federal possibilitou ao município de São Luís, a criação de um programa voltado ao combate das DCNT.

Aos indivíduos que têm acesso ao Programa São Luís em Movimento, informações são transmitidas acerca dos fatores causadores dessas doenças, possibilitando-lhes autonomia

para que possam modificar alguns dos DSS causadores dessas doenças, principalmente quanto ao estilo de vida, por meio da adoção de hábitos saudáveis.

A realização das práticas corporais associadas à orientação alimentar, informações com relação às doenças associadas ao sedentarismo e alimentação de baixa qualidade, seguidas de monitoramento constante de alguns dos indicativos de saúde causam nessas pessoas o sentimento de responsabilidade na busca por melhorar fatores que compõem a sua qualidade de vida.

Entretanto, o planejamento e o poder local das entidades responsáveis comprometem a ampliação de todo um trabalho, quando não viabilizam a ampliação e funcionalidade do programa.

Conforme as descrições e análises realizadas nesse estudo com relação às políticas públicas voltadas para promoção da saúde, a partir da PNSP e do surgimento dos polos de atividade física no município de São Luís observa-se pouco avanço na ampliação desse programa durante seus cinco anos de existência.

O número reduzido de polos frente à demanda populacional de São Luís, melhoras nas questões estruturais e ambientais, a pequena quantidade de materiais e profissionais, além da baixa divulgação desse programa pela sua entidade responsável são exemplos relacionados à baixa prioridade da gestão pública local frente aos fatores preventivos para o combate das DCNT. Desse modo, enquanto políticas preventivas não se tornarem prioridades de governos estaduais e municipais, influenciando diretamente nos Determinantes Sociais de Saúde, o cidadão sofrerá mais com o acometimento de várias doenças, inclusive as DCNT, bem como terá a sensação de que, como contribuinte, seu dinheiro está sendo muito mal empregado pelos gestores desse município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eurivaldo Sampaio de; CASTRO, Cláudio Gastão Junqueira de; VIEIRA, Carlos Alberto Lisboa. **Distritos sanitários: concepção e organização**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. v. 1. (Série Saúde & Cidadania).

ALUMAR. **Revitalização do Parque Bom Menino**. Disponível em: <http://www.alumar.com.br/internas_template4.aspx?clkid=20&csiid=32&spbid=8&tbsid=9>. Acesso em: 6 jan. 2013.

ASSIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Estratégia saúde da família**. Assis, SP, 2013. Disponível em: <http://www.saude.assis.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=63>. Acesso em: 15 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Informações de saúde TABNET**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvma.def>>. Acesso em: 17 ago 2013.

_____. **Portal da saúde**. Brasília, DF, [2013]. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/se/datasus/area.cfm?id_area=807>. Acesso em: 17 ago 2013.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, DF, 2006.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida de doenças e agravos não transmissíveis: Brasil, 15 capitais e Distrito Federal, 2002-2003**. Rio de Janeiro: INCA, 2004. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/inquerito/docs/completa.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

BARCELOS, Victor. **O impacto das DCNT**. Disponível em: <<http://maispelasaude.com.br/2011/09/06/dcn/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

CAMPOS, Gastão Wagner; BARROS, Regina Benevides de; CASTRO, Adriana Miranda de. Avaliação de política nacional de promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 745-749, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n3/a20v09n3.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

CAPITAIS brasileiras Google maps: mapa google 3D das capital brasileira São Luis do Maranhão. [2013?]. Disponível em: <http://www.carapina.com.br/capitais/maranhao/sao_luis.html>. Acesso em: 12 mar. 2013

CARVALHO, Ana Carolina Coutinho. **Dinâmica espaço-temporal da hanseníase no município de São Luís**. 2011. 63 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

CASTRO, Adriana. **SUS: ressignificando a promoção da saúde**. In: PEDROSA, José Ivo dos Santos. **Promoção da saúde e educação em saúde**. São Paulo: Hucitec; Opas, 2006.

CIOLAC, E.G.; GUIMARÃES, G.V. Exercício físico e síndrome metabólica. **Revista Brasileira Medicina no Esporte**, Niterói, v.10, n. 4, p. 319-324, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbme/v10n4/22048.pdf>> Acesso em: 14 mar. 2013.

FORTES, P. A. C.; SPINETTI, S. O agente comunitário de saúde e a privacidade das informações dos usuários. **Caderno de Saúde Pública**, v. 20, n. 5, p. 1328-1333, 2004.

FIGUEIREDO, Elisabeth Niglio de. **A estratégia saúde da família na atenção básica do SUS**. Disponível em: <http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade05/unidade05.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico brasileiro 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/painel>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

LIRA, Margarida M. T. de Azevedo; DRUMOND JR, Marcos. Anos potenciais de vida perdido no Brasil em 1980 e 1997. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. Vigilância Epidemiológica. **Estudos epidemiológicos**. Brasília, DF, 2000. Disponível em:<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/estudos_epidemiologicos.pdf>. Acesso em: 22 maio 2013.

MALTA, Deborah Carvalho et al. A construção da vigilância e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis no contexto do Sistema Único de Saúde. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v.15, n.3, p. 47-65, 2006.

PARQUES urbanos de São Luís. Disponível em:
<<http://parquesurbanosdesaoluís.blogspot.com>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

SÃO LUÍS. Lei nº 4.669, de 11 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de São Luís e dá outras providências. São Luís, 2006a. Disponível em:
<<http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204669.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Saúde. Vigilância Epidemiológica. **Projeto municipal de estratégia global para a atividade física e alimentação saudável**. São Luís, 2006b.

SILVA, Denise de Castro. **Uma experiência prática de educação ambiental não formal na perspectiva da pedagogia**. 2012. 53 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Curso de pedagogia, Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, São Luís, 2012.

SCHMIDT, Maria Inês; DUNCAN, Bruce Bartholow. O enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis: um desafio para a sociedade brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, DF, v. 20, n. 4, dez. 2011. Disponível em:
<http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167949742011000400001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 ago. 2013.

5 ÁREAS VERDES E AMBIENTES FECHADOS NA REALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

FÍSICOS: percepções de usuários e professores de Educação Física sobre a prática do exercício e as influências do ambiente a partir dos polos de atividade física de São Luís-MA

Ana Karine Pires Miranda*

Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues**

Resumo

A prática de exercícios físicos e sua execução em áreas verdes e espaços livres para alguns usuários despertam mais interesse quando comparadas com a sua realização em ambientes fechados, em função dos benefícios sentidos estendendo-se desde os aspectos cognitivos até os propriamente fisiológicos. Neste estudo faz-se uma pesquisa de campo que tem como objetivo investigar a percepção acerca do exercício físico, bem como a percepção ambiental referente aos locais onde estas atividades acontecem. A partir da pesquisa de Representação Social, com enfoque quali-quantitativo utilizou-se como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas aplicada a usuários e professores de Educação Física de um programa de atividade física do município de São Luís que utilizam como espaços para realização dos exercícios físicos, os polos de atividade física associado à alimentação saudável inseridos em áreas verdes e ambientes fechados. Os resultados apontam que a percepção dos usuários quanto ao exercício físico é extremamente positiva, pois a adoção da sua prática regular proporcionou benefícios no campo fisiológico, psicológico e social dos entrevistados aliado à importância da alimentação orientada apontados como aspectos favoráveis para melhoras na qualidade de vida dos beneficiados. Entretanto é necessário garantir a segurança, não restrita apenas à questão policial, mas também relacionada à segurança proporcionada por estruturas adequadas presentes nos polos de atividade física do município e que se estende para maior segurança em toda a cidade aliada a uma quantidade suficiente de áreas verdes no espaço urbano de São Luís.

Palavras-chave: Áreas verdes. Espaços livres. Exercício físico. Ambientes fechados.

GREEN AREAS AND A CLOSED IN CONDUCTING PHYSICAL EXERCISE: perceptions of users and physical education teachers about the practice of exercise and environmental influences from the poles of physical activity São Luís-MA

Abstract

The physical exercise and its execution in green areas and open spaces for some users arouse more interest when compared to its performance indoors, to the benefits senses extending from the cognitive to the strictly physiological. In this study it is a research field that aims to investigate the perception of physical exercise as well as environmental perception regarding the places where these activities take place. As an instrument for data collection was adopted structured interviews applied to users and physical education teachers from a physical activity program in the city of St. Louis using as spaces for the exercise, the poles of physical activity associated with healthy eating inserted green areas and indoors.

*Professora de Educação Física e mestranda em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e-mail: anakmiranda@yahoo.com.br

**Doutora em Geografia da Saúde, coordenadora do Mestrado em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e-mail: zmarita@usp.br

The results show that the users' perception regarding the exercise is extremely positive since the adoption of its regular practice in the field provided benefits physiological psychological and social interviewed together with perception regarding the exercise is extremely positive since the adoption of its regular practice in the field provided benefits physiological psychological and social interviewed together with the importance of food -oriented aspects identified as favorable for improvements in quality of life the beneficiaries . However it is necessary to ensure the safety not only restricted to police matter but also related to the security provided by appropriate structures present at the poles of physical activity of the municipality and which extends for safety throughout the city combined with a sufficient amount of green areas within the city of St. Louis

Keywords: Green areas. Clearances. Exercise. Indoors.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como principal objetivo identificar a percepção ambiental das pessoas quanto à realização de exercícios físicos em dois tipos de ambientes, as chamadas áreas verdes e os espaços fechados, bem como identificar os prováveis benefícios ocasionados pela prática do exercício físico nesses espaços.

A pesquisa utiliza como cenário, um programa pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, coordenado pela Vigilância Epidemiológica do município de São Luís que oferece exercício físico através dos chamados polos de atividade física, inseridos respectivamente dentro de um parque urbano (Polo Bom Menino) e uma praça (Polo Cohab), aqui categorizados como áreas verdes e espaços livres, bem como uma sala dentro de um prédio (Polo Vinhais) e uma quadra esportiva (Polo Coroado), categorizados como espaços fechados.

Participaram do estudo, usuários pertencentes ao programa e professores de Educação Física que ministram suas aulas nesses polos.

Utilizou-se a teoria da Representação Social com foco na pesquisa quali-quantitativa. As representações sociais são esquemas sociocognitivos que as pessoas utilizam para emitirem, no seu cotidiano, juízos ou opiniões. Tais esquemas são acessíveis através de depoimentos individuais caracterizando-se em uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, de uma realidade comum a um conjunto social (LEFREVE, 2010).

Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas utilizando como recurso aparelho MP4. As falas depois de analisadas foram categorizadas e discutidas com base nos indícios e evidências revelados pela pesquisa em questão.

Dos usuários buscou-se identificar três aspectos: os benefícios proporcionados pela realização dos exercícios, a percepção quanto aos espaços utilizados para realização dos exercícios físicos e a satisfação com o programa a partir da manutenção e assistência pelos

órgãos competentes. Dos professores pretendeu-se compreender suas percepções quanto às condições ambientais e estruturais para realização das atividades a frente do programa.

O trabalho possui em seu corpo aspectos referentes às condições ambientais para desenvolvimento de exercícios físicos ao ar livre em São Luís, seguido da exposição e análise contextualizada dos dados obtidos. Por fim, apresenta discussão sobre os indícios e evidências revelados pelo estudo com relação às questões ambientais das áreas verdes, espaço livres e fechados, favoráveis ou não para prática do exercício físico.

2 CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE SÃO LUÍS PARA DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS CORPORAIS AO AR LIVRE

O município de São Luís apresentou nos últimos quarenta anos, um inchaço urbano que proporcionou destruição e desequilíbrio dos seus principais componentes naturais. Associado à redução desses componentes está a omissão do poder público frente à proteção desses elementos, incluindo a cobertura vegetal.

Contraditoriamente à redução significativa das áreas verdes e espaços livres em meio à cidade que se expande, tem aumentado a necessidade por ambientes saudáveis e em contato com a natureza, também entre a sua população.

A realização de exercícios físicos ao ar livre, em parte é uma prova dessa necessidade, visto que esta tendência tem crescido na capital nos últimos dez anos, com destaque para as atividades de caminhada e mais recentemente o surgimento de grupos de corrida e pessoas que andam de bicicleta à noite, ambos com tendência de crescimento, embora o município apresente carência de espaços adaptados a tais práticas.

Essa carência decorre da ausência de planejamento urbano que melhore a infraestrutura da cidade no que se refere à criação de espaços em contato com a natureza, devidamente estruturados e seguros, pois a lógica que tem dominado é o crescimento imobiliário deixando-se de lado, a criação de áreas verdes e espaços livres que proporcionem saúde para sua população.

Entre os poucos espaços na capital maranhense com possibilidades para desenvolvimento de exercícios físicos e práticas corporais¹⁸ ao ar livre destacam-se a Avenida

¹⁸Segundo Carvalho (2008, p. 153), as práticas corporais apresentam noção mais complexa que os exercícios físicos. Enquanto estes se “caracterizam em atividades físicas, planejadas e sistematizada, com objetivos, metas e procedimentos definidos para curto, médio e longo prazo”, as práticas corporais ampliam-se para além do movimento, pois “contemplam à gestualidade, os modos de se movimentar seja com base na racionalidade ocidental (modalidades esportivas, as ginásticas, os jogos, as lutas), seja na oriental (Yoga, Tai Chi Chuan) transcendendo o plano da matéria e do movimento pelo movimento”.

Litorânea e a Lagoa da Jansen, adaptadas para realização de algumas dessas práticas e frequentadas, em sua maioria, por pessoas com perfil socioeconômico melhor definido.

A localização dessas áreas dentro do perímetro urbano de São Luís, inseridas nas chamadas “áreas nobres” é um fator que destina parte desse segmento populacional a buscá-los, em função do melhor tratamento urbano dado a estes espaços, embora seja comum a queixa de frequentadores dessas áreas, quanto à ausência de manutenção nos equipamentos ali presentes. Outro aspecto refere-se a um maior nível de consciência desse segmento quanto aos benefícios do exercício físico proporcionados pela prática do exercício buscando a realização de atividades nesses espaços.

Entretanto, ainda não sendo hábito da população local a realização de exercícios físicos ao ar livre, pessoas dos segmentos populacionais de menor poder aquisitivo também têm se lançado na realização dessas atividades ficando exclusas dessas áreas, em função das dificuldades encontradas, como ausência de espaços com igual estrutura dentro dos seus bairros e dificuldade de mobilidade urbana aos locais destacados.

Contribuindo na adesão da população de mais baixa renda pela busca do exercício físico em espaços livres está a mídia, que diariamente difunde, através dos meios de comunicação, benefícios proporcionados por essas práticas, na prevenção e controle de algumas doenças.

Frente à impossibilidade de pagar por serviços em estúdios e academias de ginástica, os polos de atividade física do município acabam tornando-se uma opção para algumas pessoas que compõem os diferentes segmentos sociais, principalmente aquelas com menor poder aquisitivo.

3 SOBRE OS USUÁRIOS E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS POLOS DE ATIVIDADE FÍSICA DE SÃO LUÍS

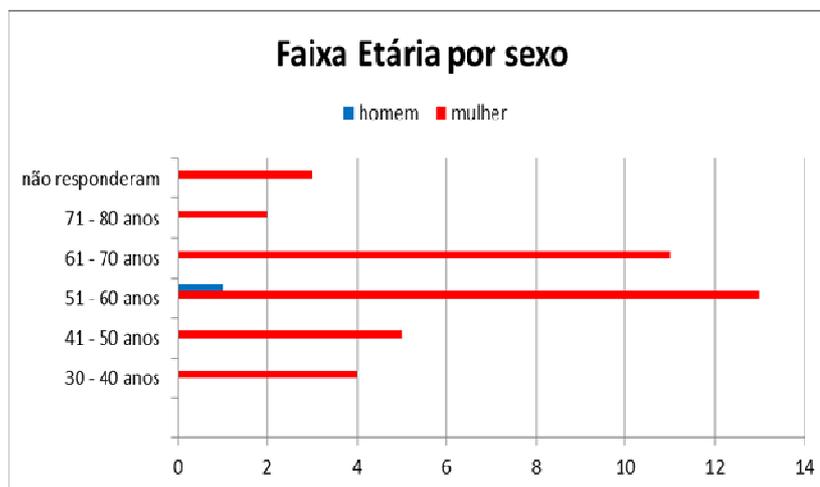
Os indicadores revelados pelos dados da pesquisa, assim como as análises das falas dos sujeitos serão retratados a seguir em tópicos diferentes.

3.1 Usuários dos Polos de atividade física

Quanto ao sexo das pessoas participantes da pesquisa, dos 39 usuários entrevistados, 97,5% representam o sexo feminino e 2,5% o sexo masculino. Referente às faixas etárias, a maior parte dos usuários do programa apresenta entre 51 a 60 anos, representado por 35,9% dos entrevistados seguidos de 28,2% para os que possuem entre 61 a 70 anos; 12,8%, 41 a 50 anos;

10,3% entre 30 a 40 anos; 5,2% representam as pessoas entre 71 a 80 anos e 7,7% não identificaram sua idade.

Gráfico 2 – Faixa etária por sexo dos usuários entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pela autora.

Os indícios apontados pela pesquisa revelam que as mulheres, na faixa etária de 51 a 60 anos são as que mais buscam os serviços ofertados nos polos de atividade física. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), o Brasil possui 5,8 milhões de mulheres a mais do que homens. De uma população de 195,2 milhões de habitantes, 100,5 milhões ou 51,5 % são mulheres e 94,7 milhões são homens, 48,5 % do total.

Os aspectos sociais, culturais e educacionais contribuem para tal situação. O aumento do número de óbitos para o sexo masculino, em função da negligência destes com relação a sua saúde é um fator, pois a redução da população masculina a partir dos 60 anos de idade é resultado da educação dada aos homens ainda na infância.

A cultura de que homem é sexo forte condiciona-os a não expressarem suas emoções minimizando sintomas físicos como sinônimo de fraqueza. Quanto a esse aspecto, “Na nossa sociedade, o corpo masculino ainda é visto como um corpo resistente, que enfrenta qualquer dificuldade, um corpo viril necessário à competência para o trabalho, manutenção da família e da prole” (CONNEL, 1995; GOMES; NASCIMENTO; ARAÚJO, 2007 apud COSTA JUNIOR; MAIA, 2009, p. 56). Portanto cultua-se a falsa ideia de que o cuidado com a saúde é algo relacionado ao sexo feminino possibilitando que atitudes preventivas, como a adesão a tratamentos não sejam hábitos facilmente adotados por eles.

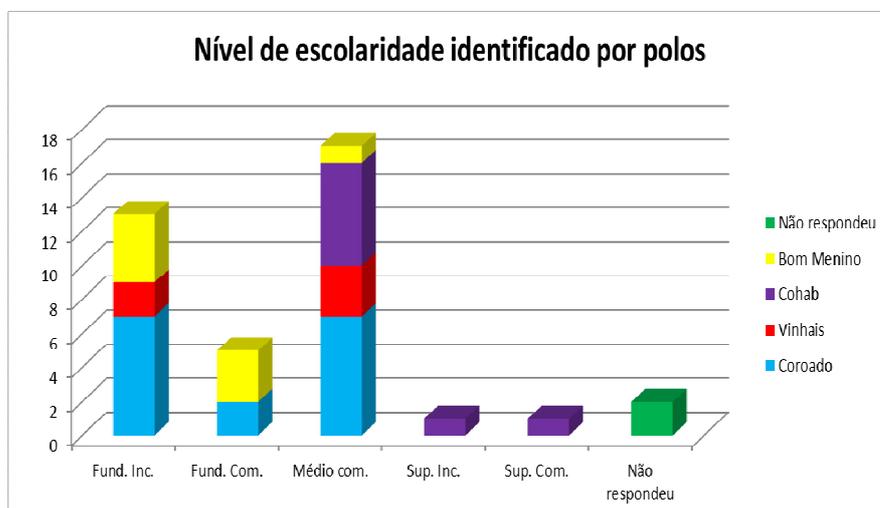
Contribuindo também para a maior quantidade de mulheres, está o aumento no número de óbitos entre homens jovens em função do crescimento da violência. Segundo Censo

de 2010 realizado pelo IBGE, de 1.034.418 óbitos registrados no país, entre agosto de 2009 a julho de 2010 foram 133,4 mortes de homens para cada 100 de mulheres.

Entre as faixas etárias com maior número de óbitos estão os grupos de 15 a 19 anos, 20 a 24, e 25 a 29 anos. O destaque fica para o grupo de 20 a 24 anos dos quais para cada mulher que morre no Brasil, quatro homens na mesma faixa etária vão a óbito.

Com relação ao nível de escolaridade, a maior parte dos usuários entrevistados (43,5%) apresentou ensino médio completo, seguido de 33,3% para ensino fundamental incompleto, 12,8% ensino fundamental completo, apenas 2,8% ensino superior completo, 2,8% ensino superior incompleto e 5,2% não responderam.

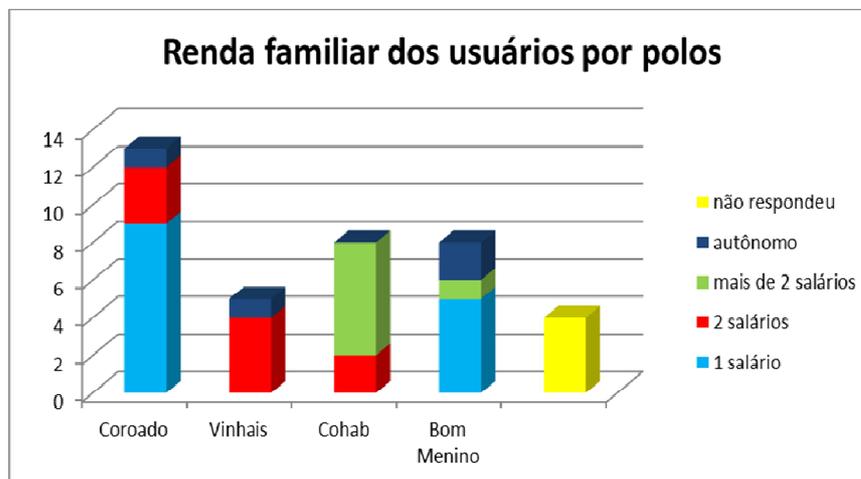
Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos entrevistados identificados por Polos



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pela autora.

Com relação à renda familiar, 35,89% dos entrevistados apresentaram renda equivalente a um salário mínimo, seguido de 23,07% com dois salários, 17,94% superior a dois salários mínimos, 10,25% se declararam autônomos e 12,82% não responderam.

Gráfico 4 – Renda familiar dos usuários identificados pelos Polos de atividade física



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pela autora.

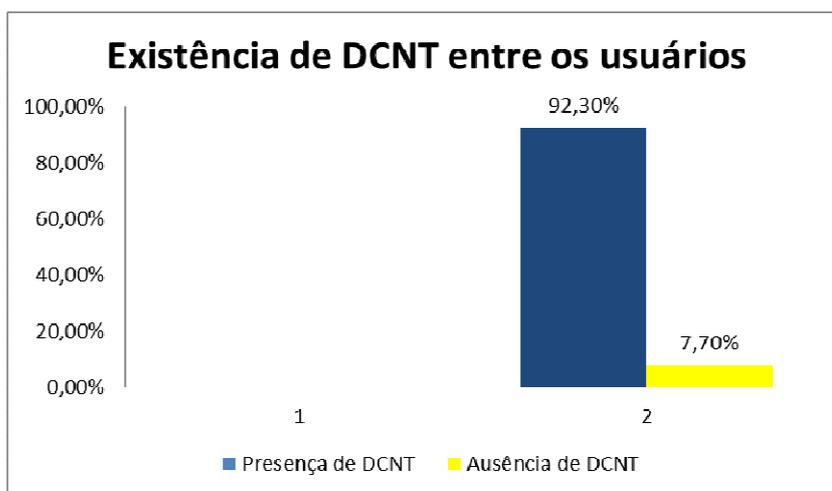
A mensuração dos níveis de escolaridade referente aos anos de estudo de uma população é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um país, bem como a capacidade dessa sociedade para combater a pobreza e melhorar a coesão social (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS apud INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

Frente a isso, os valores indicados nesta pesquisa ao evidenciar o nível de escolaridade dos usuários dos polos revelaram-se baixo, em sua grande maioria, estando diretamente relacionado com um menor poder aquisitivo desses frequentadores, conforme dados apresentados que refletem vários indícios.

Entre eles, uma população que desconhece os aspectos preventivos para evitar várias doenças; que depende dos serviços públicos em sua maioria e que tem dificuldade de acesso a esses serviços, porque a oferta destes pelo sistema público nesse país é precária. Evidencia um baixo nível educacional que reflete alienação dessa população quanto às questões políticas possibilitando melhoras em todos os tipos de serviços ofertados pela esfera pública, pois uma população consciente elege e cobra constantemente seus representantes frente às suas obrigações governamentais. Estes indicativos são evidenciados pela fala dos usuários retratados adiante.

No campo das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, 92,3 % dos usuários apresentavam alguma delas, sendo que alguns tinham diagnóstico de pelo menos três, enquanto apenas 7,7 % dos entrevistados não relataram possuir nenhuma.

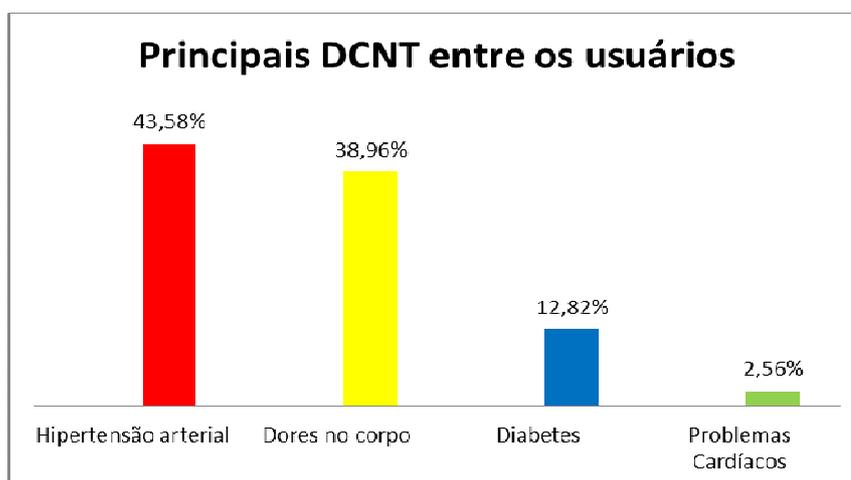
Gráfico 5 – Acometimento dos usuários por Doenças Crônicas Não Transmissíveis



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pela autora.

Entre os acometidos pelas DCNT, 43,58 % relataram quadro de hipertensão arterial seguido de 38,96 % para dores no corpo, as quais se incluíam 35,89 % para artrose, 17,94 % osteoporose, 10,25 % artrite, e mesmo valor para osteopenia, além de quadros de diabetes representando 12,82 % e problemas cardíacos com 2,56 % (Gráficos 6 e 7).

Gráfico 6 – Principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis entre os usuários



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pela autora.

Gráfico 7 – Principais problemas relacionados ao acometimento de dores no corpo pelos usuários



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pela autora.

Quanto aos usuários acometidos por algumas das DCNT, a busca pelos serviços dos polos acaba sendo uma possibilidade de auxílio no tratamento para as doenças já instaladas. O objetivo inicial do programa que seria funcionar como fator preventivo para as DCNT, ainda não foi alcançado, pois a maioria das pessoas que busca os serviços oferecidos nestes locais já apresenta alguma doença crônica, conforme apontam algumas falas a seguir.

“[...] procurei por causa da minha saúde, da minha pressão. Uma hora ela era alta, outra hora era baixa, aí procurei o cardiologista e ele disse: ‘- faça exercício físico e melhore sua alimentação, não coma gordura nem sal’” (Usuário 05, Polo Coroadó).

“De saúde, bem-estar procurando melhoras. Meu cardiologista sempre dizia que todas as pessoas hipertensas seria importante que tivessem as suas atividades, que era recomendado para a própria hipertensão e o endócrino também comentava a mesma coisa, então em referência a tudo isso que eles disseram fui em busca e hoje estou aqui” (Usuário 03, Polo Vinhais).

“Mais pra minha saúde né? porque meu colesterol estava muito alto, estava engordando demais e não tinha como baixar já tinha mais de ano que estava tomando remédio direto, fazendo exame de três em três meses e ele não baixava e quando foi em dezembro, o resultado foi bom e também já não sinto tanta dor no corpo. Sentia muitas dores nas juntas, no corpo, pra se abaixar era uma dificuldade, agora não, agora já está bem” (Usuário 06, Polo Bom Menino).

“Motivo de saúde, pra me libertar de uma porção de remédio, de dores, tomava muito medicamento. [...] porque minha boca já tava era queimada do remédio. Eu não dormia de noite, às vezes tomava remédio e ainda demorava a dormir e hoje tô dormindo sem remédio” (Usuário 01, Polo Vinhais).

“A minha saúde antes era pior, mais ruim, porque é como se diz, quanto mais a gente ficar acomodado, mais as dores voltam porque vai ficando ali. Enferrujado não é a palavra certa, mas fica assim, tudo mais rígido e a gente caminhando fazendo exercício, se sente melhor porque diminui as dores” (Usuário 01, Polo Coroadó).

Quanto as DCNT nos usuários entrevistados, esses dados evidenciam que o exercício físico associado à alimentação adequada, que deveriam ser adotados como fatores preventivos são buscados posteriormente a instalação dessas doenças atribuindo-se aos próprios indivíduos, na maioria das vezes, a responsabilidade pelo acometimento destas.

Segundo Carvalho (2008, p.147), isso acontece “porque parte-se do pressuposto de que mudar depende unicamente da vontade de mudar, como se todos vivessem sob as mesmas condições e tivessem acesso aos bens e serviços (saúde, educação, lazer) da mesma forma”.

Entretanto, a alimentação saudável e de qualidade não é acessível a uma grande parte da população, bem como a orientação quanto à prática do exercício físico. Há de se considerar os Determinantes Sociais de Saúde (DSS) que influenciam nesses aspectos evidenciando que a educação acerca dos fatores preventivos dessas doenças deve ser continuamente ofertada à população por meio de programas públicos, gratuitos e de qualidade.

Estimativas da Organização Mundial de Saúde (apud MALTA, 2006) aponta que as DCNT já são responsáveis por 58,5 % de todas as mortes ocorridas no mundo e por 45,9 % da carga global de doença constituindo um sério problema de saúde pública, tanto nos países ricos quanto nos de média e baixa renda, agravando as iniquidades e aumentando a sua pobreza, obrigando governos a se adaptarem para o seu enfrentamento.

As mudanças nos padrões de ocorrência das doenças têm imposto, constantemente, novos desafios, não só para os gestores e tomadores de decisão do setor da Saúde como também para outros setores governamentais, cujas ações repercutem na ocorrência dessas doenças. O desafio do financiamento das ações é um deles. Doenças crônicas custam caro para o Sistema Único de Saúde (SUS). Se não prevenidas e gerenciadas adequadamente, demandam uma assistência médica de custos sempre crescentes, em razão da permanente e necessária incorporação tecnológica. Para toda a sociedade, o número de mortes prematuras e de incapacidades faz com que o enfrentamento das ‘novas epidemias’, causadas por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) demandem significativos investimentos em pesquisa, vigilância, prevenção, promoção da saúde e defesa de uma vida saudável (MALTA, 2006, p. 48).

Esses aspectos preventivos e a possibilidade de uma vida mais saudável são reconhecidos por alguns usuários cujas falas destacam a importância do programa em questão e a necessidade de sua ampliação para que outras pessoas, em diferentes bairros da capital, também possam ser beneficiadas com as atividades ofertadas.

“[...] o programa pra mim é maravilhoso, é bom, me sinto bem, espero que ele se coloque por muitos anos. Já viu em cada bairro desse, quantas pessoas não tem doente precisando desse tipo de atividade? E não tem! Se tivesse lá, eles não viriam pra cá, não era? Já ia incentivar outras pessoas lá” (Usuário 03, Polo Bom Menino).

“Tomara que esse prefeito não desmanche esse negócio [...] queremos que vocês melhorem isso aqui, que coloquem polos em outros bairros, na Cidade Operária, no Turu. Aqui tinha gente da Cidade Operária e foram pra Cohab, pro polo de lá, mas vinha gente do Cohatrac pra cá” (Usuária 01, Polo Vinhais).

Diante do quadro de uma doença já instalada, associada à ausência de recursos financeiros impossibilitando seu tratamento, torna-se duplamente penoso quando este indivíduo não encontra no serviço público, as condições que lhe possibilitem melhorar sua saúde. A fala dos usuários evidencia alívio e segurança quanto à oferta dos serviços oferecidos pelos polos, melhorando alguns aspectos que lhes causam sofrimento.

“Meu benefício é que me sinto com saúde né? Tudo o que sentia percebo que foi embora. Tive AVC em 2007 e me sinto bem” (Usuário 03, Polo Bom Menino).

“Quando consultei, a médica pediu que fizesse exercício, alguma coisa, principalmente caminhar, porque eu já sentia dores, tinha artrose e era pra mim caminhar que ia me sentir melhor e graças a Deus, depois que comecei a caminhar me sinto melhor, muito, muito mesmo, e tô vindo, até o dia que puder” (Usuário 13, Polo Coroado).

“Sentia dores no corpo há cinco anos atrás, depois que vim pra cá deixei de sentir. Comecei aqui em setembro de 2008. Uma agente de saúde que passou e me trouxe, eu me sentindo mal em casa, gorda, pesava 75 quilos, aí vim pra cá fiquei com 65” (Usuário 02, Polo Coroado).

“[...] as pessoas hipertensas que vem pra cá, tiro por mim, cheguei aqui pedia pra eles me botarem pra deitar pra fazer exercícios, na hora de levantar não levantava. Hoje eu sento, levanto só. Não é dizer que a gente não precisa, mas não precisam se empatar me levantando” (Usuário 03, Polo Coroado).

“Em busca de saúde e melhorei bastante depois que comecei [...] sinto muito dor nos ossos, quando faço três vezes na semana me sinto outra” (Usuário 02, Polo Vinhais).

“[...] esse braço aqui não movimentava, aí depois que comecei aqui a fazer Educação Física [...] também tomo remédio pra controlar, tenho problema de esporão calcâneo, aí melhorou. É bom demais” (Usuário 06, Polo Coroado).

“Trouxe porque, em primeiro lugar minha hipertensão vivia muito alterada. Ficava trocando de medicação, aí vim pra cá, comecei a fazer minhas atividades aqui, depois fui onde o doutor: ‘- vamos trocar a medicação e continue com suas atividades’; de lá pra cá minha pressão é excelente, 12 por 8, a tarde fica 9 por 8, eu mesmo tenho tudo controlado. Espero e acredito que seja em benefício de todas essas atividades que faço aqui” (Usuário 03, Polo Bom Menino).

Melhoras no campo mental e social também foram citadas por alguns usuários apontando benefícios na autoestima, aumento da disposição, jovialidade e socialização.

“[...] estava esquecida, super esquecida, aí depois que conversei com a minha médica, conversei com a nutricionista aqui e comecei nas atividades fui fazendo uma coisa e outra. Eu faço crochê, costuro, faço palavra cruzada e já melhorei foi muito, já larguei mais de me esquecer. Isso foi um benefício que associei aqui” (Usuário 06, Polo Bom Menino).

“Aqui vou adquirir mais disposição para os afazeres de cada dia. É bom mental e físico” (Usuário 15, Polo Coroado).

“[...] antes do programa eu não saía, era só trabalhando em casa e depois não, me sinto outra depois que comecei fazendo atividade física aqui, me sinto mais jovem, adolescente” (Usuário 12, Polo Coroado).

“Pra me inteirar mais com as pessoas também, vivia muito dentro de casa, não conversava muito, não sabia das coisas, só sabia pela televisão, pelo rádio, pra conversar com as pessoas é mais difícil porque não saio” (Usuário 06, Polo Bom Menino).

O surgimento do programa municipal atende uma lacuna no serviço de saúde, pois no campo da alimentação cumpre o papel de oferecer aos seus usuários orientações quanto aos hábitos saudáveis alimentares detectando carências nutricionais, bem como a partir dessas orientações, evitar o surgimento de várias doenças em função de uma alimentação inadequada.

“[...] dentro da alimentação tô me sentindo melhor, tô controlando a comida, como a nutricionista me chamou de bibiqueira, que eu comia desordenada, não sabe?”

Agora tá tudo indicado, tá bem melhor, bem mesmo. Já sinto a roupa rodar sem dificuldade, me sinto melhor, menos cansada, que às vezes a gente come de uma tal maneira que sente fatigada, cheia. Também não sei se é a ansiedade do corre-corre, que a gente tem às vezes, agora eu tô melhor” (Usuário 01, Polo Cohab).

“[...] nós temos aqui a Nutricionista, que é especial. O principal é a alimentação, ela dá as instruções. [...] às vezes eu como a minha verdurinha, tem vezes que não como, [...] porque abusa e eu só faço de caldo, não gosto de fritura porque fritura não faz bem pra ninguém [...] além da alimentação faço as minhas atividades e sobre a minha saúde, pra mim foi ótimo, nota 10” (Usuário 01, Polo Vinhais).

No campo do exercício físico evita o surgimento de lesões ocasionadas por carga inadequada e execução errada de atividades, cujas pessoas se lançam a executá-las sem nenhuma orientação.

O senso comum de que o exercício faz bem à saúde, embora algumas vezes não se saiba explicar “o que é saúde” e nem “o que é fazer bem pra saúde” conduz as pessoas adotarem práticas sem a devida orientação, como a execução de movimentos repetitivos e inadequados, que além de ocasionar lesões em músculos e articulações podem agravar patologias já existentes. O exercício físico, quando não bem orientado prejudica ainda mais o indivíduo, conforme aponta a fala de uma das usuárias diagnosticada com quadro de artrose nos dois joelhos.

“Fazia só minha caminhada de manhã na Beira Mar, aí com a entrada de inverno dava pouca gente, ia dando muito assalto. [...] acho que foi lá que prejudiquei a minha perna correndo. Eu sentia porque corria demais, corria desde a cabeceira dessa ponte daqui, ia parar lá na cabeceira da ponte do São Francisco, no posto de gasolina do São Francisco. Acho que a minha perna adoeceu foi de tanto correr, que eu não sentia nada” (Usuária 04, Polo Bom Menino).

Com relação ao aspecto qualidade de vida, muitos usuários associam qualidade de vida a ter saúde e alívio de dores. Esta associação é justificada pelas condições às quais grande parte dessas pessoas chega até os polos, muitas acometidas por dores, em função de problemas articulares ocasionadas, entre outros fatores, pelo sedentarismo e inatividade física.

“Avalio minha qualidade de vida boa em função da minha saúde e desses exercícios que faço aqui.[...] Antes era péssima, depois, boa. Meus ossos, esses dedinho aqui, a junta, minha mão, amanhecia tudo inchado e hoje não, me sinto bem” (Usuário 03, Polo Coroado).

“Qualidade de vida já começa com uma boa saúde e com a saúde a gente já começa a ter retorno. Eu avalio ótima pro que tava, pra mim tá ótima. Eu tava com peso muito elevado, sentia o corpo muito pesado, desânimo, sentia muitas dores. Aí comecei com a caminhada, depois que comecei com os exercícios então, as dores nas costas que sentia nunca mais senti. Houve dias que vim pra cá sentindo a dor e saí sem dor e passar semanas após ter feito a aula” (Usuário 07, Polo Bom Menino).

“Ah! Qualidade de vida é a gente se sentir bem, não viver sentindo dor toda hora, né? [...] Ainda sinto algumas coisas, como tenho osteoporose né? Artrose aliviou, mas graças a Deus dá pra levar, só não quero que Deus me proste, dá pra ir fazendo as minhas coisas” (Usuário 08, Polo Bom Menino).

“É a gente ter saúde, comer bem no sentido de tudo um pouco, não exageradamente, ter saúde, fazer sua atividade, isso aí é ter qualidade de vida” (Usuário 06, Polo Bom Menino).

“Bem melhor que antes, iche! Nem se compara! Foi uma bênção. Às vezes o problema é o tempo que não tenho, mas é como eu tava dizendo lá em casa: - ‘olha, tenho que ter um tempo pra mim, porque se for tirar o meu tempo só pra cuidar de vocês vou morrer, ou enrolar sobre uma cama e quem vai cuidar de mim?’ Não é? Minha família me apoia integralmente, em tudo, brigam pra mim vir, pra mim é muito bom, eles me incentivam bastante” (Usuário 02, Polo Vinhais).

Entretanto, Carvalho (2008, p.147) ressalta que qualidade de vida não é sinônimo de saúde, mas sim de condições de vida. Partindo dessa concepção destaca que,

[...] qualidade de vida decorre de moradia/habitação; acesso a emprego, formação; realização por meio do trabalho; acesso às atividades de lazer, enfim, condições de vida estrutural que é diferente de condições de saúde [...] que dizem respeito ao funcionamento do corpo com ênfase na dimensão biológica, fisiológica e nas doenças. Para não ficar doente, no entanto, é preciso ter saúde e para sair da doença também é preciso ter saúde!

Frente a isso, alguns usuários ampliam o sentido de qualidade de vida para além do quesito saúde, conforme destacada por Carvalho (2008), apontados por eles como aspectos importantes para suas vidas:

“Boa alimentação, boa convivência, ter muita paz, principalmente na família. Ainda não é muito boa por causa da minha saúde” (Usuário 02, Polo Bom Menino).

“Viver bem, né? Viver bem comigo mesmo, com as outras pessoas. Eu avalio boa. O programa influenciou na qualidade de vida” (Usuário 03, Polo Bom Menino).

Quanto às percepções estruturais e ambientais dos usuários para a prática do exercício físico, alguns aspectos importantes foram destacados. O primeiro referente às questões estruturais para realização dessas atividades, pois a ausência de espaços adequados para prática do exercício físico ao ar livre em São Luís associado à impossibilidade financeira de pagar por esses serviços em lugares privados lançam alguns indivíduos a desenvolvê-las em espaços inadequados.

“[...] caminhava na rua, na avenida. Desde que descobri que tava hipertensa decidi fazer caminhada” (Usuário 05, Polo Coroado).

“[...] fazia lá na Beira Mar, caminhava pela manhã, mas lá a gente encontra muito drogado, aí me disseram que aqui era assim, preferi vim pra cá de tarde e é cheio de gente né? Caminho, faço exercício, achei melhor vim fazer aqui” (Usuário 08, Polo Bom Menino).

“Eu corria primeiramente ali, saía do viaduto do Monte Castelo até a ponte José Sarney [...] e sempre querendo vim aqui no parque, mas ficava meio receoso, depois tomei a iniciativa e vim, na época não tinha o programa ainda.” (Usuário 03, Polo Bom Menino 3).

Com o surgimento do programa e a utilização dos diferentes espaços por ele utilizados para o desenvolvimento do exercício físico em áreas adequadas para tais fins, possibilidades quanto à segurança estrutural para realização dessas atividades começam a destacar-se como necessidade de sua população que também deva ser contemplada pelo poder público local.

“Não é gostar é a necessidade, a gente precisa e nós não temos outro local, aí a gente faz aqui. Pelo menos a quadra é boa, nosso professor ótimo, então, a gente fica aqui” (Usuário 03, Polo Coroado).

“[...] não posso pagar uma academia, isso aqui pra mim se torna uma academia. A gente não paga nada, me sinto mais à vontade, então pra mim trouxe um grande benefício. Mesmo o parque reformando, eu vinha pra cá. [...] sou capela¹⁹, não perco uma caminhada” (Usuário 04, Polo Bom Menino 4).

Entretanto existem usuários que, mesmo possuindo condições financeiras de pagar por serviços semelhantes ofertados por academias de ginástica, por exemplo, não gostam ou

¹⁹Sem encontrar uma definição para o termo capela, infere-se que a entrevistada utilizou tal palavra para dar uma conotação de ritual prática constante e rotineira.

não se adaptam a esses ambientes tornando os polos uma boa opção para prática do exercício físico.

“Eu gosto daqui, a gente tem mais liberdade, faz amizade, todo mundo no mesmo padrão, gordinho, na mesma idade. A gente chega na academia tem aquelas que querem ser gatinha, que vão pra chamar atenção, a gente se sente constrangida” (Usuária 10, Polo Coroado).

“[...] fui fazer na academia, mas não me agradei, não me adaptei [...] aí o médico passou hidroginástica, mas não gosto de piscina porque meus olhos doem muito, o cloro agride demais tentei experimentar, mas não deu [...] aqui acho melhor, no público. Aqui a gente faz o alongamento e depois tem aquele momento de repouso, é uma coisa mais completa” (Usuário 01, Polo Vinhais).

“[...] sou uma pessoa que dentro da minha roupa, nunca gostei de roupa que ficasse me pegando, por isso acho que na academia talvez não me sentiria bem não, porque não gosto de nada assim, abafado. Gosto mais do livre, do ar livre, por isso me sinto bem aqui” (Usuário 03, Polo Bom Menino).

A questão estrutural inadequada da cidade destacada pelos usuários não se limita apenas à carência de espaços ao ar livre para a prática do exercício físico, amplia-se também para outros aspectos, como a dificuldade de mobilidade urbana, falta de segurança pública, o cuidado com o patrimônio público.

Quanto ao primeiro, um dos usuários entrevistados destacou como aspecto que tem se tornando um problema local causador inclusive de aborrecimentos e aumento de estresse, o trânsito de São Luís e o tempo desperdiçado ao fazer o deslocamento de um lado para outro da cidade.

A existência de um espaço que possibilite o desenvolvimento de exercícios físicos dentro do próprio bairro minimiza o sofrimento em ter que enfrentar o trânsito para buscar esses serviços em outros pontos da cidade. A fala de uma usuária moradora do bairro Vinhais destaca a facilidade em ter um polo de atividade física dentro do mesmo bairro de sua residência conforme destaca o trecho abaixo:

“[...] é um acesso muito bom pra gente vim, porque do jeito que tá esse trânsito [...] minha frequência é bastante porque o acesso é muito fácil, principalmente pra nós daqui do Vinhais e o pessoal idoso. [...] Não é que eu não queira ir pro Parque do Bom Menino é porque é cansativo, esses engarrafamentos, tu te aborrece fica doente” (Usuário 01, Polo Vinhais).

Em reportagem publicada intitulada “Ideias e projetos urbanos que priorizam as pessoas” entrevistas feitas por Garcia (2013) a vários planejadores urbanos sobre melhoras que devam acontecer nas cidades, para benefícios dos seus moradores, foram destacados que, embora soluções e projetos precisem ser locais e adequados à realidade de cada cidade, alguns critérios devam ser priorizados.

O primeiro deles é que as cidades devam ser feitas para as pessoas, uma vez que nos dias atuais o crescimento econômico, o mercado imobiliário e as grandes empresas são as prioridades. As pessoas, que deveriam estar em primeiro lugar desse processo ficam para segundo plano. Outro aspecto é que a cidade precisa contemplar a diversidade das pessoas, possibilitando a elas, diferentes lugares para que essa convivência seja harmônica.

Para estabelecer um senso de respeito mútuo e tolerância, temos que contemplar a maior diversidade possível de pessoas nos espaços públicos de uma cidade. É preciso ter espaço para jovens e idosos, homens e mulheres, ciclistas, pedestres, motoristas e portadores de quaisquer deficiência (RISOM apud GARCIA, 2013).

Portanto, a importância em ter espaços na cidade de São Luís adaptados para realização de diferentes práticas corporais, com o mínimo de equipamentos necessários para isso tornam-se fundamentais, além de que, a carência por esse tipo de espaço é grande na cidade promovendo certa disputa pelos poucos que existem, conforme aponta a fala de um dos usuários.

“Uma coisa sou contra: tabagismo aqui; não é maconha não, é os cigarreiros mesmo. Pra quem faz atividade física, isso é um veneno. Grupos que ficam em vários lugares fumando; o pessoal que fica no meio da pista, que não tão participando, aí atrapalha muito a gente; criança de bicicleta, não só criança como adulto também, arriscado a atropelar uma pessoa né? Bater, não só em mim, mas em outras. Devia ter um negócio para separar eles, avisar que ali é só pra fazer exercício, quem vem correndo, vem caminhando, ligeiro, rápido; não tem placa indicando, para dizer de que maneira fazer o exercício; pessoas não idosas utilizando os aparelhos da academia do idoso. Não tem nada a ver, eles irem pra lá, não tem uma pessoa pra dizer: - olha, aqui é só pra terceira idade” (Usuário Bom Menino 3).

Outro aspecto de valorização das cidades para seus moradores refere-se às características físicas e geográficas deste lugar.

Segundo Burdett (apud GARCIA, 2013) “Conhecer o clima local de uma cidade e fazer projetos em que ele seja respeitado é primordial para a qualidade de vida das pessoas”. A autora ainda destaca que “o clima quente é um recurso positivo, desde que tenhamos espaços

públicos para aproveitar o calor” e esse calor existe em São Luís, o que não possui são espaços públicos que possibilitem o aproveitamento dessas características naturais.

Garcia (2013) destaca dois projetos desenvolvidos em Paris e Londres cujas avenidas que correm na margem dos rios Sena e Tâmis foram convertidas em praias artificiais e centros de cultura e lazer durante o verão obedecendo às características físicas e geográficas dos dois lugares possibilitando aos seus moradores, maior oferta de espaços em contato com a natureza.

Em Portland, como chove muito o ano todo, os revestimentos em concreto e asfalto, que são impermeáveis, começaram a ser substituídos por calçadas verdes. O resultado são ruas mais bonitas e agradáveis para caminhar, um rio mais limpo – porque a água vai se infiltrando no solo e chega mais purificada ao rio – e uma cidade sem enchentes nem alagamentos (GARCIA, 2013).

A cidade de São Luís com localização geográfica próxima à linha do Equador, com clima naturalmente quente cujas temperaturas são amenizadas em função de ser uma cidade litorânea possui características naturais que lhe favorecem em vários aspectos.

Essas características deveriam ser exploradas pelas instituições governamentais locais promovendo ampliação de espaços associados a melhorias da estrutura no meio urbano local para sua melhor utilização, bem como a criação de mais espaços em contato com a natureza incluindo mais áreas verdes, por promoverem benefícios tanto no aspecto ambiental da cidade, como no campo psicológico para seus habitantes.

A fala de uma usuária, cujo polo está inserido em uma das áreas verdes do estudo, aponta o benefício, para ela, ao utilizar este espaço.

“[...] é uma praça muito boa, arejada, área verde né? A gente tem contato com a natureza, respira melhor, caminha melhor, se sente bem fisicamente, interiormente, psicologicamente. O verde proporciona essas coisas boas e a gente sai dali se sentindo muito bem, até pra enfrentar o dia a dia, as pessoas que estão ao redor da gente. Tem mais força pra enfrentar as coisas, porque quando a gente tá em contato com a natureza se sente muito melhor” (Usuário 07, Polo Cohab).

Os outros usuários, embora não apontando especificamente os benefícios que sentem ao utilizar esses espaços, sinalizam para alguns fatores positivos proporcionadas por áreas livres e arborizadas.

“Ao ar livre é muito benéfico pra gente, [...] pode tá uma aglomeração de pessoas, mas o ar que a gente respira é diferente. Não é como você estar num ambiente fechado que respira o ar de todo mundo, aqui não” (Usuário 06, Polo Bom Menino).

“[...] eu gosto de estar aqui debaixo das árvores, gosto de ficar sentada lá, quando venho fico sentada lá [...] Ar livre, é mais ventilado, não faz muito calor” (Usuária 05, Polo Bom Menino).

“[...] tem mais ventilação, a gente se sente mais a vontade, é melhor. Quer dizer, no meu caso, porque pra gente que é hipertensa, não pode fazer exercício num ambiente fechado, quanto mais a pessoa pegar ventilação, melhor é” (Usuário04, Polo Bom Menino).

“Porque é um local arejado, bem ventilado, amplo, áreas verde, eu gosto” (Usuário 07, Polo Bom Menino).

“[...] pra mim é ao ar livre, porque não gosto de lugar fechado, ao ar livre é melhor, se a gente tivesse todos os aparelhos como ali no parque seria melhor” (Usuária 05, Polo Coroado).

“Me sinto bem, muito melhor, o ambiente, as árvores, os equipamentos deixam a desejar alguns, acho que tá incompleto” (Usuário03, Polo Bom Menino).

“Ao ar livre. No ambiente fechado, só se tivesse os aparelhos necessários né? Pra gente exercitar” (Usuária 06, Polo Coroado).

Ainda com relação aos aspectos estruturais apontados pelos usuários frente aos locais onde realizam as atividades práticas, uma das principais características destacadas, principalmente nos polos em ambientes fechados, refere-se ao quesito “proteção” que se estende a fatores climáticos (sol e chuva) e a garantia de que a aula irá acontecer, pois o espaço não será ocupado por outras pessoas.

“acho que no fechado é melhor, tem mais proteção pra todos nós, se sente mais seguro, tem mais controle” (Usuário 03, Polo Vinhais).

“[...] apesar de nós não termos segurança agora no momento, mas aqui é uma quadra fechada e a gente não tá exposta. Aqui é tranquilo, a gente faz nossa atividade tranquilo” (Usuário 12, Polo Coroado).

“[...] aqui achei melhor porque é adequado, fora da pista, é mais seguro, aqui a gente anda sem perigo, porque não tem carro pra tá se metendo” (Usuário 14, Polo Coroado).

Entretanto, essa proteção não se estende para o item segurança, pois uma vez que o ambiente fechado possibilita a realização dessas atividades pelas condições acima destacadas, esse mesmo ambiente não garante proteção dos seus usuários com relação à violência.

As condições estruturais que caracterizam os ambientes fechados foi um fator destacado como aspecto positivo com relação a ausência dessa estrutura em espaços livres e nas áreas verdes.

“Gosto, porque é ventilado, coberto. Aqui é uma vantagem, no período de chuva fica impossibilitado de fazer, e aqui não, a gente tem como fazer” (Usuário 06, Polo Coroadó).

Esse aspecto foi mais evidenciado pelos usuários do Polo Vinhais que iniciaram suas atividades junto ao programa em um espaço livre, e posteriormente foram transferidos para um ambiente fechado. A comparação entre os dois ambientes utilizados quanto aos equipamentos e as estruturas presentes nos dois espaços acaba sendo inevitável.

“Lá na praça comecei porque vi o movimento e tinha vontade de fazer, porque o médico já tinha me recomendado [...] não gosto de ambiente fechado, trancado, mas aqui é legal, até porque as janelas ficam todas abertas [...] Gostei mais daqui, do ambiente fechado. [...] aqui não tem aparelhagem, mas a gente fica mais a vontade, porque é um lugar mais privado” (Usuário 01, Polo Vinhais).

“Quando tá chovendo a gente tá fazendo aula [...] prefiro agora aqui, porque na praça não é muito legal devido lá ser sujo, é cheia de buraco, toda cheia de mato, aí não é muito legal” (Usuário 02, Polo Vinhais).

A responsabilidade dos órgãos competentes municipais frente a um serviço por eles ofertados foi outra queixa manifestada. As falas dos usuários reportam, como pontos negativos, descontentamento e repúdio com a gerência do programa destacando a falta de equipamentos e estruturas inadequadas. Uns polos apresentam mais pontos a serem melhorados que outros, mas, de modo geral, a indignação dos usuários frente ao completo descaso e ausência de cuidados de uma Secretaria que é responsável pela saúde da população no município ficou bem evidenciada.

“Falta água pra gente beber, banheiro, tudo isso, material, que ninguém ajuda pra gente fazer a atividade” (Usuário 01, Polo Bom Menino).

“[...] falta de materiais, não tem tudo, a gente fica deitado em cima da tábua; uma água, um bebedouro, uma cobertura, inclusive vai chegar o inverno a gente tem que ter nosso espaço” (Usuário 03, Polo Bom Menino).

“É a falta de estrutura, falta um banheiro, falta de água, a gente tem que trazer a garrafinha de água de casa. A sujeira também, às vezes a gente não pode nem fazer exercício no chão porque aqui entra um cachorro, o pessoal faz xixi no chão. Roubaram nossos colchãozinho, agora mesmo é que não pode deitar, tem que fazer tudo em pé” (Usuário 10, Polo Coroadó).

Com relação ao Polo do Coroadó, a situação é mais crítica. O desabamento de uma viga de madeira no ano de 2011 possibilitou a retirada de toda a equipe de profissionais de dentro da Unidade de Saúde Carlos Macieira, prédio anexo à quadra onde eram guardados os materiais destinados ao programa deixando o local com pouca movimentação de pessoas. Associado a isso, uma greve de vigilantes ocorrida no final da gestão 2009-2012, em função de atrasos no pagamento de seus salários facilitou saques e depredações em vários estabelecimentos públicos municipais, entres estas escolas e centros de saúde, sendo os prédios que compõem o Polo do Coroadó um dos espaços acometidos por este fato.

A falta de manutenção deste polo ao longo dos anos, associado ao episódio acima relatado, gerou grande descontentamento dos seus usuários, conforme apontam as falas das entrevistadas.

“As coisas ruins é que nós não temos banheiro, não temos segurança de nada, a sujeira como você vê. É tudo depredado, porque não temos quem vigie, quem limpe, quem cuide, então se a gente quer fazer xixi ou vamos pra trás dos matos ou então faz só em casa, quando voltar. Falta muita coisa. Os aparelhos que nós tínhamos roubaram tudo: colchonete, pesinhos, balança de fazer avaliação, só restou os cabos de vassoura”(Usuário 03, Polo Coroadó).

“A sujeira. Às vezes a gente pede vassoura por ali, a gente que limpa. O vandalismo. Isso aqui foi reformado no ano passado. Olha como já tá! Tudo depredado!” (Usuário 06, Polo Coroadó).

“Aqui depois que acabou o hospital ficou pior. Não tem mais as nutricionistas que orientava a gente, não tem mais nada, só mesmo o professor, que se sacrifica de vim pra cá todo dia, mas ele dá o que pode. A nossa estrutura é ruim, não tem equipamento” (Usuário 10, Polo Coroadó).

“Porque falta tudo, tem dia que não tem nem como sentar que tá tudo imundo, hoje tá até limpinho. Não tem água, não tem banheiro, não tem onde guarde as coisas, não tem segurança né? [...] A gente quer fazer xixi faz ali por trás ou então vai pra casa correndo ou então às vezes nem toma água porque tem que fazer o xixi” (Usuário 15, Polo Coroadó).

Outra questão apontada pelos usuários deste polo refere-se ao vandalismo e a falta de educação da população frente ao cuidado e zelo com o patrimônio público, especificamente no Polo Coroadó, que dentre os outros é o que está inserido em área mais perigosa.

“[...] eles concertam, o pessoal vem esbandalha [...], em vez de preservar o que é da gente, eles rebentam tudo, é banheiro, é bebedor, não tem manutenção que dê

jeito. Eles jogam pedra pra quebrar as lâmpadas. Eles vêm jogar bola, vêm brigar e fazem aquela danação, não tem segurança” (Usuário 09, Polo Coroadado).

“ali era o banheiro, o bebedouro ali, mas como tá! Tudo isolado, não tem como a gente utilizar pra nada, ou a gente pula pra ir pra lá (aponta para os matos) ou então deixa pra fazer xixi em casa” (Usuário 07, Polo Coroadado).

“Vê aquela entrada ali, se fizessem alguma coisa, botar os aparelhos. Pena que o vandalismo não vai deixar né, eles vão destruir tudo, se colocarem guarda talvez não. O espaço é maravilhoso, gosto muito daqui” (Usuário 06, Polo Coroadado).

O reconhecimento de que a população é responsável em manter os equipamentos, não só aqueles relacionados ao programa, mas todos que compõem a cidade, quando possibilitados pelo poder público também foi destacado por outros usuários. É obrigação que sua população zele por eles, pois a falta de consciência das pessoas quanto à preservação e cuidados com o patrimônio público foi apontada por alguns usuários como desagradável.

“Levam cachorro pra fazer necessidade. É público, mas não é pra fazer sujeira. Repara que a praça é toda bonita, toda cheia de planta, toda limpinha, o pessoal tão lavando, tão limpando. Os próprios moradores fazem a manutenção da praça, só que esses daqui não ligam. [...] ela era uma praça velha, toda quebrada, hoje em dia só não é melhor porque o pessoal não ajuda. Muita nojeira, muita sujeira e o culpado são os próprios moradores, entendeu? Se todos ajudassem, reunisse, cada qual cuidasse do seu canteiro, arrumasse, limpasse era diferente. O povo diz assim: ‘- ah, ele não mostrou trabalho’. Eles trabalham, em termo de limpeza eles vêm. Na minha rua passa carro de lixo três vezes por semana, mas tem gente que vai jogar lá dentro da vala onde eles tão arrumando. Outro dia eu passei em frente, achei um absurdo! Fui pro CSU três horas da tarde, desci do carro, aí um morador bem de frente com uma sacola de lixo jogando ali perto daquela ponte” (Usuário 01, Polo Cohab).

“Quanto à manutenção da praça vejo que cada morador que tá com aquele pedaço de praça defrente da sua casa zela aquele pedaço, de aguar, de plantar, de botar plantinhas, tudo são os moradores mesmo, ali não vejo outras pessoas fazendo isso não” (Usuário 05, Polo Cohab).

Apesar de todos os pontos negativos frente à falta de melhorias, principalmente quanto à estrutura física dos locais onde estão inseridos os polos que poderiam culminar no fracasso do programa oferecido pelo poder municipal, os usuários continuam frequentando esses locais em função dos vários benefícios por ele proporcionados.

“Agora eu tô vivendo, porque vivia numa tristeza! Olha que a gente viver doente todo tempo é muito ruim minha colega. Tinha dia que parecia que tava com febre. Não fazia exercício, agora que vim ver o quanto você melhora de vida fazendo exercício físico. Você não fazendo pode tomar rios de remédio” (Usuário 01, Polo Vinhais).

“Ah! Tem muita coisa positiva [...] Na hora que a gente chega tem a técnica para ver a pressão da gente, tem a nutricionista pra dá o apoio, o professor tá ali pra dar seu apoio, pra observar quem tá bem quem tá mal, quem tá fazendo direitinho, quem não tá podendo fazer, tem tudo isso” (Usuário 06, Polo Bom Menino).

“[...] muito bom e útil, porque a gente tá se cuidando. Já tem também o grupo de amizade que a gente vai fazendo e a saúde, né? O meu objetivo todo é envelhecer com mais saúde [...] Gosto muito. Já sinto saudade quando não venho” (Usuário 01, Polo Cohab).

“[...] faço por causa da saúde. Segundo, a integração com as amigas e com o professor também, que ele é superbacana, muito interessado com a gente [...] eles não faltam são atenciosos com a gente [...] eles tão dando o máximo deles” (Usuário 01, Polo Bom Menino).

“Porque aqui realmente nós somos uma família, encontramos aqui outra família, a família mais saúde. Tô aqui desde junho de 2010” (Usuária 12, Polo Coroado).

“Ah! Gosto demais. Apesar de tudo é um local muito acolhedor, quando a gente tá aqui, a gente se sente como na nossa casa, é um meio muito familiar, muitos amigos, pessoas maravilhosas que estão aqui com a finalidade de desempenhar melhor sua saúde através dos exercícios” (Usuário 03, Polo Vinhais).

3.2 Professores dos Polos de atividade física

Quanto aos professores pertencentes ao programa São Luís em Movimento, dos sete professores de Educação Física atuantes no programa, cinco foram entrevistados, todos oriundos de concurso público para composição do quadro técnico de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) ocorrido no ano de 2006.

Ressalta-se que, embora o objetivo desse estudo seja avaliar as percepções ambientais e estruturais dos professores entrevistados quanto ao desenvolvimento do programa em questão, não foram desconsideradas suas experiências profissionais oportunizadas por

projetos a frente de outras entidades, executadas em espaços livres e ambientes fechados contribuindo para enriquecer a fala a partir dos questionamentos feitos.

Ao serem questionados sobre os aspectos negativos e positivos relacionados aos ambientes em si, áreas verdes, espaços livres e ambientes fechados para ministrarem suas aulas junto ao programa, dois professores destacam como aspectos negativos do ambiente fechado, a falta de visibilidade do programa impossibilitando a outras pessoas o seu acesso.

“[...] a desvantagem [...] do ambiente fechado, não ter visibilidade daquilo que tu estás fazendo, só teus alunos sabem. Tu podes estar fazendo um trabalho excelente dentro de um ambiente fechado, mas ele vai ficar limitado com relação à visibilidade. As pessoas não vão ver o seu trabalho, só os alunos, no máximo eles vão falar que é um bom trabalho” (Professor D).

“Com relação ao Vinhais, o ponto negativo é a visualização das aulas e divulgação do programa, então, por ser um local fechado, você acaba tolhendo outras pessoas de conhecer o programa de maneira mais espontânea, isso é uma grande desvantagem, trabalhar em locais fechados ou recintos que não permitam essa circulação de grande quantidade de pessoas” (Professor A).

Quanto aos aspectos positivos do ambiente fechado, a proteção contra os elementos climáticos, associado à inviabilidade em utilizar o espaço, pelo fato de alguém o tê-lo ocupado anteriormente à chegada do grupo para realização das aulas. Esse último aspecto reforça a carência de espaços na cidade para desenvolvimento de atividades ao ar livre.

“Controle das variáveis. Você chegar no local e não encontrar água ou pessoas ocupando o espaço de local do seu trabalho, [...] é uma vantagem muito grande dar aula em locais fechados” (Professor A).

Outro ponto destacado como positivo para o ambiente fechado, mas negativo para as áreas livres refere-se ao quesito segurança apontada como preocupação dos professores. Por mais que sejam adotadas precauções para garantir a integridade física dos alunos durante a realização das aulas, os professores não podem assegurar total proteção aos usuários dos polos, uma vez que a falta de segurança está presente em muitos espaços de São Luís.

[...] um ponto importante: a segurança! Isso é um ponto positivo para ambiente fechado e [...] um ponto negativo para o ambiente aberto. Por exemplo, fazer uma caminhada em volta da Lagoa. Tem áreas que são complicadas, por mais que tu vá em grupo, mas tem pontos que são complicados. [...] A Lagoa foi um exemplo, a insegurança pode estar em qualquer lugar” (Professor D).

“Os pontos negativos são diversos, falta de segurança é o primeiro. Eu me responsabilizo de levar elas para um local fora do posto de saúde. Na medida que você está dentro do posto, vai se desenvolver um trabalho para o posto de saúde. Tem que ter a estrutura básica, [...] tenho uma sala que comporta todos os meus alunos, mas pelo que nós estamos implementando no programa, a caminhada, começa a surgir os grupos de corrida e o posto de saúde não oferece essa estrutura, então tem que retirar elas do posto e levar para um ambiente aberto, então, primeiro ponto negativo é a falta de segurança” (Professor C).

A ausência de segurança pública, de fato, tem sido um dos grandes problemas enfrentados pela população de São Luís nos últimos anos. Problema que não está isolado, pois o aumento populacional, associado às carências de infraestrutura local, ampliada pela falta de emprego possibilita a proliferação de moradias com o mínimo de condições saudáveis de habitação, soma-se a isso o aumento do tráfico e consumo de drogas explicando o aumento da violência na cidade.

Isso impossibilita as pessoas viverem de forma tranquila, pois estas são obrigadas a se trancafiarem cada vez mais em suas residências, carros e locais de trabalho. A ausência de segurança dita regras privando as pessoas de determinadas necessidades, entre elas o impedimento em utilizar para a prática de uma caminhada ao ar livre, um tênis de boa qualidade, apesar das recomendações médicas para minimização de problemas articulares; um aparelho celular para um possível contato com alguém em caso de emergência, ou qualquer outro objeto que chame atenção para ele e para quem o transporta provocam nas pessoas receio em serem assaltadas e/ou assassinadas em razão do produto almejado.

Com relação às precauções adotadas para possibilitar o máximo de seguranças aos usuários, um dos professores relata situações vividas por ele e seus alunos em um dos polos durante a realização das atividades, com risco de integridade física a si próprio e ao seu grupo de alunos.

“O perigo é atravessar a avenida. Acidente de carro aqui na frente é muito comum. A gente sempre atravessa em grupo; sete horas, sete e meia o trânsito não é muito intenso, depois o percurso é tranquilo. Uma vez uma aluna foi assaltada. Ela estava na frente com três, geralmente fico atrás com as pessoas mais lentas. Foi ajeitar o celular, enxugar, não sei bem, o rapaz estava deitado na calçada viu e tomou o celular. Ainda corri, mas quando vi já tinha sumido. Avisei: “- brinco, celular, relógio deixem com a técnica de Enfermagem que ela fica aqui”. Elas sabem foi até criticada pelas outras colegas, passou uns dez dias sem vir. Não é

pra andar de celular, apesar da gente andar em grupo, isso não é garantia. Aqui é barra pesada. Já teve assassinato bem aqui nessa invasão durante o dia. Aí é boca de fumo, mas eles não mexem. A gente sempre passa aqui na comunidade, eles falam: '- ei professor!'. Outra vez a gente estava sentado bem ali, que é ventilado, um homem ameaçou uma mulher, acho que ela queria droga, ele pegou um pedaço de ferro e ia tacar-lhe na cabeça, aí um cara gritou: '- eh rapaz, não faz isso!', empurrou-a no alambrado. A polícia de vez em quando aparece” (Professor B).

Quanto à realização do programa em áreas verdes e espaços livres, os professores destacaram como aspectos positivos as possibilidades de visualização do trabalho realizado nesses espaços, em função da facilidade que as pessoas têm de acessar os seus serviços, funcionando como uma vitrine a céu aberto.

“A interação com as pessoas. A participação de pessoas que possam estar olhando o projeto a todo momento e se interessarem a fazer a atividade. A divulgação espontânea no parque é um fator determinista que vale a pena você avaliar como positiva para áreas livres” (Professor A).

Outro aspecto refere-se ao contato direto com a natureza e os benefícios por este proporcionados, além de que, o próprio espaço frequentado por pessoas com mesmo objetivo funciona como incentivo e fator motivante para a prática do exercício físico.

“Sem sombra de dúvida é muito melhor estar em contato com a natureza, num ambiente onde as pessoas fazem a mesma coisa. Como no Parque do Bom Menino, além de estar em contato com a natureza, a gente está com outros grupos que estão fazendo, vivenciando e objetivando a mesma coisa. [...] Dei aula em academias e quadras. Ano passado, a gente teve oportunidade de dar aula em uma quadra ali perto do parque e a minha turma reduziu pela metade. Pela mudança de espaço e pelo ambiente em si, porque lá no parque todo mundo está em prol de um objetivo só, que é a saúde. Elas estão ali na minha aula, depois vão fazer a caminhada porque a pista está lá, depois um alongamento com o professor de Tai Chi, então elas aproveitam tudo em prol da saúde, diferente do outro local onde eu estava que a gente fazia aquela aula e pronto” (Professor E).

“[...] ele tem aquela aula e aí vai embora, não tem mais o que fazer, se a gente tem 45 min da aula, ele vai lá, faz 45 minutos e depois vai pra casa, não tem mais outra alternativa de aula. A exemplo do Parque Bom Menino, que o aluno pode fazer aula com um professor e sair de lá, se quiser, pode fazer uma caminhada ou uma aula de Tai Chi, uma aula de alongamento, ou qualquer outra atividade que estiver

sendo oferecida lá no parque. Na Litorânea, é muito mais motivante. Tu vais pra um lugar que não é só tu e aquele grupo que está contigo. Todo mundo está querendo a mesma coisa, é muito mais motivante, porque tu já pensas que o local é motivante. Aluno tem que ter isso, que a gente chama de âncora. Ele pesar aquilo que o motiva numa academia, nesse caso é uma âncora positiva; pro ambiente fechado, ele tem uma âncora negativa. Ele está cheio daquilo ali, não vai mais, porque não tem nada que o motive, só tem aquela aula, ou só tem aquele aluno que não vai muito. Como ele não tem alternativa porque só tem aquilo ali, ele não vai mais, aí a gente perde o aluno” (Professor D).

Ainda com relação aos espaços livres e áreas verdes outro aspecto destacado refere-se ao bem-estar do profissional, que desenvolvem suas atividades laborais em espaços considerados por ele, como agradáveis, que lhes possibilitem sensações positivas e motivem a desenvolver seus trabalhos, apesar de possíveis dificuldades encontradas nesses ambientes.

“Litorânea! Tem espaço melhor que aquele ali pra tu está trabalhando? Aquilo ali inspira saúde, inspira você. Você vai motivado, é completamente diferente de você dar aula em ambiente fechado, aquela coisa mecanizada” (Professor E).

“Prefiro ambiente aberto, aí qual a desvantagem? Chuva. Quando a gente trabalhava pela academia, os dias que tinha funcional na praia era outra coisa. Todo mundo parava pra olhar, logo que começou o trabalho de funcional²⁰ ali na Litorânea. Quase todo sábado a gente tinha trabalho na praia. Não era um trabalho maluco não, a gente levava tudo direitinho. Levava todo o material, montávamos a aula e quando terminava, todo mundo sentava, tomava uma água de coco, batia um papo, era outra coisa, ninguém tinha aquela pressa de voltar pra casa. Tu chegas na academia terminou de malhar, tu vais fazer o que? Voltar pra casa porque não tem o que fazer” (Professor D).

Outro aspecto em relação à localização dos polos refere-se à infraestrutura dos bairros onde estão inseridos, associado ao poder aquisitivo e educacional dos seus moradores e usuários dos polos. Quanto a esse aspecto, um dos professores destaca o seguinte:

“Na Cohab é bom, a praça é ótima pra caminhada[...] é tranquila, é uma área nobre, só casa bonita, muito diferente daqui. Tu entras bem aqui, a rua é de

²⁰Modelo de treinamento estudado e aperfeiçoado ao longo do tempo por professores de Educação Física e fisioterapeutas que visa o equilíbrio das estruturas musculares, prevenção de lesões e melhora na performance cujo trabalho muscular não é realizado isoladamente, mas sim de forma global (forma em que a musculatura é exigida nos movimentos do dia-a-dia ou de um esporte específico) fortalecendo toda a cadeia muscular gerando mais força, potência muscular, estabilidade, equilíbrio e coordenação motora. Fonte: Proença ([2013]).

piçarra, esgoto a céu aberto. Tu passas aqui, usuários de drogas estão fumando maconha, mas ninguém mexe contigo. Comenta-se que aqui a noite o fluxo de carro é intenso, o pessoal vem comprar droga, então lá na Cohab é um paraíso, é muito bom [...] É outra clientela, as pessoas são mais idosas, o grupo é pequeno são pessoas mais entendidas, tem gente que vai de carro. Aqui no Polo do Coroadó o poder aquisitivo é mais baixo. Aqui no início tivemos muitas dificuldades. Elas vinham de sapatilha, aquela moleca, depois que elas foram se conscientizando ou dando calo, perdendo unha reconheciam que tinham que comprar um tênis, tinha umas que vinham com o tênis da escola do filho. Atualmente todas elas vêm de tênis e roupas mais adequadas para fazer o exercício físico” (Professor B).

As condições dos moradores inseridos nessas áreas determinadas pelo nível educacional, melhores condições de renda e a interferência do poder público promovendo melhorias em vários aspectos são fatores que contribuem para que um bairro tenha melhores condições estruturais, em comparação a outros dentro de uma mesma cidade. Para isso, o cidadão tem que estar incluído na composição do patrimônio que compõe o bairro e participar da elaboração das políticas públicas, o que evita que este deixe para segundo plano a responsabilidade com as coisas públicas culminando em uma postura de descaso e descompromisso quanto à preservação desses bens. Um dos professores entrevistados destaca esse aspecto.

“Aí que entra a questão do poder público, uma valorização maior do poder público com relação a melhorias de uma área inteira de lazer, não só uma quadra. Eles acham que o problema se resolve em construir um espaço. Faz-se uma quadra e aí? A quadra está lá, é um espaço morto [...] Não é só isso. Tu tens que construir e fazer com que aquele espaço se torne seguro e vivo. Não adianta fazer a quadra, um parquinho e cadê o projeto pra funcionar direito? Oferecer alguma coisa pra população, pra comunidade. Não oferecem nada, aquilo ali é de quem chegar primeiro. ‘- Poxa pessoal, vamos fazer atividade lá na quadra?’ A gente chega lá, o pessoal está jogando bola. Eles vão deixar? Não vão deixar. Vai se tirar o pessoal que está jogando bola? Não, porque eles têm o mesmo direito que vocês têm. Está faltando é organização de espaço, de horários, projetos, capacitar os professores, trazer mais professores, fazer convênio com a Universidade pra que as aulas práticas, os estágios sejam feitos lá” (Professor D).

Ainda com relação às áreas verdes e espaços livres foram apontados como fatores negativos, presentes nesses lugares, a falta de estrutura aliadas às condições ambientais.

“[...] a desvantagem nas áreas livres, como o parque do Bom Menino, é que o imprevisto é algo que tem que estar sendo previsto toda aula. Por mais que o espaço no Bom Menino seja reservado, mas a não delimitação do espaço, fatores ambientais como chuva ou sol em excesso, às vezes dificultava o andamento das aulas” (Professor A).

“[...] além de professora e praticante, não me motivo de sair da minha casa para ir para Lagoa. Primeiro que lá fede, é perigoso, não tem beleza natural pra me motivar. O Parque do Bom Menino é um espaço amplo, tem segurança, lá na Praça do Letrado não imagino a gente fazendo ginástica, mas é porque não tem nada [...] Aquela praça do Vinhais é diferente de uma área como o Parque do Bom Menino, é diferente de uma Litorânea, aquilo ali é um arranjo” (Professor E).

Quando questionados sobre os aspectos negativos do programa todos destacaram a falta de estrutura para funcionamento das atividades junto aos polos. Aspecto que incomoda tanto os profissionais quanto os usuários, incentivando muitas vezes o grupo a resolver alguns dos problemas com a aplicação de recursos próprios para acontecimento de algumas atividades.

“Não tem colchonete para o aluno deitar pra fazer um alongamento, relaxamento. Coisa barata. Ninguém está pedindo pra comprar uma máquina de musculação que é R\$7.000,00 e nem uma esteira, é só coisa barata” (Professor D).

“O ponto negativo é que está faltando material. [...] para as pessoas olharem uma boa estrutura [...] Você divulga uma coisa e na hora a pessoa tem que trazer cabo de vassoura de casa, garrafa, é ruim! Se tivesse ficaria lá no posto, cada uma pegaria seu material e na volta você devolveria e pronto, mas está faltando isso, material, porque aula você dá em qualquer lugar” (Professor B).

“[...] ponto negativo é a falta de estrutura quanto aos materiais, porque com a presença destes, a qualidade da aula e a qualidade dos serviços prestados ia ser bem melhor, incomparável. [...] Elas não cobram material porque digo que a prefeitura tem responsabilidades quanto aos projetos sociais, não só no sentido de divulgar e implementar, mas também de sustentar esses projetos, então digo que se elas ficarem tirando do bolso pra comprar bastão, halteres, colchonete, nunca vai ser iniciado por incentivo da prefeitura, já que tem recursos pra isso[...] Temos que ser bem críticos mesmo, não se pode fazer certas coisas. Por elas faço muitas coisas, faço festa, dou café da manhã, eu mesmo dou, mas em relação a isso não deixo acontecer, [...] acho errado incentivá-las a tirarem do bolso para comprar material. Espero que a gestão tenha maior responsabilidade em estar fornecendo

coisas básicas. Material baratíssimo e que tem um retorno impressionante pra população e isso não é repassado” (Professor C).

“[...] falta recurso material, a gente não tem material pra nada, tudo ali é na boa vontade, é no jeitinho. Não tem halteres usa-se uma garrafa que a gente não sabe nem se uma tem 1 kg e a outra 800 g, porque aquelas garrafas nunca foram pesadas. Estamos com aqueles colchonetes que são emprestados, de quem não quis mais. É um programa que teria tudo pra ser maravilhoso e não é por causa de recurso material, por falta de prioridade, não é? Prioridade! Não tem um compromisso de quem fica lá em cima, porque os professores estão lá e tentam fazer o possível. Eu uso as minhas coisas. Elástico, eu que compro. Se quiser fazer qualquer coisa a mais, um pouquinho a mais, tenho que tirar do meu bolso, porque material lá não tem. A gente não tem local pra fazer xixi, pra lavar as mãos, não tem nada com nada. Vamos porque temos que ir, mas teria tudo pra ser um brilhante trabalho, uma coisa maravilhosa, só não é por causa de recurso, de compromisso, de achar que aquilo é realmente importante” (Professor E).

A carência estrutural não se restringe apenas à ausência de materiais, perpassa por questões mais amplas caracterizadas, principalmente, pela falta de compromisso dos gestores responsáveis pela gerência do município; está relacionado com o não cumprimento das obrigações que deveriam ser feitas pelos seus representantes. Reforça a ideia de que a ocupação de cargos públicos não pode estar atrelada ao enriquecimento ilícito de poucos, em detrimento de melhores condições de vida de toda uma coletividade.

“[...] a gente foi na reunião com o superintendente. É 140 milhões que a área da saúde ficou defasada” (Professor B).

“Se tu pegares o orçamento de campanha do DST/AIDS, campanha de controle e combate contra a Dengue, Tuberculose, Hanseníase, a nossa da DANT é o que tem o menor custo. O que é comprar pra cada polo vinte colchonetes, vinte pares de halteres, vinte bastões? Três anos e não tem nada! Pra onde vai esse recurso? O processo volta deserto e o recurso vai pra onde? Acho isso inadmissível, minha visão é essa, política. Não é dizer:“- Olha, não comprem porque a gente vai sustentar a falta de interesse da prefeitura”. Não! É falta de interesse da prefeitura. Não compra é porque desvia o dinheiro mesmo, não compra isso aqui, o dinheiro vai pra onde? Quem fica com essa grana? Não volta pro caixa da prefeitura, volta? Sou bem crítico com relação a isso [...] A gente trabalha com atenção primária, é o início de todo um sistema de atendimento público” (Professor E).

Essas falas referem-se ao desfalque financeiro deixado na SEMUS pela gestão anterior e que justificam a falta de materiais em diversos serviços, tanto da saúde quanto nos demais setores que compõe os serviços públicos do município. A informação foi repassada aos técnicos entrevistados em reunião organizada pelo novo superintendente e também divulgada pelos veículos de comunicação local, a partir de entrevista do secretário municipal de Saúde na época, Vinícius José Silva Nina, no início do mandato da nova gestão (2013- 2016), declarando que o sistema de saúde municipal foi deixado pela gestão anterior em ‘colapso absoluto’. Segundo dados da Controladoria do Município, a dívida deixada aos cofres da prefeitura pelo seu antigo gestor seria em torno de R\$ 920 milhões de reais.

Encontramos em situação de crise, faltando os insumos essenciais como alimentos, remédios, além das unidades superlotadas. As dívidas remanescentes na pasta – um montante de R\$ 140 milhões, entre os quais R\$ 30 milhões de encargos – são grandes e com limitações financeiras sem precedentes. Cometeram-se inúmeros desastros no sistema [...] (NINA apud SANTOS, 2013).

A fala a seguir mostra o descaso da prefeitura ao longo de dois anos com um prédio que oferecia vários serviços de saúde para a população do Coroado Sacavém. A falta de interesse por parte dos seus representantes em arrumar as estruturas do prédio prejudicou a comunidade do seu entorno quanto à busca dos diversos serviços de saúde oferecidos naquele bairro comprometendo também as atividades relacionadas ao programa São Luís em Movimento que tinha parte de seu funcionamento nesse prédio.

“[...] umas cinco horas, já estavam fechando o posto, as vigas caíram inteirinhas. Imagina um funcionário ou um idoso aqui! Isso foi na primeira quinzena de agosto de 2011. Colocaram uma placa: ‘fechado para reforma’ e ficou na especulação. O pessoal todo dia vem perguntar quando vai voltar a funcionar. Aqui tinha pediatra, dentista, clínico, marcação de consulta, vacina tinha tanta criança, que eles me chamavam pra pesar [...] cardiologista, ele sempre pedia que as pessoas nos procurassem. A divulgação foi muito boca a boca, umas sabiam e traziam outras pessoas. A diretora daqui era muito comunicativa com a comunidade. Dia de quinta-feira isso aqui era lotado, era atendimento de diabético e hipertenso, tinha os dias de atendimento de criança, gestantes. Tinha dois bioquímicos, dentista, fisioterapeuta, nutricionista, o pessoal da residência da UFMA, faziam residência aqui. Tínhamos 10 kg de anilha, 5 pares de halteres, colchonetes que havíamos ganhado [...] já tinha avisado pra elas, as mais próximas, que iríamos guardar os

materiais na casa delas, mas não deu tempo, roubaram [...] era uma coisa fácil de resolver” (Professor B).

Outros aspectos negativos do programa também foram destacados sendo indicadas por seus professores sugestões de melhorias.

“A parte negativa do programa, é que hoje infelizmente a divulgação do programa dentro da rede de saúde ainda é muito limitada e tímida fazendo com que sua aceitação e divulgação sejam pequenas. Melhorar a atuação do programa é procurar parceiros que realmente possam estar influenciando decisivamente na massificação e na divulgação das atividades oferecidas e na ampliação da rede” (Professor A).

“Ainda não fomos vistos como deveríamos ser, talvez por isso ainda não sejamos tão valorizados [...] Acho um cúmulo, um absurdo, um país que diz que trabalha saúde, atenção primária e não dá as condições necessárias para o professor de Educação Física trabalhar a prevenção. Isso que é atenção primária: prevenção! Todo mundo fala em atividade física, mas não se vê as condições necessárias para o professor de Educação Física trabalhar. Isso não é mentira, porque desde que entrei aqui brigamos por um espaço para trabalhar. Temos que mendigar sala pra fazer avaliação, espaço para fazer atividade física, aí ficamos fazendo atividade física em praça, que não tem estrutura nenhuma. Como vou oferecer um serviço de qualidade, se não tenho condições de oferecer esse serviço? Aí vai acabar no remédio! A presidenta Dilma deu entrevista uma vez destacando que ela estava muito feliz, pois o Brasil tinha atingido índices na entrega de medicamentos para hipertensos e diabéticos, como se isso fosse a melhor coisa do mundo. Vejo como a pior coisa do mundo, porque se economizaria metade desse dinheiro investindo em prevenção. Todo mundo sabe e todo mundo fala em prevenção, mas ninguém dá condições pra trabalhá-la, talvez porque as empresas de medicamento deem mais dinheiro pro governo que os professores de Educação Física. O discurso é muito bonito, mas a prática está muito longe do discurso, muito longe! Infelizmente, isso não é uma realidade só daqui não, e as classes que mais precisam são justamente as que menos se olha com carinho pra elas” (Professor D).

Apesar das dificuldades, os professores também apontam os aspectos positivos do programa, entre estes a possibilidade de contribuir para melhoras das condições de vida e de saúde de usuários principalmente àqueles com menores recursos e maiores necessidades.

“As coisas boas é que a gente tenta levar o mínimo de qualidade de vida para os usuários” (Professor E).

“O ponto positivo ressaltado é a capacidade do programa atender qualquer pessoa, então, adultos têm uma grande aceitação. A equipe que hoje trabalha, composta pelos professores de Educação Física, também é um ponto positivo a avaliar principalmente pela questão técnica” (Professor A).

“Acho o programa SLM excelente. Na minha opinião talvez seja o único programa da saúde, com um pouquinho mais de responsabilidade. Digo isso porque já escutei relatos de alunos que fazem parte de outros programas que não tem os mesmos cuidados que os professores do SLM tem. Talvez os mesmos critérios pra fazer atividade física, porque às vezes não nos damos conta de que prescrever e fazer atividade física com o aluno, estamos correndo um risco muito grande daquele aluno ter um problema na nossa aula. Prescrever atividade física ou qualquer exercício é prescrever um medicamento. Tu podes matar o aluno pelo excesso de atividade física, se tu não conscientizá-lo da quantidade que ele tem que fazer, da qualidade, de como ele tem que se comportar, uma série de coisas, principalmente quem trabalha com idoso, quem trabalha com populações especiais, hipertensos, diabéticos. Tem gente que trabalha com diabético e não tem a mínima noção da doença, tem gente que trabalha com hipertenso e não verifica a pressão do cara antes de fazer atividade física, não faz nenhuma pergunta: ‘- já tomou seu remédio hoje? Todo mundo tomou remédio?’; pelo menos isso, são cuidados que tem que ter” (Professor D).

“[...] é você ver que seu esforço sozinho ou em conjunto, mesmo com todas as necessidades, funciona de alguma forma em uma população carente. Percebemos que o pouco que fazemos é muito na verdade, pra elas. Se eu consigo fazê-las perder peso, ter uma melhora da qualidade de vida mental evitando o estresse, qualidade de vida na diminuição de muitos problemas, um monte de doença adquiridas, isso é valorizado. Sinto que meu trabalho está sendo feito e continuo com a mesma garra pra perpetuá-lo” (Professor E).

“Novos usuários não temos. As próprias agentes de saúde encaminhavam pessoas, as que não tinham muita dificuldade de caminhar [...], o grupo está homogêneo, um ou outro que está aquém do condicionamento físico, mas está quase todo mundo no mesmo nível, então é muito fácil trabalhar com eles, aí quando vem gente de fora, eles falam que é muito cansativo porque ainda não estão no ritmo do

grupo. Tem uma aluna no grupo que teve AVC. Anda com dificuldade, mas já melhorou bastante, a pressão dela era altíssima” (Professor B).

Os professores destacam a importância desse programa para os usuários e esperam por melhoras nas condições de trabalho e ampliação do programa.

Quando existia a Central de Marcação, elas marcavam consultas aqui mesmo, [...] acho que a gente deveria estar na periferia mesmo. Ali na Cohab é bacana? É, mas porque já tem estrutura, mas tem lugares muito mais carentes. Vejo pela parte social, povão mesmo, pessoas que estão precisando. Aqui veio gente só pra verificar a pressão e não sabia que era hipertenso, a gente que alertou, porque senão, até hoje não sabia, já tinha até morrido” (Professor B).

“Não adianta tu ter um polo de Educação Física, se tu não tens uma estrutura por trás. Aqui no polo da Cohab nós temos várias dificuldades, mas percebemos que esse polo é o único que trabalha no ESF, Estratégia Saúde na Família. Por trabalhar com isso, apesar das dificuldades que tem, na maioria das vezes temos as medicações corretas, temos as consultas, às vezes não tem o aparelho de P.A., mas elas vêm a tarde aferir a pressão, as consultas, os retornos nutricionais não falham, as datas comemorativas aqui são pontuais e o grupo é unido, principalmente médicos, técnicos de enfermagem e enfermeiros, muito unidos com a gente [...] sou a favor de que o programa SLM funcione em parceria hoje em dia, somente com posto de saúde de pequena complexidade, de preferência” (Professor C).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da cidade e o inchaço urbano em São Luís nos últimos anos reduziram significativamente as áreas verdes e os espaços livres acentuando em seus moradores, a necessidade por ambientes saudáveis e em maior contato com a natureza. Além da escassez desses espaços, dos poucos existentes na capital com condições para realização de atividades recreativas e de práticas corporais, estes estão inseridos em áreas nobres dificultando a mobilidade de parte da população a tais locais.

Quanto à prática do exercício físico ofertados pelo município de São Luís através dos polos de atividade física, o estudo mostrou que a maior parte dos usuários é do sexo feminino na faixa etária entre 51 a 60 anos e ensino médio como nível de escolaridade cuja renda familiar é equivalente a um salário mínimo. O outro grupo de sujeitos entrevistados foi

composto por quatro homens e uma mulher, todos formados em Educação Física e servidores atuantes no programa de atividade física da Secretaria Municipal de Saúde.

Entre usuários e professores, a percepção ambiental para realização das práticas nas áreas verdes e nos espaços fechados destacados no estudo apresentaram aspectos semelhantes, bem como aspectos diferenciados. Entre as semelhanças, a importância em ter uma estrutura mínima no local que garanta o desenvolvimento dessas atividades, como a presença de banheiros e água em condições para consumo humano.

Outro aspecto refere-se ao quesito segurança, não restrita apenas à questão policial, mas também relacionada à segurança proporcionada por estruturas adequadas presentes nos locais associada à segurança profissional para orientação das atividades.

O estudo evidenciou que a segurança policial e a segurança estrutural são precárias, enquanto que a segurança dos usuários para realização das atividades propostas, em parte, são asseguradas em função dos profissionais atuantes nos polos, porém essas atividades ficam comprometidas devido às inadequadas estruturas ofertadas pelo município.

Em função da hierarquia existente na instituição pública, cabe aos profissionais atuantes nos polos a obrigação em cumprir suas funções ministrando aulas e orientando os usuários sobre práticas preventivas relacionadas à obtenção de saúde, enquanto que a aquisição dos materiais necessários para oferta dos serviços depende da consciência e boa vontade de gestores à frente da secretaria. Entretanto, essa inércia dos gestores públicos do município causa descontentamento e falta de motivação aos profissionais no cumprimento de suas obrigações, pois os materiais não são repostos e as condições estruturais não são melhoradas.

Outro aspecto refere-se aos espaços em questão, principalmente as áreas verdes que, quando bem estruturadas, são incentivadoras para realização da prática do exercício físico ao ar livre despertando na população boas sensações e responsabilidade com a preservação ambiental.

A pesquisa evidenciou que frente à carência desses espaços na capital São Luís, as alternativas buscadas pelas pessoas para realização dos seus exercícios constituem-se de espaços inadequados trazendo riscos a si próprios sinalizando para a seguinte reflexão: Em quais condições estarão à saúde das pessoas acometidas por alguma doença crônica, que não têm acesso a orientações quanto a hábitos de vida saudável e nem acompanhamento de profissionais nos diferentes bairros de São Luís, uma vez que os polos estão inseridos em apenas quatro bairros da capital?

A percepção que os usuários têm sobre o exercício físico é extremamente positiva, pois a adoção da prática regular do exercício proporcionou benefícios tanto no campo fisiológico, psicológico, quanto no social. Aliado a isso, a importância da alimentação de forma

orientada promovendo melhoras na saúde dessas pessoas também foi destacado pelos entrevistados, aspectos relatados como favoráveis para melhoras na qualidade de vida dos beneficiados.

Esses benefícios foram proporcionados pela existência de um programa de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde evidenciando que a política pública de combate às DCNT foi criada pelo município, porém instituir uma política não se resume apenas em criá-la. É necessário dar condições para que ela funcione plenamente e as falas dos entrevistados evidenciam que esta não tem sido priorizada pelos gestores.

A ideia do programa e o seu formato de funcionamento são muito bons, entretanto se não existir uma estrutura adequada e constante manutenção desses polos, poucos avanços poderão ser dados no sentido de reduzir as problemáticas relacionadas ao avanço das DCNT em São Luís

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Yara M. O estado brasileiro e os direitos sociais: a saúde. In: HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Luciano Galvão; GARCIA, Carla Cristina (Org.). **Estado, política e emancipação humana**: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.

COSTA JÚNIOR, Florêncio Mariano da; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Concepções de homens hospitalizados sobre a relação entre gênero e saúde. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 25, n.1, p. 055-063, jan./mar. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ptp/v25n1/a07v25n1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2013.

GARCIA, Natália. **Ideias e projetos urbanos que priorizaram as pessoas**. 2013. Sem paginação. Disponível em: <<http://cidadeparapessoas.com/2013/07/26/ideias-e-projetos-urbanos-que-priorizaram-as-pessoas/>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2013. Sem paginação. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. 2011. Sem paginação. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010135709212012572220530659.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009. Sem paginação.

MALTA, Deborah Carvalho et al. A construção da vigilância e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis no contexto do Sistema Único de Saúde. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 15, n. 3, p. 47-65, 2006.

PROENÇA, Tiago. **O que é treinamento funcional**. 2013. Sem paginação.

Disponível em:

<http://www.studiotreinamentofuncional.com.br/0/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=146#.UHEqBdLvu2Y>. Acesso em: 18 ago. 2013.

SANTOS, Ricardo. Após Castelo inviabilizar Saúde municipal, médico do Socorrão I pede alimentos nas redes sociais... **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 jan. 2013. Blog. Sem paginação. Disponível em: <<http://blog.jornalpequeno.com.br/ricardosantos/2013/01/11/apos-castelo-inviabilizar-saude-municipal-medico-do-socorrao-i-pede-alimentos-nas-redes-sociais>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São Luís é carente de áreas verdes e essa redução trouxe prejuízos para sua população, primeiramente porque as árvores são elementos naturais e estão relacionadas com a qualidade ambiental de um lugar, portanto, a ausência ou redução desse elemento promove desequilíbrio dos outros componentes naturais.

A redução dessas áreas ou o completo abandono dos poucos espaços que ainda existem em São Luís pelo poder público trazem problemas no campo social tornando-as propícias para o acometimento de criminalidade. Como exemplo o Parque do Bom Menino, que durante longo período de abandono serviu como ponto de fuga para ladrões, após cometerem assaltos no centro da cidade, além de funcionar como local para consumo de drogas. Nos dias atuais, com sua reforma e revitalização, passou a ser frequentado por pessoas com diferentes faixas etárias que buscam espaços seguros para realização de diferentes práticas corporais, além de atividades voltadas para a questão ambiental, em função do Núcleo de Educação Ambiental como sede dentro do parque.

Entretanto como são poucas as áreas verdes existentes em São Luís com condições para que seus habitantes possam frequentá-las de forma segura, o que se observa é a disputa por espaços que apresentam condições estruturais mínimas para serem desfrutados dos benefícios ali presentes, pois desse espaço há episódios narrados pelas guardas, municipal e privada, de repreensão a adolescentes que utilizam skates, pais e crianças que andam de bicicleta, pessoas que caminham com cachorros presos em coleiras evidenciando a carência da diversidade de espaços que atenderiam a todos esses públicos, devidamente distribuídos pelos bairros da cidade tendo como requisitos, espaços livres devidamente arborizados, equipados e seguros.

Estas práticas desagradam os frequentadores do parque que utilizam as pistas para realização de caminhadas e corridas uma vez que precisam se desviar dos que andam de bicicleta, skate, das fezes de cachorro pela pista. Desagradam aos administradores do parque que, diante das reclamações dos caminhantes e corredores, coíbem a presença de skatistas, ciclistas e, por fim, desagrada aos que, em busca do espaço para desenvolver suas atividades recreativas e de lazer, são tolhidos ao realizá-las.

Os conflitos ali gerados sinalizam para a carência de espaços livres e áreas verdes na cidade devidamente estruturados e seguros, culminando na aglomeração de grupos diferentes em um único lugar, pois o Parque do Bom Menino é um dos poucos espaços verdes em São Luís que apresenta o mínimo de estrutura para prática do exercício físico e atividades recreativas.

Destaca-se ainda que, mesmo com a presença de dois tipos de guarda (privada e pública) no seu interior, semanalmente são detidos indivíduos que cometem pequenos furtos aos frequentadores. O que dizer então dos outros espaços que, ausentes de estrutura física não possuem também segurança pública para que seus frequentadores os utilizem de forma tranquila? Prova disso é o receio de parte da população em frequentar espaços como a Lagoa da

Jansen, margem do Rio das Bicas e a área verde dentro do bairro do Diamante, esta última completamente abandonada pelo poder público.

As entrevistas com os usuários dos polos mostraram, em quatro bairros diferentes, problemas comuns em todo o município e a insatisfação dos moradores dessa cidade diante da negligência do poder público relacionado às questões aqui tratadas. Acrescenta-se também a insatisfação frente a uma política preventiva de saúde que precisa ser tratada pelos gestores locais com uma postura diferenciada da forma que se tem hoje. Acredita-se que se houvesse melhor aplicação dos gastos públicos municipais destinados ao tratamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, por exemplo, vários casos poderiam ser minimizados se os serviços voltados para os aspectos preventivos fossem mais bem trabalhados pelos gestores municipais.

A pesquisa evidenciou que o município de São Luís apresenta uma política de enfrentamento dessas doenças, porém em cinco anos de existência do programa muito poderia ter sido alcançado se os gestores públicos tivessem maior comprometimento com sua população.

Pautado na Política Nacional de Promoção da Saúde, ao propor que as intervenções de saúde ampliem seu poder de atuação considerando os problemas e as necessidades de saúde, bem como seus determinantes e condicionantes, é que se faz necessário um trabalho em rede envolvendo não apenas a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA), como ocorre na política de enfrentamento das DCNT deste município, mas que envolva também as demais secretarias como a SEMOSP, o IMPUR, entre outras instituições possibilitando dentro da cidade a construção de espaços mais saudáveis para sua população, pois essas ações minimizam os efeitos do adoecer influenciando nas condições de vida e favorecendo a ampliação por escolhas mais saudáveis por parte das pessoas que vivem nessa cidade.

Essas situações sinalizam para a falta de prioridade dos nossos gestores públicos frente às questões voltadas, tanto à preservação do verde urbano, quanto para as demais questões relacionadas à saúde influenciada pelo ambiente. Melhorar a oferta de áreas mais verdes, arborizadas devidamente cuidadas e seguras envolvendo os próprios moradores na responsabilidade de zelar por estas nos seus bairros, com o mínimo de estrutura e áreas para prática do exercício físico as motivariam na busca por mais qualidade de vida, além de despertar na população, por meio de campanhas educativas, o cuidado ao patrimônio público e ao meio ambiente.

Esses espaços duplicados na cidade e devidamente equipados estariam propiciando e incentivando a população a utilizá-los para realização de exercícios físicos. Associado a isso, a facilidade de acesso dos moradores aos serviços de saúde no próprio bairro evitaria que serviços como orientação alimentar e orientação quanto à prática do exercício físico fossem buscados em outros bairros, conforme apontou a pesquisa por meio dos polos de atividade física do município localizados em apenas quatro bairros da capital.

A população precisa de mais áreas verdes no interior da cidade, pois a redução desses espaços no meio urbano tem gerado angústias em função dos elementos urbanos prevalecerem sobre os elementos naturais. Somos parte dessa natureza, por isso necessitamos estar inseridos dentro dela e a ausência desses espaços tem promovido ausência de saúde. Todavia o que se percebe é que no meio urbano, a cobertura vegetal que deveria ser conscientemente preservada é drasticamente reduzida, resultado da expansão urbana e do inchaço populacional.

A ausência do poder público frente à falta de valorização das áreas verdes não é percebida apenas na sua inércia diante da construção de novos espaços verdes e conservação dos já existentes, ela é pior sentida quando o próprio poder público é o responsável em destruí-las.

Desta forma, outros espaços verdes presentes na capital poderiam ser utilizados a favor da população, porém, abandonados, tornam-se perigosos para seus moradores. Não se pode deixar de lembrar que há sempre um discurso comercial de que “no local do mato poderia ser construído algum empreendimento”, como aconteceu com a área verde do bairro do Ipase, hoje com a existência de um shopping e futuramente apartamentos residenciais.

Como possibilidade de sanar parte da necessidade, mais espaços arborizados deveriam ser priorizados pelos gestores municipais e estaduais, além de melhorar os já existentes possibilitando nesses locais, proteção policial estruturando-os para a prática do exercício físico e principalmente oferecendo à população dessas localidades, a responsabilidade em mantê-los “vivos socialmente”, pois a presença de espaços arborizados, bem cuidados e devidamente estruturados incentivam as pessoas a cuidarem desses locais e conseqüentemente ajuda na melhora do estado de saúde física, mental e social.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ALMEIDA, Eurivaldo Sampaio de; CASTRO, Cláudio Gastão Junqueira de; VIEIRA, Carlos Alberto Lisboa. **Distritos sanitários: concepção e organização**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. v. 1. (Série Saúde & Cidadania).

ALUMAR. **Revitalização do Parque Bom Menino**. Disponível em: <http://www.alumar.com.br/internas_template4.aspx?clkid=20&csiid=32&spbid=8&tbsid=9>. Acesso em: 6 jan. 2013.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. São Paulo: Método, 2011.

AMBIENTALISTAS rejeitam ‘Via Expressa’ em área verde. **Jornal Pequeno**, São Luís, 16 set. 2011. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/2011/9/16/ambientalistas-rejeitam-via-expressa-em-area-verde-170056.htm>>. Acesso em 11 mar 2013.

ARAUJO, Elienê Pontes de; PARENTE JUNIOR, José Wilson Cavalcante; ESPIG, Silvana Andreoli. Estudo das unidades de paisagem da ilha do Maranhão: delimitação e dinâmica. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., 2005, Goiânia. **Anais...** Goiânia: INPE, 2005. p. 2607-2609.

ARAÚJO, Ronaldo Rodrigues; RANGEL, Maurício Eduardo Salgado. Crescimento urbano e variações térmicas em São Luís-MA. **Revista GEONORTE**, v.2, n.5, p. 308-318, 2012. Edição Especial 2.

ASSIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Estratégia saúde da família**. Assis, SP, 2013. Disponível em: <http://www.saude.assis.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=63>. Acesso em: 15 mar. 2013.

BARCELOS, Daniel Camara. **Uma viagem pela história dos jardins**. Disponível em: <<http://www.jardimdeflores.com.br/paisagismo/a05daniel.htm>>. Acesso em: 31 maio 2013.

BARCELOS, Victor. **O impacto das DCNT**. Disponível em: <<http://maispelasaude.com.br/2011/09/06/dcn/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

BARTON, J.; PRETTY, Jules. What is the best dose of nature and green exercise for improving mental health?: a multi study analysis. **Sci. Technol.**, v. 44, n. 10, p. 3947-3955, 2010. Disponível em: <<http://pubs.acs.org/doi/abs/10.1021/es903183r>> . Acesso em: 25 jun. 2011.

BELICO, Giovanna. **Bonsais**. [2013?]. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/museumuseum/paisana/index2.htm>>. Acesso em: 31 maio 2013.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Impacto, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9o, inciso II, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-

Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4297.htm>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Ministério da Saúde. DATASUS. **Informações de saúde TABNET**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinasc/cnv/nvma.def>>. Acesso em: 17 ago 2013.

_____. **Portal da saúde**. Brasília, DF, [2013]. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/se/datasus/area.cfm?id_area=807>. Acesso em: 17 ago 2013.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, DF, 2006.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida de doenças e agravos não transmissíveis: Brasil, 15 capitais e Distrito Federal, 2002-2003**. Rio de Janeiro: INCA, 2004. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/inquerito/docs/completa.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

BURNETT, Frederico Lago. **Urbanização e desenvolvimento sustentável**: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão. São Luís: UEMA, 2008.

CAMPOS, Gastão Wagner; BARROS, Regina Benevides de; CASTRO, Adriana Miranda de. Avaliação de política nacional de promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 745-749, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n3/a20v09n3.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

CAPITAIS brasileiras Google maps: mapa google 3D das capital brasileira São Luis do Maranhão. [2013?]. Disponível em:
<http://www.carapina.com.br/capitais/maranhao/sao_luis.html>. Acesso em: 12 mar. 2013

CARVALHO, Ana Carolina Coutinho. **Dinâmica espaço-temporal da hanseníase no município de São Luís**. 2011. 63 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

CARVALHO, Ana Luiza. **Áreas verdes podem reduzir violência**. 2013. Disponível em: <<http://riodejaneiro20131.blogspot.com.br/2013/05/relacao-do-crime-com-areas-verdes-e.html>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

CARVALHO, Yara M. O estado brasileiro e os direitos sociais: a saúde. In: HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Luciano Galvão; GARCIA, Carla Cristina (Org.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.

CASTRO, Adriana. **SUS: ressignificando a promoção da saúde**. In: PEDROSA, José Ivo dos Santos. **Promoção da saúde e educação em saúde**. São Paulo: Hucitec; Opas, 2006.

CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João Carlos; ROCHA, Yuri Tavares. Proposição de terminologia para o verde urbano. **Boletim Informativo Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 3, p. 7, jul./set. 1999. Disponível em: <[http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/CAVALHEIRO%20et%20al%20\(1999\).pdf](http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/CAVALHEIRO%20et%20al%20(1999).pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2013.

CIOLAC, E.G.; GUIMARÃES, G.V. Exercício físico e síndrome metabólica. **Revista Brasileira Medicina no Esporte**, Niterói, v.10, n. 4, p. 319-324, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbme/v10n4/22048.pdf>> Acesso em: 14 mar. 2013.

CLEMENTI DI, Maria Auxiliadora. **Influência da vegetação como elemento modificador do conforto térmico da ambiência urbana da cidade de Anápolis – GO**. Dissertação. (Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, Anápolis, 2009.

COELHO, Ana Gisele Soares. Para que serve a legislação ambiental: um estudo de caso da Estação Ecológica do Rangedor na cidade de São Luís-MA. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPPAS, 2010.

COELHO, Maria Teresinha de Medeiros. **Avaliação da eficácia da lei de uso e ocupação do solo em São Luís: o caso da Lagoa da Jansen**. 2002. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

COSTA JÚNIOR, Florêncio Mariano da; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Concepções de homens hospitalizados sobre a relação entre gênero e saúde. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 25, n.1, p. 055-063, jan./mar. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ptp/v25n1/a07v25n1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2013.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 1, número 2, 2002.

COSTA, Renata Geniany Silva; COLESANTI, Marlene Muno. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **RA'E GA**, Curitiba, v. 22, p. 238-251, 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/21774/14173>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

CUNHA, Patricia. Nossas cidades-bairro. **O Imparcial**, São Luís, 7 set. 2011. Sem paginação. Disponível em: <<http://www.oimparcial.com.br/app/noticia/especiais/sao-luis-399-anos/2011/09/07/SLi,92147/nossas-cidades-bairro.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

DINIZ, Juarez Soares. **A dinâmica do processo de segregação socioespacial em São Luís (MA): o caso da “Vila” Cascavel**. 1999. 150 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (Org.) **São Luís: uma leitura da cidade**. São Luís: Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade, 2006.

FEITOSA, Antônio Cordeiro. **Dinâmica dos processos geomorfológicos da área costeira a nordeste da ilha do Maranhão**. 1996. 259 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. Dinâmica de ocupação espacial/uso do solo em São Luís no período de 1950 a 2000. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v.13, n. 2, p.25-36, jul./dez. 2002.

_____. **O estado e as políticas do urbano em São Luís**. 1999. 223f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Uma interpretação geográfica para São Luís. **Revista Geosp**, São Paulo, n. 7, p. 51-58. 2000.

FIGUEIREDO, Elisabeth Niglio de. **A estratégia saúde da família na atenção básica do SUS**. Disponível em: <http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade05/unidade05.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2013.

FORTES, P. A. C.; SPINETTI, S. O agente comunitário de saúde e a privacidade das informações dos usuários. **Caderno de Saúde Pública**, v. 20, n. 5, p. 1328-1333, 2004.

GARCIA, Natália. **Ideias e projetos urbanos que priorizaram as pessoas**. 2013. Sem paginação. Disponível em: <<http://cidadesparapessoas.com/2013/07/26/ideias-e-projetos-urbanos-que-priorizaram-as-pessoas/>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SOARES, Beatriz Ribeiro. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 19-29, jun. 2003. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>. Acesso em: 2 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2013. Sem paginação. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. **Censo demográfico brasileiro 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/painel>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. **Contagem da população 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. 2011. Sem paginação. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010135709212012572220530659.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009. Sem paginação.

JESUS, Silvia Cristina de; BRAGA, Roberto. Análise espacial das áreas verdes urbanas da estância de águas de São Pedro-SP. **Caminhos de Geografia**, v. 18, n. 16, p. 207-224, out. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15398/8697>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de Representação Social**. Brasília: Liberlivro; 2010.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., 1994, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís: [s.n.], 1994. p. 539-553. Disponível em: <[http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/LIMA%20et%20al%20\(1994\).pdf](http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/LIMA%20et%20al%20(1994).pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2013.

LIRA, Margarida M. T. de Azevedo; DRUMOND JR, Marcos. Anos potenciais de vida perdido no Brasil em 1980 e 1997. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. Vigilância Epidemiológica. **Estudos epidemiológicos**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/estudos_epidemiologicos.pdf>. Acesso em: 22 maio 2013.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência Guarapuava**, Curitiba, v.1, n.1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

MACEDO, Sílvio S.; CUSTÓDIO, Vanderli. Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública – considerações preliminares. In:

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2010.

MALTA, Deborah Carvalho et al. A construção da vigilância e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis no contexto do Sistema Único de Saúde. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v.15, n.3, p. 47-65, 2006.

MARANHÃO. Decreto nº 23.303, de 07 de agosto de 2007. Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 21.797, de 15 de dezembro de 2005, que cria a Estação Ecológica do Sítio Rangedor. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, 2007. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6455885/doema-executivo-07-08-2007-pg-1>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Decreto nº 21.797, de 15 de dezembro de 2005. Cria a estação ecológica do Sítio Rangedor, com limites que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, 2005. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6496932/doema-executivo-15-12-2005-pg-7>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Lei nº 7.373, de 31 de março de 1999. Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a fazer concessão do direito real de uso à Assembleia Legislativa do Maranhão. São Luís, 1999. Disponível em: <http://www.al.ma.gov.br/ged/lei/1999/LEI_7373.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Lei nº 7.997, de 31 de outubro de 2003. Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a fazer doação de um imóvel à Assembleia Legislativa do Estado, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, 2003. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6514305/doema-executivo-05-11-2003-pg-1>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Coordenadoria de Programas Especiais. Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro. **Macrozoneamento do Golfão Maranhense; diagnóstico ambiental da microrregião da aglomeração urbana de São Luís e dos municípios de Alcântara, Bacabeira e Rosário**: estudo sócio-ambiental. São Luís, 1998.

MARQUES, Gustavo Martins. Parque Santa Eulália e cidade da ciência e da cultura. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO, SUSTENTÁVEL, 4., 2010, Faro. **Livro de Resumos...** Faro: Universidade Algarve, 2010. Disponível em: <pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/pluris_pub.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2013.

MARTINS, Ana Luiza Privado. **Avaliação da qualidade ambiental da bacia hidrográfica do Bacanga (São Luís-MA) com base em variáveis físico-químicas, biológicas e populacionais**: subsídios para um manejo sustentável. 2008. 87f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistema) – Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. **Uma cidade ecologicamente correta**. Goiânia: AB, 1996.

MAZZETTO, F. A. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.12, n. 24, p. 21-31, 2000.

MEUNIER, Isabelle. **Por que as áreas verdes são tão importantes para uma cidade?** [2013?]. Sem paginação. Disponível em:
<http://www.ufrpe.br/artigo_ver.php?idConteudo=1259>. Acesso em: 3 jul. 2013.

MILANO, M. S. A cidade, os espaços abertos e a vegetação. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1., 1992, Vitória. **Anais...** Vitória: Sociedade Brasileira Arborização Urbana, 1992. v. 1. p. 3-14.

_____. Arborização urbana. In: _____. **Curso sobre arborização urbana**: resumos. Curitiba: UNILIVRE; Prefeitura Municipal de Curitiba; Sociedade de Arborização Urbana, 1993. p. 1-52.

_____. Planejamento da arborização urbana: relação entre áreas verdes e ruas arborizadas. In: ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4., 1990, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, 1990.

MORATO, Rúbia Gomes. **Análise espacial e desigualdade ambiental no município de São Paulo**. 2008. 150 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MORAIS, Marcleiton Ribeiro. **Avaliação contingente dos benefícios econômicos locais da cobertura arbórea urbana do município de Palmas – TO**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). 2. ed. Curitiba, 2008. 150 p. Disponível em:
<http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/qldade_amb_aden_urbano.pdf>
Acesso em: 17 mar. 2013.

PARQUES urbanos de São Luís. Disponível em:
<<http://parquesurbanosdesaoluiz.blogspot.com>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

PROENÇA, Tiago. **O que é treinamento funcional**. 2013. Sem paginação. Disponível em:
<http://www.studiotreinamentofuncional.com.br/0/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=146#UHEqBdLvu2Y>. Acesso em: 18 ago. 2013.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís**: 1612-1991. 2. ed. rev. São Luís: Ed. do Autor; FUNC, 2001.

SANTOS, Ricardo. Após Castelo inviabilizar Saúde municipal, médico do Socorrão I pede alimentos nas redes sociais... **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 jan. 2013. Blog. Sem paginação.

Disponível em: <<http://blog.jornalpequeno.com.br/ricardosantos/2013/01/11/apos-castelo-inviabilizar-saude-municipal-medico-do-socorro-i-pede-alimentos-nas-redes-sociais>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

SÃO LUÍS. Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. São Luís, 1992. Disponível em: <<http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%203253.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Lei nº 4.739, de 28 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a regulamentação do conselho municipal de meio ambiente, e dá outras providências. São Luís, 2006. Disponível em: <http://saoluis.ma.gov.br/custom_files/File/LEI4739_06_Conselho_.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Lei nº 4.727, de 28 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a regulamentação do fundo socioambiental municipal, e dá outras providências. São Luís, 2006. Disponível em: <http://www2.mp.ma.gov.br/caouma/legis_mun.asp>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Lei nº 4.738, de 28 de dezembro de 2006. Institui a Política Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências. São Luís, 2006. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/829599/lei-4738-06-sao-luis-0>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Lei nº 4.730, de 28 de dezembro de 2006. Institui o licenciamento ambiental no município de São Luís, e dá outras providências. São Luís, 2006. Disponível em: <http://www2.mp.ma.gov.br/caouma/legis_mun.asp>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. Lei nº 4.669, de 11 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de São Luís e dá outras providências. São Luís, 2006. Disponível em: <<http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204669.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. Projeto de Lei que institui o Sistema Municipal de Unidades de Conservação de São Luís (SISMUC). São Luís, [2009?]. Disponível em: <http://saoluis.ma.gov.br/custom_files/File/SISMUC.pdf>. Acesso em: 22 set. 2013.

_____. **Relatório nº 20 – município de São Luís-MA: avaliação Lei nº 4669/2006: rede de avaliação e capacitação para implementação dos planos diretores participativos.** São Luís, 2009. Disponível em:

<<http://web.observatoriodasmetroles.net/planosdiretores/produtos/ma/MA%20%20Relat%C3%B3rio%20Municipal%20n%C2%BA20%20S%C3%A3o%20Lu%C3%ADs%20Frederico%20Lago%20Burnett%20e%20Edelcy%20Ferreira%20-%20Jun%202009.pdf>>.

Acesso em: 12 mar. 2013.

_____. Secretaria Municipal de Saúde. Vigilância Epidemiológica. **Projeto municipal de estratégia global para a atividade física e alimentação saudável.** São Luís, 2006.

_____. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Fundação Municipal de Patrimônio Histórico. **Plano de reabilitação urbana do bairro do Diamante.** São Luís, 2008.

SCHMIDT, Maria Inês; DUNCAN, Bruce Bartholow. O enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis: um desafio para a sociedade brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília,

DF, v. 20, n. 4, dez. 2011. Disponível em:

<http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167949742011000400001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 ago. 2013.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Stúdio Nobel; FAPESP, 1996. Disponível em:

<<http://pt.scribd.com/doc/6687591/Ao-Amor-Do-Publico-Jardins-No-Brasil-Hugo-Segawa>>.

Acesso em: 15 abr. 2013.

SILVA, Denise de Castro. **Uma experiência prática de educação ambiental não formal na perspectiva da pedagogia**. 2012. 53 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Curso de pedagogia, Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, São Luís, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2008. 476 p.

SODRÉ, Érika Suzana Pereira; DIAS, Luiz Jorge B. **A implantação da via expressa e seus impactos ambientais em São Luís (Maranhão)**. [2012?]. Disponível em:

<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:CVqlOAcPEg0J:www.eng2012.org.br/trabalho_scompletos?download%3D2498:luiz> Acesso em: 5 mar. 2013.

TEIXEIRA, Sheila Gatinho; SOUZA FILHO, Pedro Walfir Martins e. Mapeamento de ambientes costeiros tropicais (Golfão Maranhense, Brasil) utilizando imagens de sensores remotos orbitais. **Rev. Bras. Geof.**, v. 27, supl. 1, p. 69-82, 2009.

TRINTA, Patrícia Vieira. **Análise bioclimática do bairro do Renascença II – São Luís-MA: realidade e perspectiva do conforto térmico em espaços externos**. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

VILAS BOAS, Naylor Barbosa. A reconstrução virtual do antigo passeio público de mestre Valentim: metodologia de pesquisa. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANA DE GRÁFICA DIGITAL, 4., 2000, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Sociedade Ibero-Americana e Gráfica Digital, 2000. Disponível em:

<<http://cumincades.scix.net/data/works/att/e142.content.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

WOLFE, Mary. **More trees, fewer jails? the relationship between vegetation and crime: a Philadelphia Case Study**. Disponível em:

<<http://sustainability.temple.edu/student-research-projects/more-trees-fewer-jailsrelationship-between-vegetation-and-crime-philadelp>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas para usuários e professores dos polos

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS USUÁRIOS DOS POLOS

Polo: () Bom Menino () Cohab () Vinhais/Josué de Castro () Coroado
 Bairro onde mora: _____

A) Descrição das características sociodemográficas dos sujeitos nas áreas selecionadas:

Idade:

Sexo: () masculino () feminino

Salário: () 1 salário () 2 salários () + 2 salários

Escolaridade: () fundamental incompleto () fundamental completo () médio incompleto

() médio completo () superior incompleto () superior completo

B) Perfil epidemiológico:

() Hipertensão arterial () Diabetes () Artrite () Artrose () Osteoporose

() Problemas cardíacos () Depressão () Dores no corpo

1) Como conheceu o programa?

() indicação médica () indicação familiar () indicação de amigos () proximidade do lugar

2) Por que buscou o programa?

() estética () saúde () convívio social () outros

3) Pertence a algum grupo do tipo?

() UNITI () grupos de saúde (ex: HiperDia) () grupo de atividade física que não seja o SLZ em Mov. () outros

C) Auto percepção do ambiente para prática de atividade física:

1) Qual principal motivo o faz utilizar este espaço para suas práticas de exercício físico?

2) Você utiliza esse espaço para fazer alguma outra atividade que não seja atividade física?

3) Você gosta da estrutura física desse espaço? Porque ?

4) Em sua opinião quais as coisas boas em fazer atividade física neste lugar?

5) E quais as coisas ruins de fazer exercício físico neste lugar?

6) Você acha que o ambiente físico deste lugar lhe trouxe algum benefício? Qual?

7) Você já praticou exercício físico em algum outro lugar que não fosse aqui? Onde?

8) Na sua opinião é melhor fazer exercício físico ao ar livre ou em ambiente fechado como academias, salas de ginástica?

9) Quais sugestões você daria para melhorar este espaço.

10) Na sua opinião, quais os aspectos positivos e/ou negativos do Programa? Você está satisfeito?

11) Como você avalia sua saúde antes e depois do programa?

12) Para você o que é qualidade de vida? E como você avalia a sua qualidade de vida?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES DOS POLOS

- 1) Em sua opinião quais os aspectos positivos de dar aula neste lugar?
- 2) Em sua opinião quais os aspectos negativos de dar aula neste lugar?
- 3) Quais pontos positivos você apontaria no Programa?
- 4) E quais os pontos negativos do Programa?